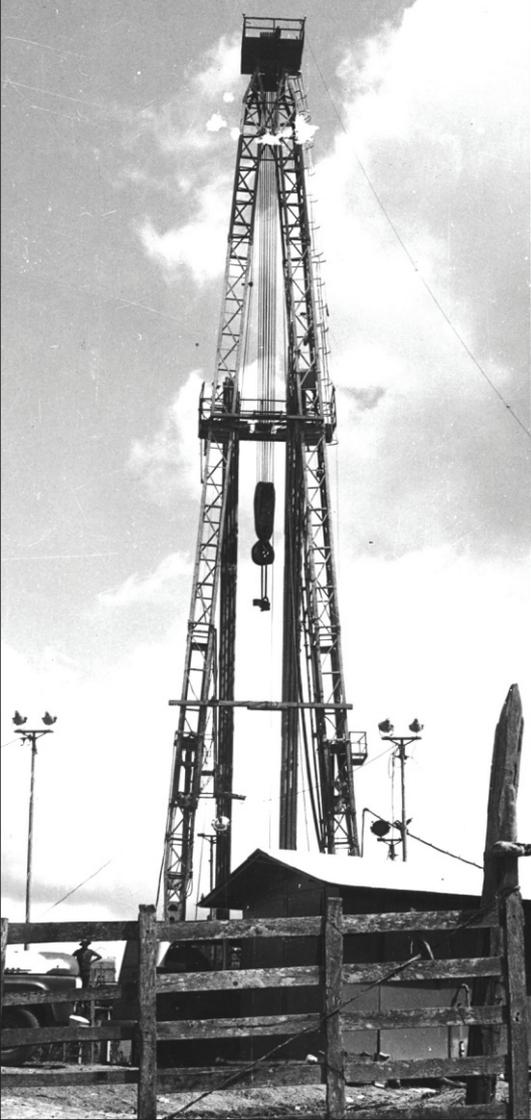


# Revista História da Bahia

2 0 1 0





# 200 ANOS

**BIBLIOTECA PÚBLICA  
DO ESTADO DA BAHIA**  
UMA HISTÓRIA. VÁRIAS LEITURAS.



**VENHA À BIBLIOTECA PÚBLICA. AQUI VOCÊ ENCONTRA  
MUITO MAIS DO QUE IMAGINA.**

## **200 anos** de difusão da cultura, da informação e do conhecimento

A **Biblioteca Pública do Estado da Bahia** comemorou, no dia 13 de maio, 200 anos de existência. Além de ser a mais antiga da América Latina, é a biblioteca-referência no acesso público ao livro e à leitura, conectando-se com os avanços tecnológicos e com as demais linguagens artísticas. Funcionando diariamente, inclusive aos domingos, a biblioteca possui um acervo de 600 mil itens, dos quais 150 mil são livros, além de vídeos, imagens, obras de arte, documentos históricos, periódicos e obras raras e valiosas disponíveis ao público.

[www.fpc.ba.gov.br](http://www.fpc.ba.gov.br)  
[www.bibliotecapublicafpc.blogspot.com](http://www.bibliotecapublicafpc.blogspot.com)



# EDITORIAL

Caro(a) Leitor(a),

Após a queda do Estado Novo, em 1945, foi iniciado um novo período na história política republicana brasileira, com mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que resultaram em aceleração do desenvolvimento industrial brasileiro e baiano, além do crescimento dos movimentos sociais, que reivindicavam melhores condições de vida. O desenvolvimento econômico e a efervescência cultural marcaram, de forma significativa, as décadas de 40, 50 e 60 do século XX e permanece levantando o interesse de estudiosos da nossa história. Esse fato impulsionou a realização do seminário intitulado Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964), que contou com a participação de políticos, economistas, historiadores, músicos, entre outros que estudaram e/ou vivenciaram esse momento, contribuindo para a sua construção.

As conferências ministradas no referido evento foram transcritas e formatadas em textos, que o leitor poderá apreciar ao longo dessa Revista, que informa sobre o contexto, os agentes e o impacto da política do desenvolvimentismo na Bahia. O leitor poderá conferir os textos de Waldir Pires e João Eurico Matta, acerca das mudanças políticas e administrativas empreendidas pelos Governadores Antônio Balbino e Lomanto Jr no início da segunda metade do século XX. Afora os artigos sobre os avanços da medicina com Edgard Santos, educação com Anísio Teixeira e das teorias do Direito com Machado Neto. Os anos 1950 e 1960 foram marcados por intensas movimentações estudantis em busca de melhores condições de ensino e da universalização da Educação no Brasil. Portanto, as mudanças ocorridas nos campos político, social, intelectual e econômico influenciaram no surgimento de movimentos culturais como o Tropicalismo e o Cinema Novo, que revolucionaram a forma de produzir arte na Bahia e no Brasil.

Em vista das comemorações dos 70 anos da descoberta do primeiro poço de petróleo comercial na Bahia, o Candeias I, localizado em Mataripe, ganham destaque, nesta edição, os artigos de Wilton Valença e de José Sérgio Gabrielli, em que relatam tanto a perfuração dos poços de petróleo em campos baianos quanto a ascensão do movimento sindical petroleiro e a importância da Petrobras para o desenvolvimento do estado. A seção Destaque traz ainda o artigo de Alberto Freire, jornalista da Petrobras, sobre os 70 anos do poço Candeias I, em que aborda as transformações pelas quais passou a Bahia no decorrer desse período.

Desta forma, os referidos textos apresentam um amplo panorama do período em debate, que poderá estimular novos estudos sobre o petróleo, o sindicalismo e o desenvolvimento da economia baiana nas décadas de 1940, 1950 e 1960. O leitor poderá conferir informações relevantes do período democrático pós-Estado Novo e de boa qualidade.

Boa leitura!

# SUMÁRIO



## entrevista

Páginas 4 a 11

## destaque

Páginas 12 a 33

## capa

Páginas 34 e 35

## artigos

Páginas 36 a 87



## acervo

Páginas 88 e 89

## memória

Páginas 90 a 97

## resenha

Páginas 98 e 99

## artes

Páginas 100 a 113

# AS ESCOLAS DE GEOLOGIA NO BRASIL:

entrevista com o engenheiro de minas  
Sylvio de Queirós Mattoso

por Paulo de Jesus

## **Paulo de Jesus**

possui graduação em História – Universidade Federal da Bahia (2000), mestrado em História – Universidade Federal da Bahia (2004), doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia, coordenador do Projeto CEDIC-FCM (2002-2003), professor do Centro Universitário Jorge Amado (2003-2006), coordenador geral da Fundação Clemente Mariani (2003-2006), diretor da Diretoria de Arquivos da Fundação Pedro Calmon (2009-2011). Desde 2006 é professor assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



*Antiga sede do Instituto de Geociências na década de 1960. Atualmente, o edifício abriga a Escola de Teatro da UFBA. Acervo Fundação Pedro Calmon.*

**S**ylvio de Queirós Mattoso é graduado em Engenharia de Minas e Metalurgia pela Universidade de São Paulo onde adquiriu o título de Doutor em Ciências (Geociências) em 1973. É professor emérito da Universidade Federal da Bahia, onde implantou e dirigiu o Laboratório de Geoquímica (1961-1989), além de ter sido diretor da Escola de Geologia (1962-1964). Foi professor do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (CENAP) da Petrobras de 1957 a 1961, e diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia (CEPED) entre 1994 e 2002.

Entrevista concedida em 08 de abril de 2010, no âmbito do Projeto Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

**Paulo de Jesus** - Quando se formou a primeira turma de Geologia no Brasil e o que a Petrobras fez para burlar a falta de mão de obra brasileira na área de Geologia, já que na época o curso era frequentado por estrangeiros?

**Sylvio de Queirós Mattoso** - Em 1957, a exploração de petróleo no Brasil parecia bastante promissora, e a Petrobras sentiu falta de geólogos para trabalhar na Bahia; até então os geólogos eram contratados no exterior, o que ficava muito caro, porque tinha-se que pagar viagem, instalação, remuneração mais elevada, além do quê a família era toda deslocada com o geólogo. À medida que a Petrobras crescia, precisava de um número cada vez maior de geólogos e não podia depender eternamente de geólogos de fora - americanos, alemães, franceses, ingleses, onde eles existissem vinham para cá. Dessa forma, foi criado um Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa de Petróleo (Cenap), com sede no Rio de Janeiro, e, mais tarde, um curso de Geologia do Petróleo aqui na Bahia, com excelentes professores da Universidade de Stanford e da Universidade da Califórnia em Los Angeles. O curso seguia um modelo original – não era semestral, mas trimestral e muito intensivo: a cada três meses mudava o grupo de matérias ensinadas, e a duração total era de dois anos em vez de quatro. No período de 1957 a 1962 foram formadas três turmas, com uma média de doze a quinze pessoas por ano.

**PJ** - O Sr. antes de trabalhar junto a Petrobras já era engenheiro? Quando entrou para empresa?

**SQM** - Eu comecei a trabalhar junto à Petrobras nesse curso, ainda em 1957. Eu já era formado engenheiro de minas e metalurgista e

trabalhava em pesquisa de materiais refratados para serem processados em São Paulo. Tinha também feito um estágio nos Estados Unidos, em que me concentrei na Geologia, o que foi muito útil, porque me ajudou a perceber o pensamento dos americanos em relação ao petróleo e o pensamento devotado à própria Geologia em várias partes do mundo, porque havia um intercâmbio muito grande de pessoas em treinamento, havia pessoas de muitos outros países, Filipinas, Tailândia, de todas as partes do mundo, além do Brasil.

**PJ** - O Sr. disse que seu estágio foi nos Estados Unidos e foi bastante contributivo para sua formação. Como foi sua relação com os professores e profissionais estrangeiros no curso?

**SQM** - Além dos profissionais americanos, o curso contava comigo, com Murilo Cabral Porto e Alexandre Moreira Silva (Alexandre já era da Petrobras, e Murilo Cabral Porto era um jovem do curso de Filosofia). Três pessoas bem diferentes entre si – um com experiência de petróleo, um com experiência de cerâmica e outro com uma experiência de laboratório para a qual a Geologia tinha muita importância. Nossa relação com os professores estrangeiros era sempre muito boa, em termos do aprimoramento técnico. Os profissionais americanos eram muito corretos em suas atitudes, jamais diziam uma coisa negativa para alguém. Era uma conversa sempre muito franca: “você precisa fazer isso, seria melhor você fazer aquilo, reforce mais esse trecho aqui, que é mais importante para eles”. Uma das primeiras coisas que fiz foi viajar para o Rio Grande do Sul e para o Paraná para recrutar candidatas para

esse curso; vinha gente de todas as partes: Ceará, Pará, Pernambuco. E o fato de o curso de Geologia, que era oferecido pela Petrobras, mas em convênio com a Universidade Federal da Bahia, ter sido criado aqui, e não no Sul e no Sudeste, tem uma história interessante.

**PJ** - Por que o curso de Geologia em convênio com a UFBA foi criado aqui na Bahia e não no Sul ou Sudeste, já que na época a especialização em Geologia só existia em locais como Ouro Preto, São Paulo, Rio de Janeiro?

**SQM** - Na ocasião, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) celebraram um convênio com o governo dos Estados Unidos para fundar os cursos de petróleo no Brasil. Ficou estabelecido que seriam quatro cursos de petróleo no Brasil: um em Ouro Preto, um no Rio Grande do Sul, um em Recife e outro no Rio de Janeiro, que era a capital federal e atraía esse tipo de coisas, naturalmente, por sua força política. A Bahia ficou de lado. O reitor da Universidade Federal da Bahia na ocasião era Edgar Santos. Ele foi o primeiro reitor brasileiro que tinha um pensamento ativo e muito coerente sobre o papel da Universidade. Ele pensava a Universidade como um conjunto de pessoas de notável saber, interessadas em promover o conhecimento. Na ocasião ele estava fundando o Instituto de Química, o Instituto de Matemática, o Instituto de Física, a Escola de Teatro, a Escola de Música – um leque bastante variado, abrangendo todas as áreas do conhecimento. O governo federal achava que a Bahia tinha uma vocação turística e seria mais adequado fortalecer as áreas de Artes e de Sociologia, que propriamente das Ciências ditas Exatas, mas Edgar Santos, que já tinha escolas de Química, Matemática e Física, sentia a falta de uma Escola de Geologia (que em 1968 se tornou o Instituto de Geociências), para atender a todas as faculdades e escolas da Universidade Federal da Bahia. Percebi que era necessário estabelecer ligações dentro da Universidade, inclusive com o reitor. Para isso, contei com o apoio de um rapaz excelente da área de Física, Ramiro de Porto Alegre Muniz – aproveitamos a posição dele dentro da Universidade, e a minha dentro da Petrobras.

**PJ** - Em que deu essa parceria e o contato com o reitor?

**SQM** - O reitor Edgard Santos aproveitou a experiência do curso do Cenap para fundar o curso de Geologia da Universidade Federal da Bahia. Os primeiros professores foram contratados fora – os currículos eram examinados pelos geólogos americanos dos cursos da Petrobras, que eram seis ou oito a cada ano. A Petrobras formava no Cenap cerca de quinze geólogos por ano, e passou a contar com mais outros quinze ou vinte formados pela Universidade Federal da Bahia a partir de 1962 (a primeira turma formou-se na Bahia em 1961 ou 1962; e no Brasil, em 1960 ou 1961).

**PJ** - Todos os cursos de Geologia contaram com a presença de estrangeiros?

**SQM** - Sim, esse era um pensamento muito usual na época, tendo marcado, por exemplo, a fundação da Universidade de São Paulo: como não temos ninguém com formação universitária no Brasil, vamos trazer de fora quem sabe o que é Universidade. Os professores estrangeiros foram fundamentais nessa época inicial, porque ampliaram amplamente os campos de conhecimento. No caso da Bahia a existência do curso promovido pela Petrobras, já contando com um conjunto de professores estrangeiros, foi fundamental.

**PJ** - A atuação da Petrobras era mais voltada ao trabalho de campo ou era focada em análise laboratorial?

**SQM** - A participação da Petrobras no momento da criação da Escola de Geologia tinha um aspecto, que era a necessidade do trabalho de campo. Havia uma tendência em alguns cursos de Geologia no país, sobretudo os cursos ligados às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de não se voltar muito para o campo. Os geólogos formados ali se dedicavam mais a examinar coisas em laboratório – iam a campo também, mas não tinham aquela visão de campo que o geólogo americano, o geólogo alemão, o geólogo francês já nesse período tinham.

**PJ** - Quanto tempo durou o curso de Geologia da Petrobras? Respondeu a perspectiva da empresa?

**SQM** - O curso durou cerca de dez anos. De meados para o fim da década de 1960 os novos cursos de Geologia já estavam dando conta de suas demandas, então o curso de Geologia foi transformado em um centro de pesquisas anexo à Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes). Nesse momento, os cursos de Geologia já respondiam suficientemente à demanda não só da exploração do petróleo, mas de muitas outras áreas da exploração mineral no Brasil. De fato, a Petrobras não teria condições de absorver todos os geólogos formados no país.

**PJ** - Os geólogos eram recrutados para trabalhar em outros campos?

**SQM** - Sempre, os geólogos eram profissionais solicitados em outros projetos necessários ao desenvolvimento da sociedade brasileira: exploração de carvão, minério de ferro, materiais refratáveis, materiais de cerâmica, metais não ferrosos (chumbo, cobre, zinco, cádmio e por aí afora), minerais radioativos (urânio, tório). Os geólogos que estavam sendo formados tinham um curso que dava a eles essa visão ampla e generalizada, que permitia que cada um se aprofundasse na área que quisesse, porque o geólogo tem que ter a noção de que o conhecimento acumulado é necessário – toda e qualquer experiência anterior, ou de um colega, pode ter uma utilização no trabalho que está fazendo. O geólogo tem que viver lendo, andando no campo e conversando, sem isso ele não consegue fazer Geologia. O desenvolvimento profissional depende desse trio ser muito bem atendido: tem que ler, tem que vivenciar e tem que dialogar; sem isso não se vai para frente.

**PJ** - Quando se fala em Geologia, logo, refere-se aos estrangeiros, uma vez que foram eles os pioneiros no curso. Qual a contribuição que eles deixaram para o Brasil? Por que depois os americanos foram jogados de lado?

**SQM** - De toda forma, a orientação que re-

sultou da contribuição dos profissionais americanos na primeira década do curso de Geologia na Bahia foi muito sólida, resultando em um curso muito bem-sucedido. No entanto, a partir de 1968, houve um movimento de retorno maciço desses profissionais, por conta de movimento antiamericano muito forte que surgiu aqui no Brasil, principalmente em áreas estratégicas da vida econômica. Era uma espécie de linchamento moral: eles eram colocados de lado, supunha-se que eram de direita. Eles se sentiam constrangidos com isso, mesmo convidados formalmente, não se dispunham a permanecer. Diziam-me: “Sylvio, não dá para continuarmos aqui no Brasil”. Foi uma pena. A Escola já estava consolidada, e passamos a depender mais de geólogos italianos. De fato aqui na Bahia tínhamos gente de todas as partes do mundo – não só italianos, mas também franceses, colombianos, canadenses.

**PJ** - Como o Sr. ver a interação no campo da Geologia?

**SQM** - Esse diálogo entre a pesquisa e a vivência que caracterizou por muito tempo os cursos de Geologia no Brasil esteve na origem de muitos trabalhos e publicações, e levou ainda à criação de uma Sociedade Brasileira de Geologia que reuniu todos os geólogos do Brasil. A lógica seguia nossa visão de Universidade: uma instituição que guarda, amplia e dá o conhecimento disponível escrito para quem quiser continuar o diálogo e aprofundá-lo mais um pouco. Tenho colegas com os quais eu trabalho até hoje, como Otávio Licht, do Rio Grande do Sul (com quem mantenho correspondência, mesmo que não muito regular); Nilson Formoso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meus colegas geólogos de São Paulo (vários já morreram, e outros estão trabalhando na Bacia de Campos). Houve muitos que treinei em campo, perto de uma centena, se não mais. Além de dar aula na classe eu dava aula de Geologia de campo também, para mostrar aos alunos a importância da observação, o que é que a gente deve olhar: variações de cor; uma árvore que aqui é assim e em outro lugar em que trabalhei é diferente; observar que a cor do solo tem uma relação com a composição da rocha que está por baixo, e com o clima da região. São várias interações. É fundamental a

interação da natureza no trabalho do geólogo, todos os ramos da natureza interessam, até um formigueiro pode ser uma maneira de se ter amostra de profundidade, pois a formiga traz amostras do solo para a superfície. Então não precisa escavar, usa-se o trabalho da formiga, do cupim de campo. São coisas que muitas vezes a gente vai aprendendo com o desenvolver da vida e com as experiências dos outros.

**PJ** - Então o Sr. confirma que a interdisciplinaridade foi e é muito importante?

**SQM** - Claro, isso era especialmente importante, pois o campo de trabalho do geólogo estava se expandindo para muito além do petróleo. A Petrobras não poderia empregar todos os geólogos formados pelas diversas universidades brasileiras, tinha-se que procurar trabalho em outros lugares. Na Bahia, tivemos um desenvolvimento grande em Geoquímica, que é a parte da disciplina mais direcionada para a química (embora toda a Geologia dependa da Química). Nesse âmbito contamos com geólogos americanos também, mas que não tinham nada a ver com a Petrobras. Richard Lewis, um excelente orientador do grupo de Geoquímica

na Bahia, fez inclusive um projeto para a Amazônia que nunca foi realizado, e é uma pena. A ideia era trabalhar com amostragem das águas da bacia do Rio Amazonas, começando nos afluentes do rio e seguindo, principalmente, até os afluentes dos afluentes e assim sucessivamente, de modo a verificar, através da análise da água, que tipo de rocha estava nas cabeceiras. Isso, aliado à fotografia aérea, uma técnica que já existia então, permitiria fazer um mapeamento e revelar melhor o potencial econômico mineral de toda a região. Hoje temos o levantamento aéreo, mas a análise geológica nunca foi feita – a palavra de Richard Lewis desapareceu, sou a única testemunha, e não há muita gente com quem conversar na área política para mostrar que isso é importante.

*“Na Bahia, tivemos um desenvolvimento grande em geoquímica, que é a parte da disciplina mais direcionada para a química (embora toda a Geologia dependa da Química).”*

*Sylvio de Queirós Mattoso.  
Acervo Fundação Pedro Calmon*



**PJ** - Foi feito algum trabalho nessa área?

**SQM** - Sim, foi feito um trabalho muito bonito de geoquímica no estado da Bahia, que revelou coisas realmente sensacionais. Em primeiro lugar, revelou que a jazida de Caraíba não era única, que ela era maior do que se pensava, e que, portanto poderia ser explorada economicamente nos quinze ou vinte anos seguintes sem qualquer problema, porque outras jazidas certamente apareceriam. No estado de Pernambuco, um trabalho feito com lamirita, um mineral que muitas vezes está associado a diamante, revelou coisas interessantes: como existe lamirita em Pernambuco e na Bahia em situação geológica muito parecida, há uma possibilidade de se descobrirem chaminés de diamante em toda essa região, além de mais lamirita, cobre e outros metais que estão diretamente associados, como o cromo e o níquel, dos quais várias jazidas já foram encontradas. Os frutos disso tudo estão sendo colhidos agora, é um resultado lento mesmo, lento e progressivo.

**PJ** - Tem como citar alguns desses trabalhos?

**SQM** - Na Bahia, foram muitos os trabalhos feitos, como aquele realizado no oeste do Recôncavo, no que se chama Falha de Maragó-jipe (que abrange uma região a leste de Feira de Santana até Itacaré), em que foi encontrado mercúrio, na área do Rio Guaí, tanto no solo quanto nas águas, numa concentração maior do que aquela tolerável por seres humanos. Isso mostra como a geoquímica é uma ferramenta, é uma arma extremamente útil e necessária nos levantamentos ambientais. Esse estudo foi realizado entre 1968 e 1970, mas, na época, não havia uma vocação ambiental aqui no Brasil, de modo que a informação obtida pela pesquisa não foi processada de modo racional, do modo mais adequado. Como um dos principais frutos do trabalho desenvolvido na Escola de Geologia, é preciso mencionar a fundação da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), em 1975, ligada à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. Nós devemos à CBPM a descoberta de grandes jazidas minerais – embora algumas vezes apareçam outros nomes, foram os geólogos da CBPM

que revelaram os homens de campo, que gastaram muita sola de sapato e que carregaram muito peso, apesar de nossas amostras serem pequenas. Eu me lembro que com frequência carregava dez ou doze quilos; não só eu, como os estagiários que trabalhavam comigo.

**PJ** - Todo esse esforço contou com apoio de alguma empresa, financiamento?

**SQM** - Apoio absoluto da CAPES, do CNPq e mais tarde de várias outras entidades de financiamento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que mais tarde ganhou um “S” final, tornando-se o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Grande parte das atividades de pesquisa conduzidas no âmbito do curso de Geologia na Bahia se deve ao financiamento do BNDES. Houve também recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco), além da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE tinha projetos de geologia que passaram a envolver os cursos de Geologia existentes do Nordeste (que na verdade eram apenas dois: na Bahia e em Pernambuco), consolidando uma aliança muito útil e muito necessária, porque ampliou o âmbito da pesquisa e nos deu condições para realizar esse trabalho. Depois de certo tempo, por volta de 1985, esses financiamentos praticamente se extinguíram. Houve uma concentração muito forte de interesse na área ambiental e esqueceram que a área ambiental depende da Geologia: é a Geologia que determina o tipo de solo e é o tipo de solo que determina o tipo de planta.

**PJ** - Para finalizar. O sr. diz que os financiamentos para a área de Geologia quase já não existem mais. Acredita que isso ocorra por falta de apoio das próprias universidades?

**SQM** - É necessário insistir que, em todo esse percurso da Geologia baiana, e de modo mais geral em todo esse percurso da Universidade Federal da Bahia, o reitor Edgard Santos foi, e continua sendo, a figura mais proeminente. Tivemos outros reitores igualmente bons, como



*Professores do Instituto de Química e do Instituto de Geociências (IGEO) visitando as obras de construção do edifício do IGEO na década de 1960. Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*

*“ Eu fui professor de pessoas das mais diferentes procedências, em termos de áreas de conhecimento. Engenheiros de todos os tipos, físicos, químicos vinham às aulas de Geologia e o diálogo era perfeito, a transmissão era perfeita.”*

Miguel Calmon e outros, que seguiram religiosamente o que o reitor Edgard Santos havia plantado. Ao fundar os institutos centrais – o Instituto de Química, o Instituto de Biologia (que ficou anexo a Medicina), o Instituto de Física, a Escola de Geologia – ele montou uma estrutura que já estava perfeitamente preparada para a reforma universitária que veio alguns anos depois, em 1968, quando a Escola de Geologia tornou-se o Instituto de Geociências. E o Instituto de Geociências desempenhou um pa-

pel no período subsequente. Eu fui professor de pessoas das mais diferentes procedências, em termos de áreas de conhecimento. Engenheiros de todos os tipos, físicos, químicos vinham às aulas de Geologia e o diálogo era perfeito, a transmissão era perfeita. Eles estavam sendo bem formados, e podiam assimilar o que era vinda de fora de suas áreas de origem. Acredito que esse período entre 1955 e 1985 foi muito importante para a Universidade Federal da Bahia; houve um desenvolvimento espetacular. Dentro desses mesmos princípios, a constituição dos departamentos, como Geografia, Geomorfologia, Geologia, Pedologia, que continuam ainda trabalhando em conjunto: cursos e trabalhos foram elaborados em conjunto para poder interligar as diferentes áreas de conhecimento. Eu trabalhei com pessoas do Instituto de Química, por exemplo, que eram na época adversários do reitor Edgard Santos, que não concordavam com a orientação que ele imprimia. Na década de 1990, portanto trinta anos depois de sua morte, as ouvi dizer: “Sylvio, eu me arrependo de ter contrariado Edgard Santos; ele tinha realmente uma visão boa de Universidade – e a visão dele ficou”. Achei isso muito interessante.

# O PETRÓLEO NA BAHIA



## WILTON VALENÇA DA SILVA

é sindicalista, tendo sido um dos fundadores e, entre 1954 e 1964, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo (STIEP). Foi eleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro para o mandato de 1963 a 1967, mas teve seus direitos políticos cassados pela ditadura militar em 1966. Anistiado em 1985, retomou a atividade sindical. Participou, em 2006, da Comissão de Instalação do Museu do Petróleo.

Conferência pronunciada em 24 de setembro de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

Minha relação com a história do petróleo na Bahia começou quando fiz minha inscrição no Centro de Treinamento da Região de Produção da Bahia. Nessa ocasião, o primeiro chefe do curso, o geólogo Dr. Salomão, perguntou: “jovem, você quer primeiro fazer o curso ou quer fazer um estágio?” Eu parei e perguntei de volta: “doutor, o senhor está me perguntando isso por quê?” Eu estava me inscrevendo na terceira turma. Nas duas anteriores, quase a metade dos que tinham passado pelo curso não se adaptava ao serviço ao chegar no campo, porque o serviço de petróleo era um serviço realmente pesado (hoje não, as con-

dições são favoráveis; hoje tem tudo, naquela época não tinha coisa nenhuma). Então eu disse: “bom, nesse caso, doutor, eu prefiro fazer o estágio, porque se eu não me adaptar ao serviço eu não vou perder tempo nem a Petrobrás vai gastar dinheiro comigo”.

Fui então para o Campo de Candeias. Éramos quatro – pegamos um trem e depois fomos colocados em um caminhão que nos levou ao acampamento, já de noite. Fiquei em um acampamento, e os três companheiros que vieram comigo foram para outro. De manhã cedo, quando cheguei no ponto, não encontrei os três. Quando perguntei ao apontador

o que estava acontecendo, ele me respondeu: “seu Valença, o problema é o seguinte: é que você tem um início de um ano e meio de vida universitária, então, a ordem do Jequitaia foi jogar você no acampamento dos engenheiros e os outros três foram para o acampamento do pessoal”. Eu não gostei nada disso, disse que não aceitava – naquela época eu era jovem e era revoltado no mundo. Então ele respondeu: “olha, Valença, você vai trabalhar, quando você se ‘achegar’ às três horas da tarde você vai ao escritório e você explica essa situação”. Na hora do almoço (que estava atrasado, já era mais de meio-dia), chegou um caminhão com aquelas panelas de cartel, comida já fria, as panelas abertas, essa coisa toda. Mas, para a minha turma de sonda, que tinha, além de mim, um engenheiro químico e um engenheiro estagiário, a comida veio em marmitas e era filé mignon. E eu disse novamente ao apontador: “essa comida eu não aceito, não. Quem quiser pode comer, mas eu não vou comer, porque isso não é comida” — referindo-me a comida do pessoal. Como nós tínhamos uma ajuda de custo naquela época, comprávamos gêneros alimentícios e deixávamos no armário, ou então, quando saíamos da sonda à noite, íamos almoçar na rua, porque ninguém suportava a comida oferecida, era um negócio terrível. O princípio foi um negócio terrível.

Na época em que cheguei, já existia uma associação profissional, a Associação de Soldadores de Petróleo, que estava tentando se transformar em sindicato. Como sempre tinha atuado no movimento estudantil, e tinha feito parte da Comissão Nacional da Defesa do Monopólio estatal na exploração do petróleo, como representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), fui procurar o pessoal. A Comissão Nacional me deu a missão de agilizar a criação do sindicato, porque a Petrobras estava nascendo e ia ter muitos adversários. Precisávamos de uma estrutura para defendê-la e eu aceitei, mas não entrei na primeira chapa. Disse que podia ajudar, mas não queria fazer parte da chapa, porque eu não entendia coisa nenhuma de sindicato, não tinha ainda experiência. E pude colaborar porque meu superintendente na época, Geonísio Barroso – que foi meu professor no curso e presidente da Petrobrás em 1961 – me liberava quando eu não tinha

## A ARGENTINA RECONHECE A VITÓRIA DOS BRASILEIROS

# BANHO DE OURO NEGRO!

### Não pode mais ser posta em dúvida a existência do petróleo bahiano do Lobato



Jornal Estado da Bahia. 24 de janeiro de 1939.  
Acervo Biblioteca Pública do Estado da Bahia

serviço; então eu corria as sondas a toda hora, ia de Itaparica até o Campo de Pedras, fazendo a campanha pela criação do sindicato. O sindicato foi realmente criado nessa base. O pessoal se reuniu, a carta do sindicato foi enviada duas vezes – houve duas comissões no Rio de Janeiro, que era então a capital federal – mas o negócio não saía no Ministério do Trabalho. Então, em uma época em que eu estava no Rio, após uma sessão do senado a que eu assisti, o senador baiano João de Lima Teixeira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), me avisou: “Valença, o problema é o seguinte: o Ministro do Trabalho está indo almoçar no Hotel Glória”. O Ministro era José Parsifal Barroso, também do PTB. O senador Lima Teixeira me acompanhou e me apresentou ao Ministro. Ele disse que já conhecia o processo de transformação da sociedade em sindicato, mas que a papelada estava parada porque havia algumas coisas que não estavam bem claras – de qualquer forma se comprometeu a resolver o problema em um mês. Não demorou muito tempo. Em uma semana a carta foi assinada.

A partir daí minha missão passou a ser encaminhar os jovens que saíam formados da Escola Técnica para o Centro de Treinamento da Região de Produção da Bahia, porque a Petrobras que ia precisar dessa gente nova. A Petrobrás estava nascendo, mas o que acontecia naquela época é que o grosso do pessoal ainda era o mesmo pessoal do Conselho Nacional de Petróleo. É difícil, até hoje, falar sobre estes pioneiros, que foram verdadeiros heróis. Os pioneiros vieram da cana-de-açúcar, muitos nem tinham profissões, mas se adaptaram muito bem ao serviço. Os maiores funcionários, os maiores técnicos saíram exatamente do Conselho, vieram de baixo. Mas acontece que esse pessoal já estava idoso, muitos já estavam perto de se aposentar. Então tínhamos que preparar gente nova para substituir esse pessoal. Fizemos isso até 1962, quando o curso foi interrompido aqui – foram cento e cinquenta e três jovens matriculados no Centro de Treinamento, dos quais ficou a metade, porque muita gente não se adaptava ao trabalho. O curso funcionava em uma sonda-escola montada em São Sebastião do Passé, para onde vinha gente de Sergipe, de Alagoas, do Pará, do Amazonas e do Maranhão.

Ainda em 1963, quando Francisco Mangabeira deixou a presidência da Petrobras, veio à Bahia e me pediu para levá-lo até Oscar Cordeiro, que foi o responsável pela descoberta do petróleo no Lobato. Ele morreu pobre, na casa de um irmão, no Tororó, porque nem uma casa ele tinha, vivia com a mesada que recebia da Petrobras. Levei Francisco Mangabeira até lá e começamos a conversar com Oscar Cordeiro. Ele insistiu na criação de um Museu do Petróleo, e chegamos a ir ao Lobato.

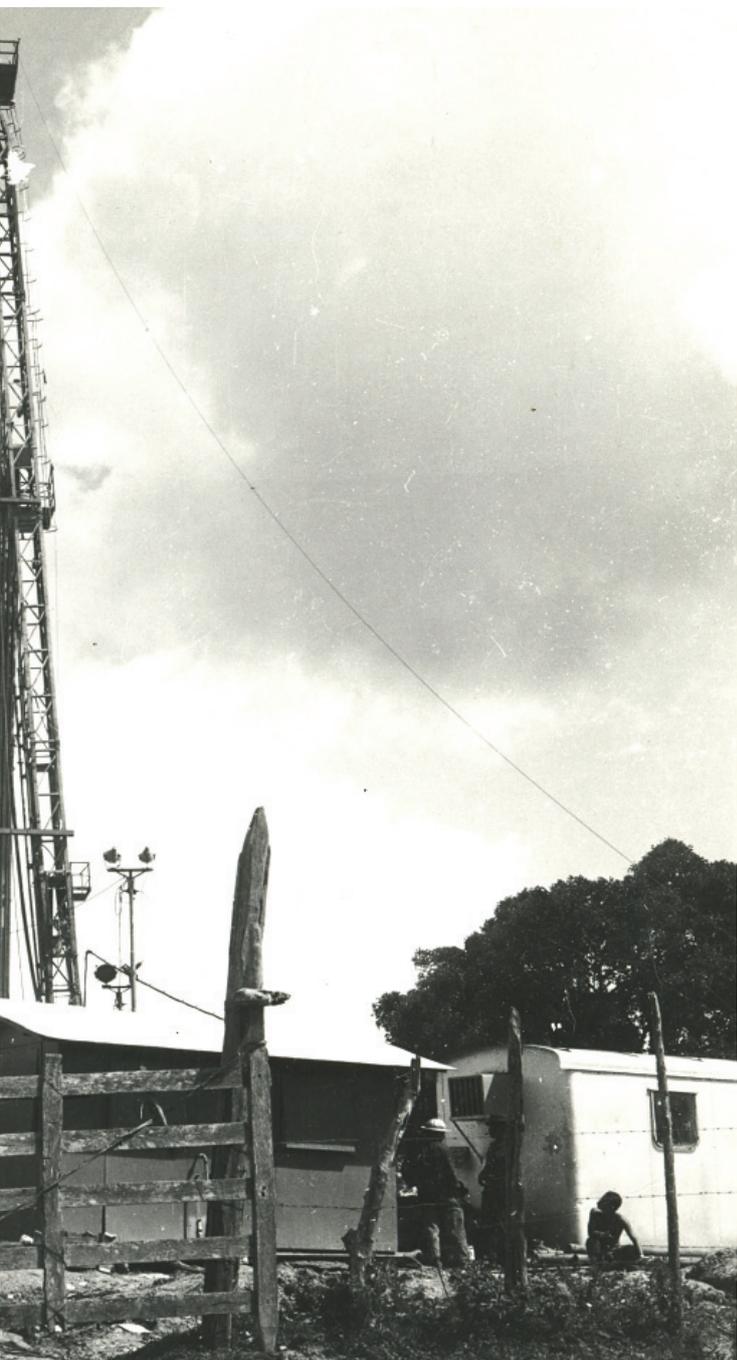
O petróleo de Lobato quem descobriu, na realidade, foi um inglês que veio construir a estrada de ferro Leste Brasileira. Ele estava fazendo o traçado da linha quando viu umas gotinhas de óleo minando do chão. Com esse óleo, que queimava, os moradores faziam fifós para pescar ali em Itapagipe. O inglês só veio aqui para construir a Leste, não veio aqui para trabalhar em petróleo, mas terminou descobrindo por acaso. Ele ficou empolgado, mas cansou de apelar para aqui e para ali. Ninguém dava assistência a ele. Foi quando se lembrou de procurar Oscar Cordeiro, que era

um homem do povo, era um homem de luta. Onde ele entrava virava tudo, a imprensa, todo mundo apoiava ele. Foi fabuloso. Mas Oscar Cordeiro chegou mais tarde a ser proibido de entrar no poço, tornou-se uma *persona non grata* para o CNP. Isso porque Juarez Távora, do Serviço de Mineralogia, subordinado àquela época ao Ministério da Agricultura, trouxe um técnico em perfuração, que tinha passado pela Argentina, pelo Paraguai, essa coisa toda. Quando ele chegou no Lobato, disse que não havia óleo no poço, que tinha



sido Oscar Cordeiro quem tinha mandado botar óleo dentro do poço. Ora, se nós não tínhamos petróleo naquela época, como é que podíamos ter posto óleo dentro?

De qualquer jeito o primeiro poço que produziu foi o de Candeias – um campo traçado pelo geólogo Pedro de Moura, um homem formado pela escola de Ouro Preto. Ele trabalhou na Amazônia toda, sacrificou-se, longe da família, sozinho, mas tinha amor ao negócio. Hoje está tudo bonitinho, naquela



Sonda de perfuração de petróleo. Acervo Petrobras

época não existia asfalto, era a Estrada Velha para Candeias. Pedro de Moura saiu daqui de carro para localizar o poço em Candeias, foi até um ponto da estrada, e dali em diante já não se podia seguir, por causa da lama. Ele foi de cavalo para locar o poço. E o mesmo gringo que tinha acusado o Oscar Cordeiro achava que o poço deveria ser furado em outro lugar, quarenta metros adiante. Mais tarde esse americano enviou uma carta a Pedro de Moura, reconhecendo que o sucesso do campo de Candeias se devia a seu trabalho, e afirmando que os dias longos e duros que Moura tinha passado em condições adversas deviam ser reconhecidos.

O campo de Candeias foi finalmente perfurado, em 1941, mas ainda houve um problema, porque perfuração tem dessas coisas: quando terminou, percebeu-se que o óleo era muito grosso, tanto que a Refinaria de Mataripe, quando foi criada, em 1950, tinha dificuldades para aceitar nosso óleo, que era muito viscoso (a Refinaria de Cubatão é que já foi preparada para receber um óleo desse tipo). Por conta disso, grande parte do óleo extraído em Candeias ia para os Estados Unidos, em troca de um petróleo mais leve que pudesse ser refinado aqui. Nos Estados Unidos nosso óleo gerava catorze subprodutos (era um petróleo muito rico), enquanto em Cubatão não eram produzidos mais que seis. O primeiro campo marítimo brasileiro de petróleo foi locado também por Pedro de Moura, que fez um importante trabalho de mapeamento da Baía de Todos os Santos. Foi aqui, em Dom João, e era mais profundo que o primeiro furo feito no Mar do Norte. Naquela época o trabalho no Mar do Norte era a referência, praticamente não existia campo marítimo, era o que havia de mais avançado.

É preciso destacar aqui um outro personagem extraordinário: Fernando Santana, que mais tarde foi deputado federal. Ele teve uma visão fabulosa. Em 1942 ou 1943, Getúlio Vargas veio à Bahia para conhecer o trabalho de exploração de petróleo. Fernando Santana era então o presidente da União dos Cidadãos da Bahia e liderou um movimento para que o governo autorizasse os estudantes das últimas três séries da Escola Politécnica da Bahia, na época das férias, a fazer estágio



"Jorrou! Petróleo no Lobato". *Jornal Diário de Notícias*. 23 de janeiro de 1939. Acervo Biblioteca Pública do Estado da Bahia

no Conselho Nacional do Petróleo, o que foi aceito. As duas empresas americanas envolvidas, uma de perfuração e outra de geofísica, autorizaram os estágios tanto para engenheiros quanto para operários. Essas empresas começaram com um grupo de vinte pessoas aqui na Bahia, todas vindas dos Estados Unidos, em 1941, quando foi perfurado o campo de Candeias, mas duas décadas depois já eram quarenta mil pessoas. O negócio cresceu – e os americanos com o contrato. Entraram pessoas que vinham do trabalho com a cana-de-açúcar, e daí saíram mesmo os melhores soldados. E aqui quero insistir na necessidade de se reconhecer realmente o trabalho do pioneiro. O caso de Mestre Jonas, por exemplo, que já falou, inclusive, sobre sua experiência na Câmara de Salvador: é um homem do interior, semianalfabeto, mas que se adaptou, aprendeu, e terminou aposentado pelo CNP. Aliás, poucos foram os que saíram do CNP e migraram para a Petrobras, a maioria preferiu se aposentar, mesmo porque a idade já era avançada. A experiência de Mestre Jonas era tanta que ele foi levado para trabalhar na Argentina, na Bolívia e em outros lugares; demorou para se aposentar, foi uma pessoa fabulosa.



"Capanema pretendia: encerrar ontem os entendimentos sobre a Petrobrás". *Jornal Diário da Bahia*. 22 de julho 1952. Acervo Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Os primeiros técnicos saíram daqui, o pessoal qualificado foi formado aqui. O contrato com a empresa de perfuração estabelecia a contratação de três engenheiros formados aqui, que foram então fazer uma especialização e um estágio nos Estados Unidos. Voltaram de lá especializados Gilberto Santos, Ivan Barreto e Geonísio Barreto. Este último assumiu a chefia de perfuração, e seu primeiro trabalho foi exatamente o campo marítimo de Dom João. Como eu dizia, Dom João foi o primeiro poço marítimo do Brasil, o que nem todo mundo sabe, nem mesmo todos os engenheiros de perfuração da Petrobrás. A bacia de Campos veio depois, foi um desenvolvimento do trabalho geológico de Pedro de Moura, que mapeou todas as bacias sedimentares do Brasil – fez o traçado de Sergipe, Alagoas, foi até o Maranhão, pois lá tem muito óleo, em Barreirinhas. Mas naquela época, mesmo quando a Petrobrás nasceu, não havia recursos para muita coisa.

Nesse processo de pesquisa e mapeamento houve um problema muito sério com os ame-

ricanos. Aquele primeiro já havia dito que Monteiro Lobato e Oscar Cordeiro tinham mandado colocar óleo no poço do Lobato. Depois, já na época da Petrobras, foi contratado um ex-funcionário da Standard Oil, que ficou quatro anos no Brasil, fazendo mais de cem perfurações de exploração na Amazônia, e nunca encontrou nada. Ele não analisava o solo como geólogo, furava de qualquer maneira – tenho certeza de que, se ele fizesse algo assim na Standard Oil ele seria demitido, porque um técnico, um engenheiro, não pode fazer uma coisa dessa. O dinheiro gasto com esses furos fez falta aqui na Bahia. A gente precisava de dinheiro na época, mas oitenta por cento do orçamento da área de exploração era entregue a ele. Nós ficamos apenas com dois campos aqui, parados: o campo de Buraçuca, em Alagoinhas, e São Sebastião do Passé. O pessoal saía do campo de Candeias para trabalhar nessas áreas, ia em caminhões, porque não havia condições de criar um alojamento.

O que penso, de acordo com a experiência que tenho, é que não é possível que um geólogo não possuísse a experiência esperada de quem havia trabalhado na Standard Oil, uma empresa que, antes da Petrobrás e no início do Conselho Nacional do Petróleo, era responsável por abastecer a Bahia com gasolina e querosene. A empresa americana fez tudo para montar a refinaria, mas Horta Barbosa, primeiro presidente do CNP, não aceitou por conta das inúmeras concessões que foram pedidas. O que eu posso concluir é que esse trabalho na Amazônia visava verificar as reservas de petróleo brasileiras, para que, quando as reservas dos Estados Unidos, que já estão acabando, terminassem, os americanos pudessem se instalar aqui. Logo, não houve muito interesse em fazer o trabalho completo para prospecção do petróleo; foi sugerido que fôssemos investir no exterior para deixar a área virgem aqui.

Foi nesse contexto que me envolvi mais no sindicalismo e logo depois na política. Quando foi fundado, o Sindicato dos Trabalhadores da Extração do Petróleo (Stiep) tinha uma estrutura única, então tínhamos que dar assistência a Bahia, Sergipe, Alagoas, Pará, Amazonas e Maranhão – tudo era feito por nós. Sairmos daqui e ir até Sergipe está bom, Alagoas está certo, mas ir para Amazônia é um negócio

mais complicado. Por isso desmembramos, mais tarde. Mas logo que começamos no sindicato entramos no campo político, eu e Mário Lima (o Mário Lima é político eu não sou; só entrei para ajudar). A política, eu conheci na Escola Técnica, e ele, no Colégio da Bahia. Mário Lima sempre foi uma pessoa habilidosa, tanto que, quando nos candidatamos à Assembleia Legislativa, em 1962, o contingente de votantes seria suficiente para eleger um deputado federal com folga. Então eu disse ao presidente do sindicato da refinaria, Oswaldo Marques: “olhe só, Oswaldo, nós já temos condições agora de fazer um deputado federal – e a gente precisa fazer um deputado federal, porque nossa categoria é nova”. Os estivadores já estavam inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): estivador, portuário, bancário, marceneiro, todo mundo, profissões antigas, já estão na CLT. E naquela época nós éramos, na região, quinze mil, vinte mil se incluíssemos a refinaria. Ele sugeriu que eu me candidatasse a deputado federal, mas eu respondi: “não, eu não sou político. Eu vou ajudar Mario Lima, porque Mario Lima tem a tendência para essas coisas”. Eu só fui candidato a deputado estadual para poder transferir os votos da minha região de produção, que eram quinze mil, porque ele só tinha os cinco mil da refinaria. Fomos os dois eleitos. Na época a Assembleia Legislativa era na Praça da Sé, onde hoje é o prédio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Eu morava perto, na Rua Sete de Novembro, e o sindicato ficava na Calçada. Então eu almoçava lá e vinha correndo para chegar às duas da tarde na Assembleia. Umas duas ou três vezes, quando cheguei na porta, fui barrado: “deputado, o senhor vai ter que ter paciência. O senhor vai a sua casa, porque o senhor sabe que não pode entrar na Assembleia sem paletó. Agora, de amanhã em diante, o senhor deputado traz um paletó e uma gravata e deixa aqui que eu guardo”. Então, quando eu chegava, ele me dava o paletó e eu entrava.

Mas já no início do mandato comecei a me desiludir. Minha bancada do Partido Socialista era formada só por mim: eu era o líder de mim mesmo e ficava no fundo da Assembleia. A frente era da União Democrática Nacional (UDN), e o pessoal chegava para discutir venda de gado, mamona, não sei mais o quê – mas



"O ouro negro do Lobato. Extrahido petróleo, hontem, em presença do Interventor Federal". Jornal Diário de Notícias. 24 de janeiro de 1939. Acervo Biblioteca Pública do Estado da Bahia

os assuntos que realmente interessavam ao povo não se discutiam. Descobri então no regimento que podia pedir licença de dois em dois meses e foi o que fiz. Na época, já estava envolvido com o Comitê de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo. Além disso, no sindicato havia muitos problemas, tudo o que se referisse à Amazônia era comigo, depois é que a gente criou um sindicato para lá. Depois veio o golpe de 1964 e já não se pode fazer mais nada.

Tive uma desilusão com a política naquela época, mas hoje a situação ainda é pior. Hoje já não se faz mais política. Eu me lembro de Otávio Mangabeira. Ele se elegeu deputado federal e foi para o Rio de Janeiro, porque o Congresso ainda era no Rio, e ficou morando em um apartamento do Hotel Glória. Depois, foi governador, ministro, deputado etc., mas nem uma casa própria Otávio Mangabeira teve aqui na Bahia. Ele só tinha um carro, um oldsmobile, que foi nosso companheiro nosso na Petrobras, porque quando ele estava fora do governo aqui ele corria as obras, tinha uma paixão lá pelo hospital que ele concluiu no bairro do Pau Miúdo. Depois que morreu, sua viúva, D. Ester, que continuou residindo no Hotel Glória, mas quem pagava sua estada eram o banqueiro Clemente Mariani e o jornalista

Simões Filho. A política na nossa época era assim, mas não quero fazer elogios demais.

Mas, voltando ao sindicato, um momento importante foi a greve pela equiparação dos salários da Bahia aos que eram pagos na refinaria de Cubatão, em São Paulo. O slogan da greve foi até bonito: "equipara ou aqui para". Nós descobrimos que havia uma enorme diferença salarial entre os operários da Bahia e os de Cubatão porque vieram dois mecânicos de lá para fazer o curso de motor a diesel. Foi Mestre Alípio, que trabalhava aqui desde os tempos do CNP, quem estava acompanhando os dois. Um dia ele me procurou e disse: "Valença, veja só, eu estou aqui com duas pessoas, dois companheiros que chegaram de São Paulo ganhando três vezes mais, vieram com um salário três vezes maior que o meu. Um negócio meio estranho". Então enviamos Valter Bezerra, que era um dos dirigentes do sindicato, e ele voltou de lá com os contracheques que comprovavam a diferença. O problema era que lá o pessoal tinha mais formação; não era, como aqui, gente que veio do nada. Em Cubatão, para ser vigilante, por exemplo, era necessário escolaridade; aqui não.

Eu fui, conforme combinado, para a greve. Eu era contra a proposta – de fato só fui contra o



# O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BAIANA E A CONTRIBUIÇÃO DA PETROBRAS



## **JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**

é graduado e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia. Pós-graduou-se no mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de Boston e cursou o pós-doutorado também em Economia pela London School of Economic and Policial Science. Professor da Universidade Federal da Bahia desde 1980, ocupou vários cargos na instituição: pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia. Foi ainda superintendente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão (FAPEX). Em 2003 tornou-se Diretor Financeiro e, desde 2005, é presidente da Petrobras.

Conferência pronunciada em 09 de abril de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

**G**ostaria de começar explicitando que esta análise é uma tentativa de fazer uma abordagem geral que combine duas coisas: de um lado, uma visão do conjunto do movimento econômico e social da Bahia – a visão do que era o ambiente em que estávamos, num período de transformação importante para o estado – e, de outro, a ação de uma empresa, que é a Petrobras, que tinha objetivos próprios bastante articulados. Dessa forma, é uma apresentação bastante generalizante, na qual certamente vou por em risco a precisão histórica, por distância do objeto de análise. Além disso, o método será o de um economista, e não de um historiador. As grandes categorias são mais importantes que as particularidades. Portanto, as grandes categorias serão mais importantes do que as especificidades e os fatos históricos. Então, peço desde logo perdão aos historiadores, porque vou abordar alguns aspectos gerais para tentar entender uma dinâmica da economia da região, provavelmente incorrendo em superficialidades e talvez em um economicismo demasiados.

Nosso ponto de partida é a década de 1940, o período da guerra e o pós-guerra. Nessa época, vivenciávamos um quadro em que diferentes setores da economia baiana precisam ser destacados. Por um lado, a economia baiana era uma economia muito débil, com muito pouca integração intersetorial, com muito pouco dinamismo. Mas, por outro lado, era uma economia muito voltada para o comércio, tanto interno quanto, principalmente, para o comércio internacional. Tínhamos, então, um espaço regional desintegrado, com uma economia pouco dinâmica, e com poucos agentes condutores. Porém, ao mesmo tempo, era uma economia muito mais ligada às trocas que a produção – a troca comercial, tanto interna como externa, era um elemento importante. A

*“ A sociedade, por outro lado, estava muito concentrada no poder, vivendo sob uma estrutura de poder familiar muito forte.”*

sociedade, por outro lado, estava muito concentrada no poder, vivendo sob uma estrutura de poder familiar muito forte. Tratava-se de uma sociedade que passou a década de 1930 e que chegou à década de 1940 com uma perda de relação com o poder central brasileiro, e, conseqüentemente, diante da possibilidade da emergência de novos atores políticos do plano regional. Em outras palavras, havia a possibilidade, nesse ambiente de pouco dinamismo, do aparecimento de novas forças políticas que poderiam conduzir o Estado.

Do ponto de vista da economia, o primeiro elemento importante era o comércio. As firmas comerciais eram fundamentais na estruturação econômica da Bahia, particularmente no Recôncavo – e vou me ater a uma visão “reconcavocrata” ou “reconcavocêntrica”, ou seja, vou eleger o ponto de vista do Recôncavo. Mais do que a atividade agrícola, o comércio era a chave na organização das atividades econômicas. Mais do que ser proprietário rural, mais do que ser pecuarista, ou estar de alguma forma empenhado na produção, o importante era estar envolvido na atividade comercial, que se desdobrava em atividade financeira, porque a Bahia tinha um circuito financeiro grande, com bancos importantes, na década de 1940.

Os engenhos estavam em crise e a atividade pecuária do oeste, da Chapada e do interior da Bahia era muito pequena, tratava-se basicamente de uma produção pecuária de subsistência e para as feiras locais. O transporte era relativamente pequeno, e a economia estava muito estagnada: havia muito poucos centros urbanos que organizassem a atividade econômica do estado da Bahia. O pequeno comércio local, as feiras locais passaram a ser um elemento dinâmico muito importante para organizar a atividade econômica fora das grandes cidades, que se resumiam a Salvador, Santo Antônio de Jesus, o complexo São Felix/Cachoeira e Feira de Santana.

As conexões dos mercados internacionais eram muito importantes, porque as firmas comerciais não somente viabilizavam a troca e a circulação de mercadorias no interior do estado, mas também tinham fortes vínculos com as áreas importadoras internacionais.



*Operário na Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, em 1966.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*

Exportavam-se madeira, açúcar, fumo e outros produtos; e importavam-se alimentos, roupas, tecidos, máquinas e equipamentos. Estas firmas, desta maneira, eram pontos de ligação entre uma economia tradicional, estagnada, pequena, e o mundo global, com a globalização, com as relações econômicas internacionais durante a guerra e no pós-guerra. Do ponto de vista dos transportes, o Recôncavo dependia fortemente da chegada de produtos do interior, e do transporte até o interior dos produtos que chegavam a seus portos. Isso significava que o transporte no interior da Baía de Todos os Santos, feito por saveiros, era um elemento-chave de organização desse fluxo de comércio que se estendia até o interior por meio de tropas de burro, ou seja, mecanismos de transporte primitivos, o que é agravado pelo estado extremamente deficitário das estradas. As estradas, de fato, só começam a se estender pelo interior a partir do final da década de 1950. Em resumo, tínhamos, então, uma situação em que o comércio interno do Recôncavo era fortemente baseado numa forma tradicional de comércio e de transporte, que é o saveiro, e com canais de penetração dos produtos baseados em tropas de burros, em mecanismos muito tradicionais de transporte de carga. A estrada de ferro tem uma pequena importância, mas as vias penetravam muito pouco no interior e tem-se, portanto, uma situação de uma economia de pouca circularidade e circulação de mercadorias.

Do ponto de vista do governo, a década de 1940, representa um período em que as milícias estaduais – e isso é um problema geral da federação brasileira – ainda são muito importantes. Por isso, os militares, as polícias estaduais ou a guarda nacional estão ativas no plano estadual e têm um papel importante, visto que eram uma base militar que viabilizava a organização do governo local em relação aos coronéis. A bandidagem e outros mecanismos muito poucos formais garantiam os poderes regionais e sub-regionais, e terminavam dando a eles um poder de controle muito expressivo de grandes áreas do interior da Bahia. Era essa composição de diversas forças que se estabelecia um mecanismo de equilíbrio que garantia o próprio equilíbrio do governo central.

Do ponto de vista da máquina de educação – e vou me permitir, ao fazer essa análise, ser um pouco heterodoxo – a educação pública de boa qualidade era para os ricos: estava limitada a poucos, que vinham quase sempre das famílias ricas. Tínhamos um sistema educacional fortemente vinculado à formação. Havia a possibilidade de entrada de alguns filhos das classes mais populares, mas esse sistema era essencialmente estruturado em torno da elite baiana – e aqui peço licença aos sociólogos e historiadores, pois estou usando o conceito de elite como economista. A saúde era também outro mecanismo interessante, uma vez que os médicos, por serem escassos, tornaram-se um conjunto da elite com vínculos regionais importantes, e transformaram-se, nas regiões mais destacadas do interior, em aliados ao poder, em alguns momentos, e em adversários, em outros. O poder local existente criou também certo dinamismo na política e no exercício do poder político, durante a década de 1940, na Bahia.

Com relação aos produtos, a Bahia assistia ao crescimento da produção de cacau, que concentrava a atividade agrícola no sul da Bahia, mas estava muito próxima às áreas urbanas, o que acarretou uma concentração urbana na região do sul do estado maior do que no restante da Bahia, e, ademais, voltada diretamente para exportação, constituindo-se num circuito de geração de excedentes, em que os grandes proprietários do cacau passaram a ter rendas elevadas em relação à renda de outros segmentos. No entanto, reinvestiram muito pouco na própria região. O volume de penetração e de associação das rendas geradas pelo cacau no Rio de Janeiro, por exemplo, era bastante elevado, enquanto no sul na Bahia isso não se verificava. Logo, construiu-se um processo de geração de excedentes na atividade produtiva do cacau, com a exportação, porém não houve reaplicação ou reinvestimento dos capitais gerados pelo cacau na própria região, apesar de esse ter sido o segmento que mais cresceu, tornando-se o mais dinâmico. Os outros produtos que eram importantes na Bahia – a cana, o fumo e a madeira – estavam relativamente estagnados em termos de capacidade de crescimento, de geração de excedentes e de redistribuição desses excedentes. As articulações das famílias proprietárias com a área comercial e com o governo do

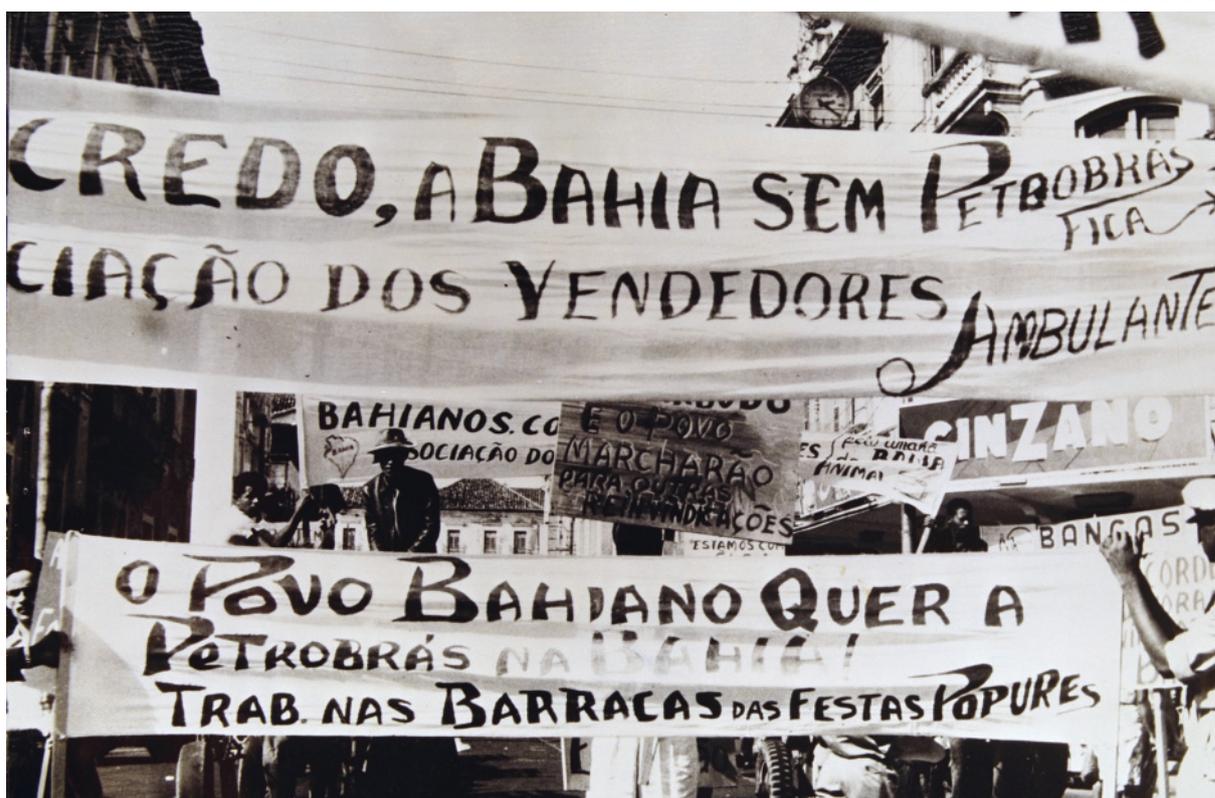
estado também sofreram modificações nesse momento, caracterizando, de forma ainda mais intensa, a expressiva desintegração espacial da agricultura baiana. Havia complexos no sertão, onde a pecuária era isolada; no Recôncavo, tinha-se a cana e o fumo e, principalmente no sul, produzia-se cacau; na Chapada, existiam basicamente culturas de subsistência e o final da mineração no início do século XX; o oeste era uma fronteira ainda a se descobrir.

Nessa estrutura completamente desintegrada, a ação do Estado era muito débil. Isso ocorria não apenas porque as atividades econômicas eram espacialmente desintegradas, pulverizadas, mas, também, por se constituir de forças políticas cuja influência era local, e para as quais as disputas locais passaram a ser muito mais importantes que a integração com o governo estadual. Além disso, o estado era paupérrimo: os recursos públicos disponíveis eram minguados devido a uma base tributária pequena, que gerava uma receita tributária mínima para o governo estadual – que, em contrapartida, oferecia serviços também mínimos. Em resumo, tínhamos um estado anônimo, sem capacidade de intervenção

em uma economia que também tinha pouca capacidade de resposta – uma economia sem dinamismo, sem capacidade de crescer.

A indústria baiana vinha também de uma fase decadente. Entre o final do século XIX e o início do século XX houve uma industrialização pujante, com uma indústria têxtil muito expressiva. Valença foi uma área industrial extremamente importante. Mas, ao adentrar a década de 1940, a Bahia contava com uma indústria absolutamente decadente, pequena, perdendo forças e sem capacidade de crescer. A indústria têxtil havia, em primeiro lugar, enfrentado a competição das confecções importadas, e, em segundo lugar, havia permanecido muito artesanal e muito localizada, sem capacidade de geração de excedentes que permitisse a criação de uma dinâmica de acumulação de capital adequada. A indústria de alimentação era principalmente familiar, pequena, sem grande expressão, baseada na transformação de doces e produtos agrícolas, como farinha de mandioca. A indústria mecânica se resumia, praticamente, à funilaria e à construção de portas e portões para as casas das elites baianas. A construção civil era basi-

Campanha “O povo bahiano quer a Petrobras na Bahia”, década de 1950.  
Acervo Petrobras



camente habitacional, com pouca intervenção em grandes obras, pouco desenvolvimento tecnológico. Esse era o quadro geral da realidade econômica da Bahia na década de 1940.

A relação entre a sociedade e o Estado, no entanto, vinha sofrendo algumas mudanças importantes. A Segunda Guerra Mundial modificou as relações econômicas entre Brasil, Europa e Estados Unidos. O Brasil terminou a guerra com certo superávit comercial, o qual depois foi destruído por políticas de importações inadequadas. O Brasil, durante o conflito bélico, chegou a colocar entraves aos produtos que atendiam à demanda local, de tal maneira que se poderia pensar na criação de um mecanismo de estímulo à substituição de importações. No entanto, a dificuldade física durante a guerra para fornecer as mercadorias não permitiu que essa substituição de importações ocorresse de forma adequada, o que impediu que tivéssemos um processo de substituição de importações que suprisse as necessidades de importação que haviam ficado limitadas durante a guerra.

No final dos anos 1930, o petróleo foi descoberto na Bahia, e isso significou uma mudança

potencial e importante. Durante a guerra, entre 1939 e 1945, o petróleo já havia-se tornado um elemento estratégico fundamental para a geopolítica mundial. As tropas das nações beligerantes precisavam de óleo diesel, precisavam de gasolina, e isso era um elemento-chave para garantir a expansão das tropas na Europa. Além disso, os navios precisavam de óleo combustível. O petróleo, portanto, era um produto-chave já no decorrer da Segunda Guerra Mundial, e a partir daí tornou-se um elemento estruturante das relações internacionais do mundo – e o Brasil encontrou petróleo, na Bahia, nesta época. Ainda que muito embrionariamente, a Bahia passou a estar ligada a essa nova dinâmica já na década de 1940, nesse momento em que o petróleo se tornou, pela primeira vez, o elemento fundamental da dinâmica geopolítica mundial.

No final da década de 1930, portanto, tivemos uma mudança significativa desse produto, o petróleo, sobre o qual discorrerei detalhadamente mais adiante. Antes, gostaria de abordar dois segmentos das elites baianas e das elites brasileiras que tiveram um papel fundamental na organização da sociedade

Campanha "O petróleo é nosso", década de 1950.  
Acervo Petrobras



nessa época. O primeiro segmento é o dos militares. Depois da Revolução de 1930, tivemos um interventor no Estado da Bahia, assim como em outros estados. Para a Bahia foi escolhido o militar Juracy Magalhães. Essa escolha não se deu por razões relacionadas à economia ou à sociedade baiana, mas por razões nacionais: de um lado, havia uma quebra dos poderes locais, em virtude de mudanças no poder nacional, e, de outro, os militares introduziram nacionalmente a ideia do planejamento estratégico em alguns segmentos importantes da economia, particularmente a atividade petrolífera e a siderurgia. Esses dois segmentos foram conduzidos pelos militares desde a década de 1930, com planejamento de longo prazo, com a ideia de intervenção do Estado, com a elaboração de metas que não eram exclusivamente metas de retorno de investimentos no curto prazo, com o foco na geopolítica, com a percepção da importância estratégica desses dois produtos: aço e petróleo. Desse esforço saiu, de um lado, a Companhia Siderúrgica Nacional, e, de outro, a Petrobras. Portanto, tanto do ponto de vista do descenso dos poderes locais tradicionais, como do ponto de vista da modernização da forma de ação dos estados na década de 1930 e 1940, os militares tiveram um papel modernizante, que precisa ser destacado.

O segundo segmento que merece ser destacado é o dos intelectuais. Numa sociedade com largas tradições intelectuais como a Bahia, na qual a elite sempre foi participativa dos debates nacionais, para os quais nossos intelectuais sempre tiveram um papel importante. Nessa época, o debate intelectual passou a ter um papel ainda mais fundamental na formação dos valores e da própria estrutura política nacional. Vou abordar apenas dois grandes temas que, na década de 1940, foram importantes, gerando alguns embates de dimensão nacional, e que tiveram uma participação relevante dos intelectuais baianos. O primeiro é a questão racial. Esta foi uma questão que – para o Recôncavo principalmente, se não para a Bahia como um todo – tem uma dimensão especial, dada a presença da população negra e a diferenciação social que ocorreu na Bahia em relação ao acesso desta população aos mínimos direitos na organização da socie-

dade, tendo em vista o caráter aristocrático da formação da nossa elite branca. No final da década de 1930 e no início da década de 1940, tem-se uma grande discussão sobre a importância da questão racial brasileira, e, especificamente, baiana, na qual dois intelectuais baianos se destacam: Costa Pinto e Guerreiro Ramos.

Costa Pinto era branco, de uma família de engenho, e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde tornou-se professor emérito da Faculdade de Economia e desenvolveu uma série de estudos em que destacava a importância da questão racial como objeto de análise. Ele, branco de família rica de engenho de açúcar, comunista – vinculado à Liga Comunista – formulou, portanto, toda uma visão de classe e raça numa discussão muito contemporânea, no final da década de 1930 e início da década de 1940. Ao mesmo tempo, havia Guerreiro Ramos, filho de Santo Amaro, mulato, de família pobre, integralista, que também discutiu temas referentes à questão racial, de forma a destacar o negro como um ator importante na sociedade. A existência desse debate demonstra como o grupo mais oprimido da sociedade baiana, os negros do Recôncavo, é chamado para o centro da discussão acadêmica das elites. O objeto e a análise da elite passa a ser, nesse momento, apresentar como o povo, na sua expressão mais oprimida, manifestou-se em plena crise dessa sociedade – que descrevi como pouco estruturada e pouco organizada – e isso revela, de certo modo, essa dicotomia da sociedade baiana de estar um pouco fora do mundo e, ao mesmo tempo, estar antena-da com o mundo permanentemente.

Outro debate que também se desenvolveu na década de 1940, e que se expressou de forma muito mais efetiva na década de 1950, foi a questão regional, com destaque para as intervenções de Rômulo Almeida e Pinto de Aguiar, dentre outros. Esses teóricos formularam a ideia de que a economia tem espacialidade, sendo preciso, dessa forma, haver uma ação do Estado para alterar a dinâmica das economias locais. Acredito que esses são dois exemplos de discussões no âmbito da elite que mostram que, apesar de um quadro de estagnação da economia, na formulação das

ideias, do ponto de vista de organização do Estado, surgem perspectivas de modificações desta realidade.

É nesse contexto, portanto, que vai haver, em 1933, a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral, e, em 1938, a criação do Conselho Nacional do Petróleo. Em 1939, descobriu-se petróleo no Lobato, na periferia de Salvador, e, em 1940, foi inaugurada a primeira Refinaria Experimental de Petróleo, com a visita do presidente Getúlio Vargas ao campo do Lobato. Em 1941, descobre-se o campo de Candeias, onde foi construído o primeiro poço comercial, o poço Candeias I. Ainda

nessa década, entrou em operação, em Aratu, a primeira destilaria de petróleo no Brasil, que serviu de escola para a construção da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, alguns anos depois. Promulgou-se ainda o decreto-lei federal 3.236, o qual estipulou que o petróleo pertence à União e que as concessões exploratórias somente podem ser dadas a empresas brasileiras com acionistas brasileiros. Nesse contexto, constituiu-se, por ação do governo federal, a organização de uma nova atividade econômica – que por sua própria natureza era mais nacional, e mesmo mais internacional, do que a economia baiana, além de ter uma escala expressivamente maior que a economia

*Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, década de 1950.  
Acervo Petrobras*



tradicional baiana. Com isso, criaram-se as condições para um grande impacto externo, que com grande força alterou essa pasmação, essa estagnação, essa falta de dinamismo que caracterizava a economia baiana – aquilo que alguns chamaram de “enigma baiano”, e que alcançou os anos de 1950.

No âmbito da atividade petrolífera, a década de 1950 foi marcada pela entrada em operação da Refinaria Landulpho Alves, e pela criação da Petrobras, apenas em 1953. No ano seguinte, foi instituída a região de produção da Bahia, que hoje é nossa UN Bahia. Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek visitou a Refinaria Landulpho Alves, e, no ano, entrou em operação o terminal marítimo de Madre de Deus. Na década de 1960, a Petrobras supria 65% do consumo de petróleo do país, o restante era importado. A produção começara a crescer no final da década de 1950: em 1957, praticamente não havia produção. O pico nesse período, com 100 mil barris por dia, foi atingido em 1962 e 1963 (hoje a produção da Petrobras é de quase 2 milhões de barris por dia). A produção de gás seguiu a produção de petróleo: em 1951, produzíamos 1 milhão de barris ao longo do ano; em 1956, produzimos 10 milhões de barris; e, em 1961, passamos para 100 milhões de barris.

Essa expansão acelerada levou, já na década de 1950, à decisão brasileira de realizar obras estruturantes no Brasil, que pudessem conduzir a uma nova integração regional como a construção da Usina de Paulo Afonso, a estrada Rio-Bahia e a estruturação da Petrobras. A Usina Hidroelétrica de Paulo Afonso, por exemplo, tinha uma capacidade de geração de energia elétrica bem maior que a demanda existente no momento em que foi construída. Tratava-se de uma obra que visava proporcionar a energia necessária para viabilizar a expansão industrial e econômica no Nordeste brasileiro. Por outro lado, a realização de grandes projetos como esse exigia a articulação com novos atores da produção – começaram a aparecer empresas de construção civil, mais ligadas a obras públicas, os grandes nomes das indústrias da construção civil brasileira que nós conhecemos mais contemporaneamente. Paulo Afonso representava

também, do ponto de vista de sua história, a realização da luta que tinha sido encampada por Delmiro Gouveia, a luta da integração da energia com a indústria: a geração de energia elétrica, não apenas para uso domiciliar, mas principalmente para uso industrial – uma visão modernizadora, dinamizadora da economia que triunfava com Paulo Afonso.

Um outro exemplo importante foi a construção da estrada Rio-Bahia, que foi uma obra de grande porte no estado. O fato de se chamar Rio-Bahia, e não Bahia-Rio, reflete claramente a direção do fluxo que se pretendia: visava-se essencialmente trazer produtos do Rio de Janeiro para a Bahia, e proceder à integração da dinâmica do Sudeste à economia baiana. Durante sua execução a estrada estimulou o dinamismo em regiões onde antes não havia, viabilizando a participação de empreiteiros locais, que cresciam e se transformavam em especialistas em pontes, estruturas de concreto, montagens rodoviárias. Desta forma, desenvolveu-se um novo segmento na indústria baiana, com as oportunidades oferecidas ao nosso empreiteiro rodoviário, ao nosso construtor rodoviário, além de viabilizar um novo tipo de fluxo comercial, resultante da dinamização econômica das várias regiões pelas quais passava a Rio-Bahia.

A expansão urbana e a necessidade de integração dos segmentos econômicos nessas novas atividades com mais densidade mudou um pouco a composição da elite local, por forçar o aparecimento de um novo tipo de empresário, para o qual trabalhar, ganhar dinheiro com a atividade produtiva, passou a ter uma dimensão maior do que simplesmente ser o dono da fazenda, ser o dono da região. O poder passou a ter outras origens, e a atividade econômica passou a ter, também, um papel maior na montagem desse poder. Os representantes comerciais passaram a possuir um importante papel; no âmbito da economia baiana, eles eram um vínculo direto que viabilizava a entrega de produtos no prazo adequado, mais do que a indústria, fosse mecânica, metalúrgica ou siderúrgica. A atividade comercial foi uma atividade estruturante na Bahia na década de 1950, junto com a atividade da construção civil.

Antes de tratar da Petrobras, é preciso falar um pouco sobre a mudança no planejamento governamental. Politicamente, a Bahia terminou a década de 1950 como o estado com a maior pulverização partidária do país: com a sucessão de domínios entre governadores da Bahia do pós-guerra, resultando numa enorme pulverização da representação político-partidária. Nós tivemos aqui na Bahia um Partido Comunista forte, um Partido Social Democrático (PSD) forte, um Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) forte, um Partido da Democracia Cristã (PDC) forte, o que propiciou o aparecimento de novos líderes políticos na década de 1950. Antônio Balbino, vindo do oeste, tornou-se um líder político importante. Antônio Lomanto Júnior, oriundo da região de Vitória da Conquista, consolidou-se como um líder político. Juracy Magalhães, que estreara na política estadual como interventor após a Revolução de 1930, transformou-se numa liderança política de peso. Antônio Carlos Magalhães cresceu nesse período. Waldir Pires consolidou-se como líder importante nessa época. João e Otávio Mangabeira

começaram a perder força nesse período, mas ainda participavam ativamente da vida política. Havia também Hélio Machado, que foi prefeito de Salvador.

Em resumo, surge uma série de líderes importantes na Bahia na década de 1950, o que criou uma vitalidade para a ação política, que se dava agora com certo dinamismo sobre o pano de fundo de um crescimento econômico previsível e do fim de um período de estagnação. Essa previsibilidade do crescimento econômico é fruto do planejamento e da ação do governo na Bahia, mas financiada pela Petrobras. O planejamento foi impulsionado por Rômulo Almeida, que montou toda uma estrutura estadual de planejamento, em que o fomento agrícola e a extensão rural eram essenciais, e para cuja organização a criação de um sistema financeiro estadual – com o Banco do Estado da Bahia (BANEB) – foram absolutamente fundamentais. O planejamento do investimento tornou-se a chave para o crescimento, e tudo isso foi montado nas chamadas “pastas rosas”, que criaram o Conselho

Campanha “O petróleo é nosso”, década de 1950.  
Acervo Petrobras



Planejamento Estadual (CPE) e a Secretaria de Planejamento (SEPLANTEC). E todas essas iniciativas dependiam dos royalties pagos pela Petrobras.

Do ponto de vista financeiro, o que sustentou todo o sistema de planejamento na década de 1950 foi a Petrobras. Nessa época consolidou-se uma aliança de ação planejadora para o estado, com forte influência militar e norteadada pela ideia do planejamento estratégico. Isto estava ligado à visão desenvolvimentista de Rômulo Almeida, apoiada pelos governos e pelas elites políticas estaduais, e pelo segundo governo de Getúlio Vargas – que montou uma assessoria econômica composta por Rômulo Almeida, Guerreiro Ramos, Jesus Soares Pereira e Inácio Rangel. Foi nesse momento que foram criados a Petrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), o Banco Nacional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Em outras palavras, desenvolveram-se os aparelhos do Estado para que se pudessem intervir na economia diretamente, conduzindo o investimento. Não se pensava então que o mercado livre ia levar ao crescimento; ao contrário, pensava-se que era a intervenção do Estado que levava ao crescimento. Para o estado da Bahia, a receita dos royalties representava muito dinheiro. Até então a Bahia tivera uma base tributária pequena, com pequeno volume de serviços.

Outra questão importante acerca do impacto da Petrobras é o efeito sobre o mercado de trabalho. O petróleo abriu uma nova área de trabalho, que exigiu um volume de treinamento e recrutamento especial, de dimensões nacionais. O desenvolvimento no estado, de mecanismos de treinamento associados às universidades, particularmente à Universidade Federal da Bahia, foi um elemento importante na constituição da área de qualificação de formação profissional. Vários profissionais tornaram-se especializados porque eram os únicos que tinham acesso a essas atividades no país e a Bahia tornou-se um centro de formação importante na área do petróleo: os engenheiros de petróleo eram formados aqui, e ainda hoje uma grande parte é formada aqui. A área da geofísica que se desenvolveu na Bahia teve um impacto importante, em um momento em que a Universidade Fede-

ral da Bahia era fortemente influenciada pelo desenvolvimento das artes, com o Reitor Edgard Santos. Edgard Santos desenvolveu mecanismos e possibilidades para a constituição de uma área mais dura e, talvez, menos criativa, porém mais formalizada, que é a área da ciência do petróleo – tanto a geologia como a geofísica, a engenharia do petróleo, a mecânica e a química.

Atualmente, a produção da Petrobras na Bahia vem declinando, o que decorre do envelhecimento normal dos campos. Todo campo de petróleo tem um momento de pico e depois perde a vitalidade. O fato é que nós tivemos uma queda na produção de petróleo ao longo do tempo na Bahia. Já no caso da produção de gás, ocorre o inverso, uma produção crescente, mesmo sem considerar a produção a ser extraída do campo de Manati, no litoral de Cairu. Isso significa que a Bahia, em termos de produção de combustíveis, passa a ser, crescentemente, uma província produtora de gás.

A atuação da Petrobras contribuiu, em grande medida, para que saíssemos de uma sociedade relativamente estagnada para uma sociedade muito mais complexa, muito mais dinâmica. Entretanto, a presença de grandes empresas, de polos dinâmicos, passou a ser um elemento que caracterizou os tempos recentes. Isso implicou o fato de que o estado teve saltos de crescimento, que, principalmente a partir de 1960, foram muito menos o fruto de um crescimento orgânico, contínuo, e muito mais o resultado de ações exógenas, mais ligadas à dinâmica nacional que à dinâmica estadual. O surgimento do Centro Industrial de Aratu (CIA), por exemplo, que esteve muito ligado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); mais tarde a fundação do Pólo Petroquímico de Camaçari, muito ligada à situação petroquímica da Petrobras. Nos últimos anos, a implantação da Ford, que também se deveu muito mais à dinâmica nacional que a dinâmica estadual. Nosso dinamismo tem-se dado por saltos. E ao longo desse período nossa economia tornou-se um pouco mais complexa, e nossa vida política transformou-se – durante um período muito longo, tivemos uma monotonia na representação política; agora esperamos retornar a ter as alternativas políticas que abrem novas possibilidades.

# SETENTA ANOS DO CAMPO DE CANDEIAS

## gênese da indústria do petróleo no Brasil

**Alberto Freire**

jornalista, doutor em Cultura e Sociedade pela UFBA, trabalha na Comunicação da Petrobras na Bahia



*Poço Candéias I em 1941.  
Acervo Petrobras*

“**B**anho de ouro negro! Não pode mais ser posta em dúvida a existência do petróleo baiano de Lobato”. Essa era a manchete do jornal O Estado da Bahia, do dia 24 de janeiro de 1939, para anunciar a descoberta do Campo de Lobato. Um fato de importância e grande repercussão que redirecionou os destinos da política brasileira para o setor petrolífero. O Recôncavo baiano estava, definitivamente, marcado como a nova província de petróleo da América Latina.

A continuidade da exploração no recém descoberto Campo de Lobato revelou que o volume de óleo não era comercialmente viável.

Essa constatação parecia um novo golpe nas pretensões do Brasil ingressar no seleto grupo de países produtores do chamado ouro negro. Mas, os técnicos do Conselho Nacional de Petróleo - CNP não se deixaram abater. Viajando de trem, de carro, a cavalo ou mesmo a pé, a equipe do geólogo Pedro de Moura prosseguiu no mapeamento do Recôncavo, em busca de condições geológicas mais favoráveis.

O resultado positivo viria dois anos depois, em 14 de dezembro de 1941, com a descoberta do campo de Candéias. O poço descobridor que tinha o prefixo B-14, depois alterado para C-1-BA, ou Candéias nº 1, atingiu a profundi-



*Óleo no Recôncavo.  
Acervo Petrobras*

dade de 1832 metros. A produção comercial de Candeias foi confirmada, o que transformou a descoberta no marco inicial da indústria do petróleo no Brasil.

Os dois anos que separam as duas descobertas, de Lobato e Candeias, podem ser considerados muito rápidos para a época, diante do aparato tecnológico existente. Nos relatos dos técnicos do CNP, há vários registros do excesso de chuvas no local, o que atrapalhava as operações, principalmente o transporte de equipamentos e materiais para a sonda. O solo argiloso da região, chamado de massapê, deixava as estradas intransitáveis. Usar o carro-de-boi como transporte foi uma solução criativa que reunia a tradição rural com a moderna indústria do petróleo que se instalaria a partir de então.

A confirmação da comercialidade do campo de Candeias foi mais uma vez obra da persistência dos técnicos pioneiros. Os primeiros testes indicaram apenas a ocorrência de água. Foi necessária uma quebra de paradigmas para que se testasse avaliar o reservatório no sentido de baixo para cima. Essa criatividade operacional possibilitou detectar não apenas a ocorrência de petróleo, mas em quantidade e níveis economicamente viável, o que inseriu o Brasil em uma nova era. Setenta anos depois, como um desafio à longevidade, o poço Candeias nº 1 continua ativo, com uma pequena, mas emblemática produção de óleo e gás, que contribui para os resultados da Petrobras na Bahia.

### **Candeias: do canavial ao petróleo**

A região de Candeias durante muito tempo teve a sua economia baseada no cultivo da cana e nos engenhos de açúcar. Quando o campo de Candeias foi descoberto, em 1941, o local ainda era um distrito de Salvador e assistia a decadência que se abateu na economia baiana com o fim do ciclo de poder e riqueza da cana-de-açúcar.

A descoberta do campo de petróleo transformou a realidade do local. A comunidade agrícola passou a conviver com a implantação de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento do novo empreendimento industrial. Desta forma, a riqueza de Can-

deias mudava do cultivo do solo para a produção de óleo e gás do subsolo.

As transformações socioeconômicas foram rápidas e de fácil percepção. Enquanto a população flutuante aumentava em busca de oportunidade na atividade de petróleo, a paisagem do local mudava-se para dar lugar a oleodutos, tanques e novas estradas para acesso aos poços. A antiga vila de agricultores e senhores de engenho, abrigava, assim, uma nova categoria de trabalhadores que mudaria o panorama econômico e social do lugar: o petroleiro. Em Candeias também se instalou uma estrutura de ensino e aprendizagem para a formação de pessoal especializado.

A definição do local de instalação da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe – RLAM, inaugurada em 1950, foi influenciada pela proximidade do campo de Candeias. A partir de então, a região e seu entorno passou a abrigar os segmentos de exploração, produção e refino, em plena metade do século XX. Quando a Petrobras foi criada, em outubro de 1953, o campo de Candeias era uma realidade incontestável, com vários poços em produção.

*Poço Candeias C.  
Acervo Petrobras*



# A DÉCADA DE 1950 e o desenvolvimentismo na Bahia

**Luís Henrique Silva Sant'Ana**

historiador, mestre em História Social pela UFBA, coordenador do Centro de Memória da Bahia



Manifestação estudantil em frente à Reitoria da UFBA.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA

**D**urante as décadas de 1960 e 1970 vários economistas, historiadores e cientistas sociais se dedicaram a tentar compreender os motivos pelos quais a Bahia não se industrializava tal qual as regiões Sudeste e Sul do Brasil entre os anos 1930 e 1950. Pinto de Aguiar e Rômulo de Almeida chegaram a falar em “enigma baiano” para tentar explicar o que acontecia com a economia baiana. Mas se durante o segundo quartel do século XX a Bahia não tinha crescimento como nos períodos colonial e imperial, o mesmo não se pode dizer no período pós-redemocratização do Brasil.

A partir dos anos de 1950, a Bahia passa a viver um novo momento econômico e político após a queda do regime do Estado Novo. Nesse período, uma série de mudanças de caráter desenvolvimentista atingiu diversos setores da sociedade baiana. As transformações, como já fora dito, não ocorreram apenas na economia e na política, mas também no Cinema, Teatro, Música, Medicina, Direito, Educação, mineração, movimentos estudantil e sindical, entre outros.

Com o intuito de debater a história desse momento de transformações baianas, a Fundação Pedro Calmon/Secult promoveu ao longo do

ano de 2007, o Ciclo de Conferências Memórias do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964) que começou em abril e terminou em dezembro do referido ano. As conferências foram uma oportunidade para se discutir as mudanças ocorridas na Bahia nos anos 1950/1960 sob ótica de quem vivenciou ou estudou sobre período. Podemos dizer que no evento houve importantes declarações feitas por José Sérgio Gabrielli, Wilton Valença, Fernando Schmidt, Marília Muricy, Eliane Azevedo, João Eurico Matta, Naomar de Almeida Filho, Orlando Senna, Carlos Capinan, Waldir Pires. As apresentações foram gravadas, transcritas e editadas pela Fundação Pedro Calmon. Os originais se encontram arquivados no Centro de Memória da Bahia.

Os movimentos artísticos surgidos na Bahia, tais como Tropicalismo, Cinema Novo e Teatro dos Novos, assim como os intelectuais baianos nas mais diversas áreas do conhecimento se tornaram referência não apenas para o estado mais igualmente o país. De acordo com o cineasta Orlando Senna, o Cinema Novo, que teve Glauber Rocha como um dos seus expoentes na Bahia, sofreu a influência de um movimento chamado “Jogralasca dos estudantes do Colégio Dois de Julho”. Este acontecimento cultural teria sido influenciado pela Semana de Arte Moderna de 1922. Para Capinan, “Glauber era um exemplo fantástico de artista revolucionário. Ele viveu somente para fazer arte. No Diário, fazia um dos grandes jornais de cultura que se conheceu”.

Antes que o petróleo começasse a influenciar nos destinos da economia baiana, era o cacau o principal produto da pauta de exportações baiana. A política estadual estava voltada para o desenvolvimento da cacauicultura. Consoante Waldir Pires foi a mudança nos rumos da política baiana que garantiu ao estado a recuperação da sua economia. Para ele, “o governo de Antônio Balbino foi um governo extremamente importante porque a



Óleo no Recôncavo.  
Acervo Petrobras



Glauber Rocha.  
Acervo Diretoria de Audiovisual – DIMAS

Bahia vinha de um processo de certa paralisia, não diria propriamente uma decadência, mas era uma paralisia que vinha de há muito tempo. Não tínhamos nenhum centro dinâmico que pudesse alavancar a economia baiana. Havia os vários produtores de cacau, que ficavam na dependência do jogo da bolsa internacional para dar maiores ou menores preços. O cacaucultor não era propriamente um empresário, e o cacau tinha se tornado praticamente uma monocultura em toda a região sul da Bahia. Era o setor mais forte da economia e não era um setor dinâmico, não acontecia que os resultados da cultura e da comercialização do cacau estivessem se transformando numa força alavancadora de acumulação de capital ou de geração de emprego e de renda”.

A atividade petroleira foi o marco do renascimento econômico baiano. A descoberta de petróleo em 1939 no bairro do Lobato, Subúrbio Ferroviário de Salvador, e depois em 1941 no município de São Francisco do Conde possibilitou à Bahia dinamizar a sua economia e atrair novos investimentos industriais para o estado. Consoante Gabrielli, “A atuação da Petrobras contribuiu, em grande medida, para que saíssemos de uma sociedade relativamente estagnada para uma sociedade muito mais complexa, muito mais dinâmica”. O crescimento econômico provocado pelo descobrimento do petróleo nem sempre foi sinônimo de valorização dos salários dos trabalhadores baianos. Por causa disso, Wilton Valença lembra que “um momento importante foi a

greve pela equiparação dos salários da Bahia aos que eram pagos na refinaria de Cubatão, em São Paulo. O slogan da greve foi até bonito: ‘equipara ou aqui para’. Nós descobrimos que havia uma enorme diferença salarial entre os operários da Bahia e os de Cubatão porque vieram dois mecânicos de lá para fazer o curso de motor a diesel”.

As transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas na Bahia a partir do final do Estado Novo foram acompanhadas por novas ideias no campo intelectual que revolucionaram a educação com as teorias de Anísio Teixeira, a Medicina com Edgard Santos e o Direito com Machado Neto. No que diz respeito aos movimentos sociais, “o movimento estudantil começou também a se preocupar com questões de seu âmbito interno, ligadas à visão da gestão democrática, envolvendo-se em lutas que deram ainda mais legitimidade à União Nacional dos Estudantes. Um bom exemplo foi a luta pela reforma universitária, uma reforma universitária que aproximasse as universidades da sociedade e dos problemas brasileiros, e que, inclusive, as lançasse no debate sobre a escolha da melhor via para o desenvolvimento” durante a década de 1960.

Foi com o intuito de mostrar a riqueza das lutas dos baianos por melhores condições de vida através de economia dinâmica nos anos pós-Estado Novo que a Fundação Pedro Calmon realizou o Ciclo de Conferências Memórias do Desenvolvimento que ora é tema desta Revista de História da Bahia.

# DIREITO E DESENVOLVIMENTO:

## a contribuição de Machado Neto



### MARÍLIA MURICY MACHADO PINTO

é graduada e mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia, e doutora em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal da Bahia desde 1973, foi Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1985 e 2003, tendo presidido a Comissão de Direitos Humanos da instituição. Foi Procuradora de Justiça do Estado da Bahia entre 1986 e 1996, e Secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos de 2007 a 2009. Atualmente é membra do Conselho Penitenciário do Estado da Bahia e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ligado ao Ministério da Justiça.

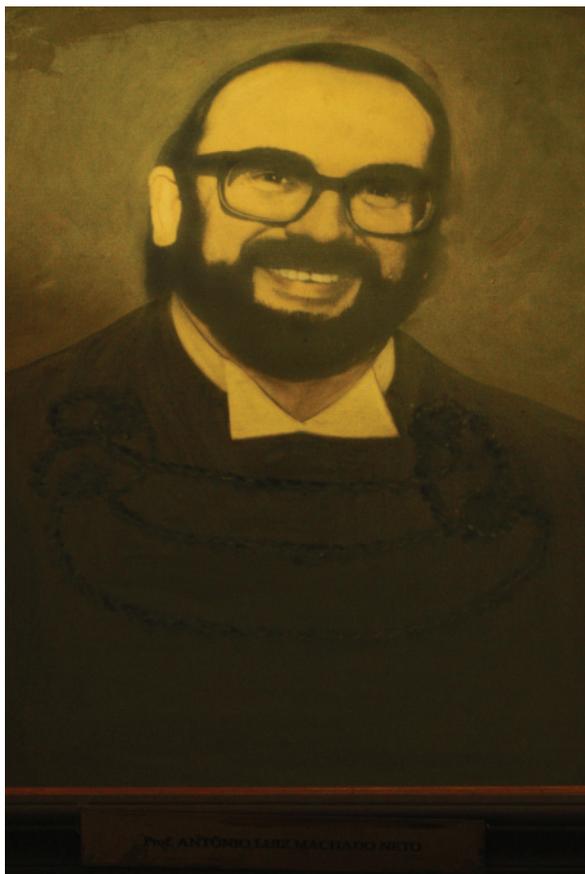
Conferência pronunciada em 25 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

Esta é uma ocasião única, a de refletir sobre um período que foi de excepcional importância para a história do desenvolvimento da Bahia. E, quando digo desenvolvimento, não me refiro apenas ao desenvolvimento socioeconômico e político, mas também ao desenvolvimento no plano da vida intelectual, no qual buscarei enquadrar a figura de importância sem par que foi Antônio Luís Machado Neto. Machado Neto morreu num domingo ensolarado de 1977, precisamente em dezessete do sete de setenta e

sete, aos quarenta e sete anos, em pleno viço de sua vida intelectual. Vivia um momento de plenitude, de alegria, de contentamento: na véspera de seu falecimento, havia chegado ao mestrado de Ciências Humanas, de que era coordenador, assoviando uma música de Violeta Parra (ele tinha uma preferência estética essencialmente hispânica), "Gracias a la vida". Em função disso, no túmulo de Machado Neto os amigos e familiares escreveram: "Gracias a la vida". Foi no Mestrado em Ciências Humanas que o conheci. Eu era aluna do

Mestrado, e tornei-me sua assistente, de início no âmbito do tirocínio docente, com a disciplina Teoria Geral do Direito. A partir daí segui num trabalho mais próximo a ele, durante os quatro últimos anos de sua vida, de 1973 até 1977 – anos de convivência cuja marca está presente até hoje na minha vida.

De fato, Machado Neto morreu aos quarenta e sete anos, dando graças à vida curta, mas absolutamente plena e absolutamente criativa, que ele viveu. Desde criança, padecia de uma doença cujo nome técnico eu não vou reproduzir, porque acho mais gostoso agora, sentindo as minhas memórias, referi-la pelo nome que ele mesmo usava, que era o nome que lhe dava sua velha tia, a avó Lídia: barriga d'água. Machado Neto foi desenganado, quando criança ainda, e durante os primeiros anos de vida ele viveu acamado, lendo livros e gibis de literatura fantástica, tomando conta do planeta Mongo que ele dividia com Flash Gordon. Mas preferia tratá-lo numa outra perspectiva... Ele se sentia o intelectual rei, e era assim que se projetava – começava ali a trajetória: o sábio, que é ao mesmo tempo, o imperador. O sábio que, pelo brilho da razão, comanda a vida e constrói o futuro. Isso vai permanecer presente – esse traço da infância, dos sonhos infantis do Machado Neto, vai permanecer presente ao longo de toda a sua trajetória. Machado Neto foi um homem para quem o uso da razão transformava o mundo. Foi um homem moderno, no sentido da modernidade política, no sentido da modernidade filosófica, para a qual o pensamento não é apenas um exercício ocioso de erudição, mas antes uma forma pela qual nos apropriamos do mundo, e assumimos a responsabilidade ética de transformá-lo. Esse foi o grande sonho do Iluminismo – o sonho que Machado Neto partilhou nas fases decisivas da sua formação intelectual; e não foi à toa que o seu primeiro artigo como redator-chefe da Revista Anglos, que ele veio a fundar na Faculdade de Direito, durante a década de 1950, intitulou-se A Ilustração. Machado Neto foi um iluminista, no melhor sentido da palavra. Aliás, essa geração de Machado foi uma geração iluminista – que Deus a salve, em tempos em que partilhamos descrenças e desesperanças, e em que confiamos muito pouco na nossa capacidade de comandar o mundo.



*Quadro de Machado Neto na Faculdade de Direito da UFBA.  
Acervo Fundação Pedro Calmon*

Machado Neto foi esse menino doente – e, quando, afinal de contas, curado, prosseguiu. Perguntava ele aos seus amigos mais próximos: “será que eu tinha mesmo vocação intelectual ou foi a barriga d'água que me obrigou? Porque, enquanto os meninos estavam na rua, jogando pelada, eu era obrigado a ficar em casa lendo gibi e a projetar o mundo do gibi para os grandes clássicos da literatura, e em seguida para os nomes mais importantes da teoria filosófica, da Sociologia, da Antropologia, da Economia. Será que era mesmo a minha vocação? Será que foi porque eu não pude jogar pelada na época certa?” O fato é que Machado Neto, como registra em seu diário, se apropriava da vida, no início de sua vida, através dos livros. Como era um menino essencialmente tímido, só tinha uma ponte com a vida vivida: a imaginação da criança doente, e, em seguida, a do rapaz tímido em que se tornou – a imaginação e o filtro da literatura. Ele começou a exercitar o seu talento e a sua inteligência pelo caminho da estética, pelo caminho da literatura. Há uma pequena frase registrada no diário, e que

é, sob esse aspecto, uma preciosidade, escrita aos dezenove anos, e que mostra como ele, já então, começava a trilhar esse caminho:

lembro-me ainda da missa campal na Praça da Sé, no dia 1º desse ano que se vai. Faria o vestibular. Me esforçaria por fazer o melhor possível no meu primeiro ano de faculdade. Participaria enfim da vida, que esta sempre foi minha maior vontade. Passei no primeiro lugar no vestibular. Passei por média nas quatro cadeiras do primeiro ano e com a média mais alta da turma. Tudo isso foi fácil, já não me parece hoje de menor importância. Não participei, continuei assistindo somente. Tomava o bonde para Itapagipe, como faço há anos, e assisti a vida que se manifestava nas ruas, nos largos e nas esquinas, nos casais de namorados. Limitei-me a andar pela mão alheia. Apenas tomei contato com a vida pela leitura. Um contato que se ganha em profundidade, perde porém a intensidade, em risco, em participação efetiva e direta.

Como tudo o que Machado Neto fez em vida, sempre o primeiro: o primeiro no vestibular, honra ao mérito na Faculdade de Direito, depois brilho, brilho excepcional em todos os concursos a que se submeteu. E a mágoa, a tristeza após o último deles, em 1974, quando escreveu: “afinal, o que é que eu vou fazer mais? Não tenho mais concurso para fazer! O concurso alimenta minha vida, o concurso me diverte. Marília, intelectual não trabalha, intelectual se diverte!”. Ele vivia sorrindo, alegre, entre roer as unhas, angustiado pela perseguição da ideia, e gargalhadas eufóricas quando vinha a descoberta que ele procurava partilhar com todos – puxando pelos cabelos, se fosse necessário: “venham aqui, me ouçam, dividam comigo a emoção da descoberta”. Isso era Machado.

É evidente a distância que separa o Machado que está ingressando na Faculdade de Direito daquele que encontramos às vésperas de sua morte. E como se construiu essa trajetória? O momento inicial deste processo que o transformaria definitivamente, como homem e como intelectual, foi o ano de seu ingresso na Faculdade de Direito, quando fundou, junto com Adalmir da Cunha Miranda e outros nomes importantes da época, a Revista Anglos, da qual foi o primeiro redator-chefe. A Revista Anglos teve uma extraordinária importância na história do pensamento na Bahia. Por suas páginas passaram nomes como Glauber Ro-

cha, Paulo Gil e Fernando Perez, entre outros; era, sobretudo, um cadinho de ideias e um espaço de produção intelectual que combinava com equilíbrio raro, o engajamento político militante e a recusa absoluta da intolerância intelectual, a resistência absoluta a qualquer forma de sectarismo. O culto à liberdade intelectual; o culto à criatividade; a resistência aos estereótipos; a resistência aos modismos; o lugar da inteligência, da sensibilidade, da criação: isso foi, essencialmente, a Revista Anglos.

No ano seguinte, com vinte e dois anos de idade apenas, Machado Neto publicou um livro que abriu sua primeira grande vertente de produção intelectual: a Sociologia do Conhecimento. Esse livro, intitulado Marx e Mannheim: dois aspectos da Sociologia do Conhecimento, foi lançado em uma festa. A professora Zaidée Machado Neto, companheira de Machado Neto durante mais de vinte e cinco anos, afirma que foi naquele dia que se inaugurou na Bahia a instituição “lançamento de livro”, com discurso por parte do autor, mas que, de tão tímido, de tão informal, quase não houve. Em 1953, quando cursava o terceiro ano da Faculdade de Direito, Machado Neto tornou-se professor do Colégio Estadual da Bahia, o colégio público por excelência da época – o lugar por onde passei, o lugar por onde tantos de nós passamos, que era o lugar da inteligência e da liberdade. Não havia muros, ninguém era obrigado a assistir as aulas, mas todos preferiam assisti-las, ou, pelo menos, reunir-se nos corredores ou na área aberta daquela bela escola para trocar ideias, para criar, para pensar a próxima revolução, para administrar o mundo e para entregar-se também à criação literária.

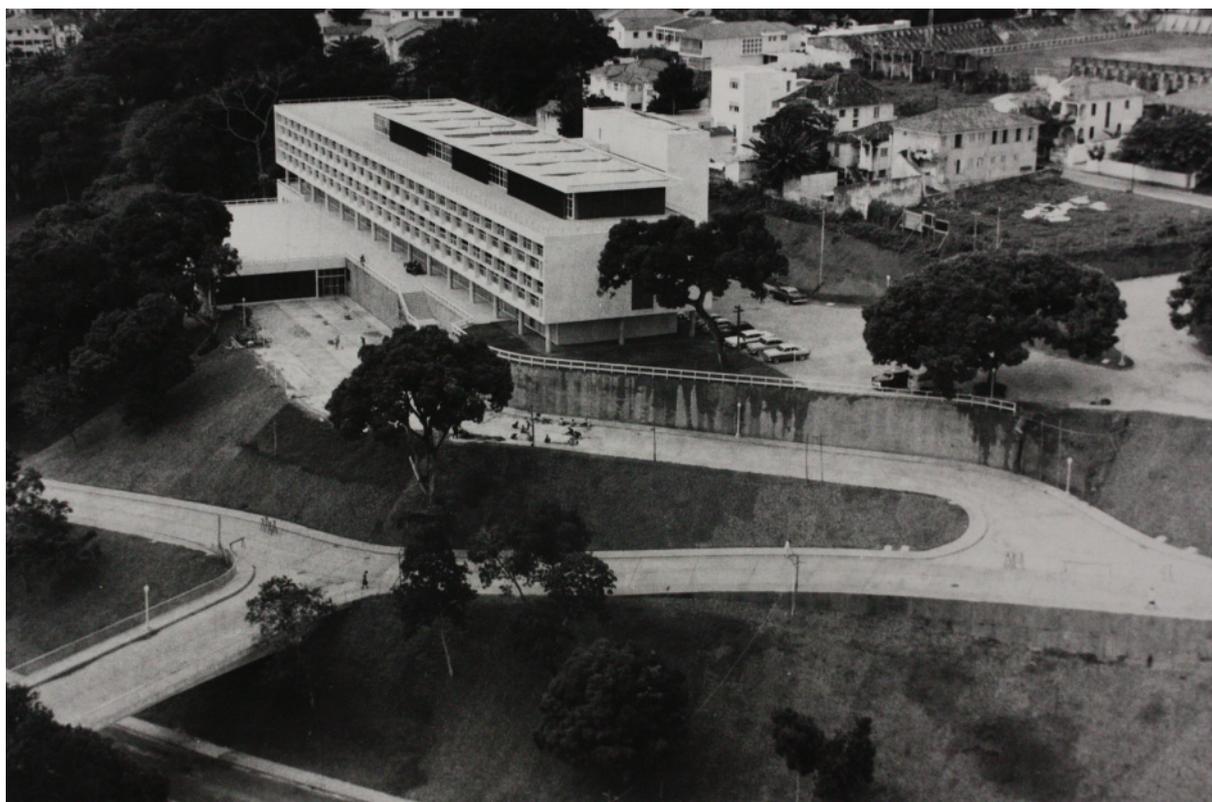
É importante afirmar que Machado Neto nunca alternou entre as duas facetas de sua atuação: nunca houve um Machado Neto militante e outro Machado Neto pensador. Ele jamais estabeleceu esta ruptura, lastimavelmente tão comum em nossos tempos. Ao contrário, propôs-se conjugar militância e a atividade reflexiva, própria do intelectual. Quando se tornou professor, em 1953, estava cumprindo um projeto: já sabia que seria professor quando, três anos antes, ingressara na Faculdade de Direito. Esse dado é extremamente importante porque demarca um tipo de relação com o curso de Direito, que dominou por muito tempo, mas que

hoje se encontra em processo de deterioração, apesar de alguns esforços em contrário, entre os quais incluo os meus próprios. Nos últimos tempos, as faculdades de Direito transformaram-se exclusivamente em produtoras de profissionais que buscam o acesso imediato ao mercado das chamadas profissões jurídicas. No tempo de Machado Neto não era disso que se tratava. O espaço público onde se estudava o Direito, o espaço universitário onde se estudava o Direito, era um espaço para a reflexão sobre valores – e Machado Neto sempre teve um fascínio especial em torno da questão valorativa. Era um lugar onde se discutia a justiça; onde se pensava o Direito, não como uma prática, não como uma tecnologia, mas como uma forma de saber comprometida com os valores básicos da existência e da justiça. Machado Neto nunca se queixou de se ter feito um jurista; nunca renegou a sua condição. Fez uso dela na medida em que, mais adiante, conciliou a condição de professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, onde foi coordenador, inclusive, do Mestrado.

A década de 1950 foi muito caracterizada por uma intensa participação estudantil. Os

primeiros anos foram mesmo anos de tensão entre a esquerda universitária e a direita católica, que se batiam muito frontalmente. Já nos fins da década, a grande discussão que emergia girava em torno da construção de um novo projeto nacional, o grande debate sobre o desenvolvimento. Machado Neto teve uma importância e uma influência enormes nesse período, que começou pelo fim dos anos de 1950 e prosseguiu ao longo da década seguinte, a partir da publicação de uma série de trabalhos: “Educação para o desenvolvimento”, “A Bahia como região subdesenvolvida”, “Desenvolvimento e ideologia”. No *Jornal da Bahia*, Machado Neto publicava regularmente uma coluna chamada “Crônica de ideias”, em que escrevia sobre os temas mais diversos: podia tratar de um assunto cotidiano, como podia tratar de um grande problema do desenvolvimento nacional. Ele já preparava então uma parceria com nomes como Rômulo Almeida, que presidia a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) do Estado, para estabelecer na Bahia um setor do Instituto Superior dos Estudos Brasileiros (ISEB), para o que pôde contar com a sensibilidade do então reitor da Universidade Federal da Bahia,

*Vista aérea da Faculdade de Direito da UFBA em 1965.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



Edgard Santos. Dessa forma, a Bahia abrigou essa importante área de reflexão sobre o problema do desenvolvimento, da luta contra o colonialismo, da vitória contra o subdesenvolvimento e outros temas que compuseram a agenda do debate nacional desde o fim dos anos de 1950, até que fôssemos atropelados pelo golpe militar de 1964.

Mas, antes de sermos atropelados pelo golpe militar, antes de chegarmos nessa difícil etapa da nossa vida de brasileiros, e particularmente da vida de Machado Neto, gostaria de destacar o momento em que Machado Neto foi convidado por Eron de Alencar, um velho amigo que acabara de retornar de um doutoramento em Paris, para incluir-se no grupo de fundação da Universidade de Brasília (UnB). Essa era uma universidade que já nascia como universidade, em confluência com o que Anísio Teixeira havia formulado em 1935 e 1936. Começaram o empreendimento universitário como empreendimento universitário, ou seja, regido sob o signo da universalidade do conhecimento, sem compartimentalizações. Hoje se fala em interdisciplinaridade como se interdisciplinaridade fosse uma novidade dos nossos tempos – a interdisciplinaridade foi o pressuposto da criação da Universidade de Brasília, que se organizava institucional e politicamente para ser um centro unitário, composto de vasos comunicantes das diferentes áreas, e não só das áreas das Ciências Humanas e seus diferentes segmentos (Antropologia, Direito, Sociologia), mas no diálogo constante entre os humanistas e os físicos, os químicos, os matemáticos, os biólogos. Não é o momento aqui de investigar de onde vieram essas fissuras, essas divisões artificiais, nem para que servem. Importa dizer que Machado Neto esteve na linha de frente contra essas compartimentações. Esteve na linha de frente do grande sonho da UnB, um sonho que durou de 1962 a 1965 (incluindo os dezoito meses de resistência, porque na verdade a invasão do campus de Brasília pelos militares deu-se em nove de abril de 1964).

A universidade foi, e não por acaso, a vítima preferencial, e esteve na linha de alcance das primeiras ações do governo militar. Machado Neto reproduziu, em um dos seus trabalhos, um diálogo que teria ouvido, certo dia, entre

um militar e um dirigente da UnB. Dizia o militar: “perigo é o intelectual”, e o dirigente respondia: “mas o senhor está falando do falso intelectual”. Ao que exclamava o militar: “não! Eu estou falando do intelectual mesmo!” Essa não era uma frase destituída de inteligência, porque o pensamento é perigoso. O pensamento é desestabilizador. O pensamento é, por vocação, na sua origem, crítico. O pensamento não se compadece com estereótipos, com palavras de ordem. O pensamento é, por definição, um impulso para a criatividade e a inovação. Machado Neto, que era um defensor inveterado do diálogo, a ponto de considerar Sócrates uma figura de importância excelsa – ele que tinha no diálogo a forma principal da vida e da comunicação –, guardou aquele momento que testemunhara como um dos momentos de maior dor e de maior sofrimento na sua passagem pela UnB. Mas ainda assim procuraram resistir aos primeiros golpes, passaram-se dezoito meses da primeira intervenção, quando, afinal, com a demissão de mais quinze professores (onze já haviam sido demitidos anteriormente), duzentos e dez professores, inclusive ele, pediram demissão.

A esse momento Machado Neto chamava “a grande diáspora”. E, quando retornou à Bahia, não foi para ficar melancólico, para esmorecer; não foi para ficar silencioso, para depositar as armas. Não. Dizia ele: “nos momentos de grande dificuldade, nos momentos de grande tensão, nos momentos de maior ameaça à inteligência, à liberdade de pensamento, é que um intelectual está mais desafiado a reagir”. E Machado Neto reagiu com as armas de que dispunha: uma larga experiência acumulada na CPE e no ISEB; tantos trabalhos na área da Sociologia do Desenvolvimento, e outros tantos na área da Sociologia do Conhecimento. É preciso destacar essa questão: por que Sociologia do Conhecimento? Porque o conhecimento era, para Machado Neto, uma forma essencial de vida. Quando trata da Sociologia do Conhecimento, quando se encaminha por essa vertente, encaminha-se pela área do pensamento sociológico que é talvez a mais abrangente, que é com certeza a mais tentacular, porque lida com o processo de formação da vida, da vida como conhecimento, como modo de

apropriação. É pelo conhecimento que nos apropriamos da existência, não tenho dúvidas de que o nosso vínculo maior com a vida é pela via do conhecimento. E não me refiro ao conhecimento erudito, necessariamente, nem ao conhecimento científico. Pode-se falar ao conhecimento do senso comum, mas a grande via, o grande vínculo entre o homem e a existência plenária é o conhecimento. Portanto, não foi à toa que Machado Neto, no Direito, foi buscar uma teoria dos valores, enquanto na Sociologia foi buscar uma teoria do conhecimento. Mostrava-se, assim, nas suas escolhas intelectuais, comprometido com o problema do seu tempo. Não foi à toa que se incorporou ao projeto da Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília era, nas palavras de Darcy Ribeiro, seu fundador, um lugar onde dois compromissos básicos se estabeleciam: o compromisso com os padrões internacionais da ciência, e o compromisso com a elaboração de um projeto que fosse capaz de resolver os problemas nacionais. Esse casamento expressa a vida de Machado Neto. Em vista disso, não admira que o período em que esteve tratando da Sociologia do

Desenvolvimento foi também um período extremamente fértil para sua produção epistemológica e filosófica.

Em seu retorno à Bahia após o fim do sonho da UnB, Machado Neto, na trincheira da resistência, criou o Mestrado em Ciências Humanas, do qual tornou-se coordenador, ao abrigo do qual, até sua morte, produziram-se mais de cinquenta teses. No momento em que veio a morrer, estava solicitando uma bolsa de pós-doutorado na Califórnia, nos Estados Unidos. Nas cartas aos seus possíveis financiadores, ele afirmava: “temos cinquenta e cinco teses produzidas e dez por produzir”. Essa produção, bastante expressiva, deve-se à sua grande liderança. Foi ainda nesse momento que Machado Neto se ligou mais fortemente à linha de pensamento que se tornou o eixo de sua produção intelectual nos seus dois últimos anos, a teoria egológica do Direito. Aí apareceu com todas as tintas o Machado Neto filósofo do Direito, mas, a bem da verdade, sua produção jurídica não começou aí. Ele já havia publicado o seu livro didático de Teoria Geral do Direito, e ali não estava tão próximo à teoria egológica, mas

*Faculdade de Direito da UFBA em 1965.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



em determinado momento a teoria egológica passou a dominar sua vida intelectual.

Machado Neto enfrentou muitas resistências por conta de sua adesão à teoria egológica – as pessoas costumavam dizer: “Machado é um ortodoxo. Machado é um fanático! Machado só vê a teoria egológica! Machado não enxerga um palmo adiante da teoria egológica! Que, aliás, é muito imprópria porque como fundamentação para a prática do jurista de pouco serve!” Barbaridades. A teoria egológica era apresentada por seu próprio criador como uma filosofia para a Ciência do Direito, cuja agenda teórica se constitua a partir das demandas dos operadores jurídicos. Uma das obras fundamentais, de Carlos Cossio, intitulava-se “El Derecho en el Derecho Judicial”, e elenca uma série de problemas filosóficos que se levantam a partir das necessidades vividas no dia a dia de um juiz. Mas era a província, e “a província não gosta”, dizia Machado, “de quem tem pais conhecidos”. Essa não era uma de suas frases mais simpáticas, mas era uma resposta muito boa para os detratores que teve que enfrentar. Embora a quem, para falar com sinceridade, não desse quase nenhuma importância.

Quem o conheceu sabe que ele viveu em estado de graça na produção intelectual. Ele não tinha tempo para se ocupar de detratores. Mas ele dizia: “olhe, na vida intelectual, como em outras áreas, é melhor ter pais conhecidos”. Machado Neto tinha pais conhecidos – num lugar onde todo mundo nasce sabendo, ele tinha a humildade de dizer: “eu sou discípulo de Carlos Cossio. Eu tenho determinadas filiações. Eu estou no discipulato atual que é dominante em relação a Carlos Cossio, mas também sou discípulo de Ortega y Gasset, também sou discípulo de Julian Marias”... e sempre estava indicando as suas fontes. Não as escondia, não tinha vergonha de declará-las, pelo contrário: Machado Neto praticava a humildade de quem produz com seriedade – só quem não produz com honestidade intelectual esconde as suas referências e os seus, digamos assim, pontos de iluminação na trajetória intelectual. E Machado estava aí às voltas com a teoria egológica, elaborando um projeto de uma eidética do social quando a morte lhe veio. Essa opção se explica por-

que a teoria egológica do Direito lhe pareceu sempre uma Filosofia do fenômeno jurídico aberta para o conjunto das Ciências Sociais, ao contrário do que era então a grande corrente intelectual no pensamento jurídico baiano, que era o normativismo inspirado por Hans Kelsen, segundo o qual o Direito é pura e simplesmente norma.

E Machado Neto, na sequência de Cossio, dizia: “não é isso, o Direito é conduta”. E quando dizia isso, incorporava na definição do Direito todos os elementos valorativos, todos os elementos experienciais, concretos, da vida cotidiana, mas também todos os elementos de natureza axiológica – e, portanto, abria-se ali uma porta de comunicação constante com o pensamento nas Ciências Sociais de um modo geral, na Sociologia, na Antropologia, na História etc. Era um Direito vivo, não um Direito estiolado, ressecado pela depuração epistemológica que Husserl procedeu – era um Direito na plenitude da vida. E Machado sempre foi um homem apaixonado pela plenitude da vida. Ele sofreu quando limitações de sua existência lhe impediam de assumir a vida em sua plenitude, mas conseguiu virar esse jogo e rir, rir muito, brincar muito, comunicar-se muito, cercar-se de amigos e fazer da vida intelectual uma diversão. Machado Neto assumiu a teoria egológica como essa ponte, essa porta aberta para a vida, e a partir dela procurou desenvolver uma eidética do social. Em termos simples, a proposta era pensar no social naquilo que tem de mais caracteristicamente seu – pensar no social na sua essência, e, a partir de uma visão essencialista do fenômeno social, produzir também uma visão do Direito em sua essência.

Foi um Machado Neto apaixonado pela teoria egológica que, três anos antes de morrer, em 1974, submeteu-se ao último concurso de sua vida acadêmica. Ele fez todos, todos os que lhe chegaram: concurso para professor do Ensino Médio, concurso para professor na universidade, livre docência, professor assistente, professor titular... Adorava concursos. Ele me disse em 1974: “como é que eu vou me divertir se eu não tenho mais concurso para me inscrever?” Dentre os examinadores de Machado Neto neste último concurso estava um extraordinário nome da Filosofia Jurídica no

Brasil, o pernambucano Lourival Vilanova, um kelnesiano ortodoxo. Os verdadeiros intelectuais não se afastam por divergências de ideias, pelo contrário, se aproximam, porque isso é que alimenta o diálogo – Vilanova e Machado eram grandes amigos, mas totalmente adversários no plano da compreensão que tinham do Direito. Quando Machado Neto passou a responder à arguição de tese, começou a responder a Vilanova em trovas. Dizia assim:

De Pernambuco me veio / para eu sofrer  
essa prova / quem mais eu amo e receio, /  
o Lourival Vilanova. // Homem de Caruaru/  
fez [aqui] o seu [planteio]. / Preciso maracatu  
/ baiano p'ra combatê-lo. // A força de sua  
lógica / destrói qualquer argumento, / não  
fosse a mesma egológica / fundada com bom  
cimento. // Vens me dizer com certeza: / a  
norma não é juízo. / A resposta é uma beleza:  
/ de seu Kelsen, o prejuízo. // Pois tirando a  
ele a norma, / nada fica da labuta, / enquan-  
to Cossio informa / que o Direito é conduta.  
// E da norma, o que é feito? / Perguntarias  
então. / Na conduta do sujeito, / pois que a  
vida é razão. // E o pensamento da vida / – eis  
a maior descoberta – / é uma verdade inverti-  
da, / numa norma errada ou certa.

Machado justificou mais tarde o recurso literário de que se valeu, afirmando:

Afinal, os concursos de Recife e da Bahia sempre foram, ao seu modo, para os bacharéis de lá e os daqui, o correspondente erudito das amistosas justas dos poetas populares e dos cantores de feira, além do que as licenças poéticas permitem muita coisa. Os primeiros filósofos filosofaram em verso. E eu não quero mais ouvir dizer, por parte dos defensores da velha ordem, que o atual sistema da tese escrita que a UFBA adotou em tão boa hora impede a improvisação. E voltemos às redondilhas!

E fez ainda mais algumas... Ali estava Machado Neto, num momento que é para muitos de compressão, de tensão invencível, a divertir-se também, sem nenhum prejuízo da qualidade extraordinária da defesa que ele produziu e que obviamente foi objeto de uma ardorosa, calorosa nota máxima por parte de Lourival Vilanova, como da quase totalidade de seus examinadores de então. E apenas três anos depois, Machado Neto morreu.

Morreu em um momento dos mais criativos de sua vida. Eu creio que o legado que ele deixou ainda está aí: nas salas de aula, na vida dos que leem os seus livros, muitos deles desbotados, mas que, felizmente, de mão em mão, vão passando e permitindo que os jovens se aproximem desse magnífico manancial de ideias que a obra de Machado Neto revela. Mas é preciso, sem dúvida, que a memória da Bahia se ocupe melhor dele. Tem-se dito sempre que uma sociedade que não é capaz de beber na experiência do seu passado é uma sociedade fadada à perda do futuro, destinada ao estreitamento de seu horizonte histórico. É preciso preservar a lembrança de Machado Neto e de outros tantos que, junto com ele, lutaram por um pensamento mais rico, resistente à intolerância, criativo, vibrátil, alegre, do intelectual integral: o intelectual que não separa o feijão do sonho. Machado Neto fez-se intelectual por ofício e por profissão, mas não abandonou o sonho, que continuou a festejar o sonho em todos os momentos da vida profissional como intelectual de ofício.

*Revista Ângulos, edição de 1960, (Biblioteca da Faculdade de Direito da Bahia).  
Acervo Fundação Pedro Calmon*



# AVANÇOS DAS CIÊNCIAS MÉDICAS E REALIZAÇÕES CIENTÍFICAS NA BAHIA DE 1945 A 1964



## ELIANE ELISA DE SOUZA E AZEVÊDO

é professora emérita da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) e do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de professora titular aposentada da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Coordenadora do Núcleo de Bioética da FAMEB-UFBA.

Conferência pronunciada em 04 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

**O** honroso convite do Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo, Digníssimo Presidente da Fundação Pedro Calmon, desafiou-nos com “um dever de casa” que somente poderia ser cumprido com a colaboração de famosos Mestres/Pesquisadores cuja disponibilidade tornou essa palestra possível:

- Prof. Dr. José Tavares-Neto. Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. De sua pessoa obtivemos informações históricas pertinentes a sua área de pesquisa, doenças tropicais; dados sobre

a Faculdade de Medicina da Bahia e em especial sobre a pessoa do Prof. Dr. Aluísio Prata, além da disponibilidade para cuidadosa leitura e sugestões ao manuscrito;

- Prof. Dr. Roberto Figueira Santos, gentilmente dispôs-se a uma conversa de cerca de duas horas plenas de preciosas informações, além de oferecer-nos cópias de duas de suas falas e um exemplar de seu livro intitulado “Reflexões sobre temas da atualidade”;

- Prof. Dr. Zilton Andrade, enviou-nos algumas páginas de sua própria produção além de informações em conversas por telefone;
- Prof. Dr. Penildon Silva, gentilmente atendeu nossas solicitações encaminhadas por intermédio de sua filha, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Silva.

A todos eles desejamos registrar, de público, nossos sinceros agradecimentos.

Os anos decorridos entre 1945 e 1964 são iniciados com o fim da II Guerra Mundial; o fim do Estado Novo (1937-1945), e o nascimento da Segunda República com acenos de nova experiência democrática. Ao final do período, têm-se como marcos as inquietudes e inseguranças da revolução de 1964 e a consciência de perda da Democracia.

Entre 1945 e 1964 decorreram-se dezenove anos associados a avanços em diversos setores da sociedade, dos quais daremos atenção específica à área das ciências médicas no Estado da Bahia.

No estágio de desenvolvimento acadêmico que se encontrava a sociedade baiana em 1945, a promoção do progresso científico e médico exigia a confluência de circunstâncias apropriadas e, sobretudo, de pessoas com visão, competência e determinação para transformar sonhos em realidades sociais.

Sendo a Bahia um Estado da Federação, estava, necessariamente, compondo e, ao mesmo tempo, refletindo o cenário nacional de desenvolvimento científico que traduzia o Brasil à época e que, por sua vez, resultara do excepcional trabalho de notáveis pessoas de ciência que como bandeirantes abriram os caminhos do futuro.

Sem as características e a formação dos pesquisadores atuais, os construtores da ciência no passado contribuíram mais para o social que para o currículo pessoal. A própria atividade de pesquisa era espontânea, nascida da percepção social de doenças e endemias e do desejo de compreendê-las. A dedicação à pesquisa nascia na alma de pessoas que, livre das exigências institucionais e da pressão

por números de publicações, apaixonavam-se pelo prazer de descobrir ou de criar espaços para proporcionar descobertas. Assim, no passado, eram pessoas de ciências não apenas as que pesquisavam, mas também as que se empenhavam para criação de instituições que dariam abrigo ao estudo e à pesquisa.

## O início

O fato de a colonização portuguesa, diferentemente da espanhola, não priorizar a criação de universidades impôs ao país extraordinárias barreiras ao desenvolvimento científico. Na era colonial (1500-1822), os únicos acontecimentos relacionados a atividades científicas, que aqui ocorreram, ficaram por conta de viagens de naturalistas e exploradores europeus que, à custa de nossa riqueza natural, implementaram, nos museus da Europa, conhecimentos e coleções sobre a flora e fauna brasileiras. Contracenando a esse tipo de práticas, os Jesuítas, que também se empenharam, sem sucesso, pela criação de uma universidade na Bahia, desenvolveram estudos locais sobre a cultura indígena, propriedades terapêuticas de plantas e observações em astronomia.

Mais tarde, com a chegada da corte portuguesa, criou-se, na Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, a primeira escola de ensino superior, hoje Faculdade de Medicina da Bahia. Definia-se assim o marco histórico de início do ensino superior e médico no Brasil. Meses depois, curso semelhante foi criado no Rio de Janeiro. Cursos superiores de engenharia, direito e escola militar foram posteriormente criados no Império, seguidos, mais tarde, pela instalação de museus de história natural, que funcionaram como embriões da institucionalização da pesquisa no País.

Durante os quarenta e um anos da Primeira República (1889-1930), o exercício da democracia impulsionou, tanto em âmbito nacional como estadual, o surgimento das primeiras instituições de pesquisa nas áreas Agrícolas e de Saúde Pública: Instituto Manguinhos, Butantã, Agrônomo de Campinas, entre outros. Todavia, a instalação do Estado Novo (1937-1945), se por um lado, implementou a criação

de faculdades e de cursos superiores, assim como das primeiras universidades, a burocratização do sistema federal, na avaliação de Simon Schwartzman, “sufocou a capacidade de iniciativa e de ações próprias das instituições de pesquisa governamentais” e levou o Instituto Manguinhos a uma das piores de suas fases. Findo o Estado Novo, e iniciado um novo período, muitas realizações que vieram do passado experimentaram processos de transformação e progresso, ao lado de outros avanços radicalmente inovadores. Quer de uma forma ou de outra, a promoção do avanço científico esteve sempre ligada a nomes de pessoas que com obstinação, competência e paixão pela pesquisa souberam vencer limitações e começaram a construção da ciência brasileira.

À época, na Bahia, assim como no país em geral, para inovar, criar e realizar no mundo da ciência e da academia era necessário buscar saberes “além mar”. Não apenas nos séculos passados, com os Professores Nina Rodrigues e Pirajá da Silva, mas também nas décadas de trinta e quarenta do século XX, a busca por saberes em Ciências e em Medicina teria que ultrapassar as fronteiras da nação. Foram pessoas com o privilégio desta visão de busca e com a possibilidade de realização de viagens, que, abastecendo-se de conhecimentos em centros internacionais avançados, tiveram a competência de transplantarem para a Bahia as sementes do desenvolvimento científico. Edgard Santos, José Silveira, Fúlvio Alice, estão entre aqueles que buscaram saberes fora e engrandeceram a Bahia nos anos 1945-1964.

Ao serem aqui referidos nomes de pessoas que nos anos quarenta e cinquenta do século XX, impulsionaram o progresso científico e médico na Bahia, é indispensável um exercício mental do que significavam, à época, as distâncias intercontinentais, na ausência de aviões a jato, e-mails, telefonia celular etc.

### **A ciência no Brasil e na Bahia antes de 1964**

O primeiro despontar da ciência médica experimental brasileira ocorreu na Bahia com o trabalho de Manuel Augusto Pirajá

da Silva, do qual resultou a descoberta do *Schistosoma mansoni*, parasita responsável pela “barriga d'água”, ou seja, a esquistossomose mansônica.

Graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, Pirajá da Silva iniciou suas pesquisas microscópicas em 1903, como assistente de Clínica Médica. Sem formação específica de pesquisador, como era comum à época, soube aproximar-se da ciência atualizada através de longas permanências na França e na Alemanha, além de manter contatos, por correspondências, com diversos pesquisadores internacionais. Seu trabalho original foi publicado nas revistas *Brasil Médico* e *Archives de Parasitologie* em 1908. Controvérsias surgiram sobre a prioridade de sua descoberta, até a realização do I Congresso Brasileiro de História da Medicina, no Rio de Janeiro, em 1951, quando Edgard Cerqueira Falcão, em memorável trabalho, comprovou, sem sombras de dúvidas, a originalidade da descoberta de Pirajá da Silva. Assim, ficava reconhecido no mundo da ciência não apenas o agente etiológico da doença esquistossomose mansônica, descoberto na Bahia, mas também muitos saberes sobre a biologia desse organismo.

Não foi só a pesquisa de Pirajá da Silva que marcou a primeira década do século XX como o nascedouro da ciência médica brasileira.

No Rio de Janeiro, no Instituto de Manguinhos, hoje Fundação Oswaldo Cruz, o médico Carlos Ribeiro Justiniano Chagas, nessa mesma época, descobriu uma doença não descrita nos compêndios da Medicina. Sua genialidade científica levou-o a perceber não apenas as manifestações clínicas dessa nova doença, mas também o fez suspeitar e comprovar, através experimentações em animais, que o agente etiológico da doença era um parasita também desconhecido e que recebeu a denominação de *Trypanosoma cruzi*. Carlos Chagas também demonstrou a forma de aquisição da doença, sua epidemiologia e o modo de transmissão pela picada de um inseto hematófago, o “barbeiro”. Acrescentou-se que ao publicar, em 1909, a nota prévia sobre a doença de Chagas, Carlos Chagas tinha apenas 29 anos de idade.

Merece destaque especial o fato que à época da descoberta de Carlos Chagas, 1909, Pirajá da Silva encontrava-se em Hamburgo, na Alemanha. Ao tomar conhecimento da sensacional descoberta manifestou seu entusiasmo pelo fato, sem dissociá-lo da questão social, e assim escreveu:

“mais uma moléstia a infelicitar a humanidade, a pátria brasileira, entretendo-lhe a marcha do progresso, pelas consequências altamente funestas e anti-sociais”.

Nada mais profético que essas palavras de Pirajá da Silva. Hoje, quase um século depois, a classe pobre do país continua vítima dos danos causados pela doença de Chagas, não obstante ter o próprio Carlos Chagas ensinado como erradicar esse mal, através de ações sociais que libertassem a pobreza da moradia em precárias casas de sopapo. Lamentavelmente, a doença de Chagas também passou a ser alvo de investimentos de tecnologias avançadas e procedimentos inovadores direcionados àqueles que já são vítimas da forma grave da doença. Nas recomendações de Carlos Chagas as ações deveriam ser preventivas e,

consequentemente, os portadores da forma grave da doença não existiriam. Na modernidade tecnológica, todavia, aplicam-se custosos marca-passos e terapias celulares para aliviar sintomas da doença de Chagas, quando o combate aos triatomíneos e o simples progresso social com o revestimento das paredes das casas de sopapo teria sido suficiente para evitar que aquelas mesmas pessoas adquirissem a doença. Assim, com perplexidade, observa-se que para uma doença que poderia ter sido evitada com ações sociais, usam-se procedimentos paliativos com dispendiosas sofisticções da tecnologia moderna.

Em 1958, a Faculdade de Medicina da Bahia, o Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, e a Academia de Medicina da Bahia, reuniram-se para comemorar o cinquentenário da descoberta de Pirajá da Silva. Em dezembro do próximo ano, 2008, todos nós teremos, na Bahia, a responsabilidade do registro histórico dos cem anos da descoberta de Pirajá da Silva.

Décadas após os feitos de Carlos Chagas e de Pirajá da Silva, duas grandes descobertas,

*Edifício construído no século XIX para abrigar a Faculdade de Medicina da Bahia, Terreiro de Jesus. Acervo Fundação Pedro Calmon*



na área médica, marcaram, no Brasil, os anos quarenta e sessenta:

- Em 1948, Maurício Rocha e Silva descobriu, no Instituto Biológico de São Paulo, a “bradiginina”, substância com efeitos anti-hipertensivo, presente no organismo humano e liberada pelo veneno do *Bothrops jararaca*. No ano seguinte, 1949, o primeiro número da revista *Ciência e Cultura*, editada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência publicou, em língua portuguesa, a descoberta da bradiginina. No ano seguinte, 1950, os três pesquisadores, Maurício Rocha e Silva, Gastão Rosenfeld e Wilson Teixeira Beraldo anunciaram a descoberta para o mundo em artigo publicado no *American Journal of Physiology*;
- Em 1960, Sérgio Ferreira, aluno de Maurício Rocha e Silva, descobriu que o veneno da jararaca contém, além da enzima que libera a bradiginina, uma substância com eficaz ação inibidora da angiotensina II, isso é, um agente anti-hipertensivo. O Laboratório Squibb, de posse desse conhecimento produziu e comercializou o medicamento Capotan. Hoje o país importa o produto.

Fora da área médica, mas também entre os anos 1945-1964, o Brasil foi palco de outra grande descoberta científica:

- Em 1947, no mundo da física, César Lattes participou do grupo de pesquisadores que descobriu a partícula “méson pi”. A descoberta foi de tal magnitude que gerou a expectativa de, pela primeira vez, um pesquisador brasileiro receber a honrosa láurea do prêmio Nobel. Ainda que fundamentalmente correta, infelizmente, a expectativa não se tornou realidade.

### **Ciência Médica e Ensino Superior na Bahia nos Anos 1945-1964**

Já distante dos passos iniciais, a ciência médica na Bahia foi adquirindo maturidade e, consequentemente, robustecendo-se em número de pesquisadores e atividades científicas. Com o

privilegio de ter sido o berço do ensino médico no Brasil, a Bahia, vem, desde 1808, alimentando, na Faculdade de Medicina da Bahia, a sementeira de grandes nomes da ciência médica, os quais, através de gerações criaram uma cultura de educação superior e pesquisa científica no Estado. O nome de Edgard Rego dos Santos simboliza a história de confluência de cultura e ciência, na Bahia e no Brasil. Médico, graduado pela Faculdade de Medicina da Bahia, dela tornou-se Professor por concurso. Cedo revelou seu grande dom administrativo como Diretor do Hospital Pronto Socorro e depois como Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, no período 1936 a 1955. Foi no exercício da Diretoria da Faculdade de Medicina da Bahia, que Edgard Santos idealizou e criou, em 1946, a Universidade Federal da Bahia. Sendo a Universidade uma instituição nascente e ainda sem o devido prestígio local, permanecer na Diretoria da Faculdade de Medicina da Bahia e dessa posição, reconhecidamente prestigiada, fortificar a recém-nascida Universidade, foi a sábia opção de Edgar Santos durante os primeiros nove anos de vida da nova Universidade. Assim, a Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola Mãe do País, foi não apenas o nascedouro da ideia, mas também o espaço gestor da Universidade Federal da Bahia, durante seus primeiros nove anos.

A competência e a sabedoria de Edgard Santos elevaram a Universidade ao reconhecimento internacional, traduzido nos títulos e honrarias que recebeu em Portugal, Espanha e França. Sua grandiosa visão criou uma Universidade voltada para o futuro, e para o mundo, não apenas no que concerne às ciências, mas também às artes e à cultura geral.

Foi também no cargo de Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, que Edgard Santos iniciou a construção o Hospital das Clínicas da UFBA, inaugurado em fins de 1948. Fruto de arrojado projeto arquitetônico e técnico-científico, esse Hospital foi capaz de elevar a Bahia ao patamar de hospitais universitários encontrados em países avançados.

A percepção de futuro de Edgard Santos marcou, mais uma vez, a história da Medicina na Bahia e no Brasil, não apenas pela dimensão e modernidade da estrutura e dos equipamen-



*Reunião durante o reitorado de Eliane Elisa de Souza e Azevedo na UFBA. Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*

tos do Hospital das Clínicas, mas também, pela competente seleção de famosos pesquisadores para chefiar serviços essenciais ao ensino e à pesquisa. Na Anatomia Patológica, por exemplo, optou por trazer da Itália o Prof. R. Stigliani, e mais tarde, dos Estados Unidos, o Prof. Franz Von Lichtenberg. Nesta oportunidade designou dois médicos locais, Clarival do Prado Valadares e Jorge P. Studart, para, ao lado do Dr. Lichtenberg, aprofundarem saberes em patologia. Iniciava-se, assim, uma rica e nova fase da pesquisa em Anatomia Patológica, em breve, engrandecida com o retorno, dos Estados Unidos, do Dr. Zilton Andrade, e pouco depois do Dr. Aníbal Silvany Filho, os quais, juntando-se ao grupo local, com extraordinária competência impulsionaram, em nível internacional, as atividades de pesquisa em Anatomia Patológica desenvolvidas no 3º subsolo do Hospital das Clínicas.

Falecido em junho de 1962, Edgard Santos permanece vivo na obra que criou nos cargos de Diretor e de Reitor.

Nas décadas de cinquenta e sessenta, o ambiente de ciência estimulava muitos no Hospi-

tal das Clínicas, gerando novas ideias, novas realizações e atraindo jovens pesquisadores.

Em 1958, nesse Hospital, sob a liderança do Prof. Roberto Santos, ocorreu o fato de profundo impacto na vida acadêmica e científica da Bahia: criou-se, em modelos norte-americanos de primeira linha, o Programa de Residência Médica. Essa memorável realização contou também com a colaboração de expoentes da medicina e da pesquisa científica: Dr. Heonir Rocha, Dr. Gilberto Rebouças, além do já brilhante grupo da Anatomia Patológica e de professores pesquisadores em Cirurgia e em Radiologia. Estabeleceu-se, com a Residência Médica, o trabalho docente em regime de dedicação exclusiva, e as atividades de pesquisa, ensino e assistência atingiram, no fim da década de cinquenta e início da de sessenta, o máximo da excelência acadêmica. Durante a semana, sessões científicas em Clínica Médica, Clínica Cirúrgica e Anátomo-clínica reuniam professores, médicos-residentes e alunos em ricas e atuais discussões científicas sobre as patologias dos pacientes internados, a patogenia de seus males e as opções terapêuticas mais modernas. Prestigiados pesquisadores do

exterior eram trazidos como visitantes e, ao lado do grupo local, ensinava-se medicina de primeira linha e produzia-se ciência médica de ponta, publicada em revistas científicas internacionais da maior credibilidade. Entre 1953-1963, por exemplo, o Prof. Roberto Santos publicou cinco trabalhos científicos nas revistas *Journal of Clinical Investigation* (2); *Natur* (1); *American Journal of Physiology* (1) e *New England Journal of Medicine* (1). É oportuno lembrar que, á época, as publicações brotavam naturalmente dos saberes pesquisados, sem as atuais exigências quantofrênicas de número de publicações submissas aos critérios de avaliação dos financiadores da ciência nacional. Vivia-se a fase de transição entre a ciência da primeira metade do século XX, liderada por pesquisadores autodidatas, e a ciência moderna que aos poucos se institucionalizava no Brasil e exigia treinamento específico para a formação de pesquisadores.

Nessa fase da ciência médica na Bahia, o Prof. Roberto Santos deu continuidade ao sonho de seu pai, Reitor Edgard Santos. No Hospital das Clínicas, Prof. Roberto Santos estabeleceu verdadeira escola de ciência moderna ao criar o Núcleo de Medicina Experimental (Numex), congregando competentes pesquisadores locais, estimulando jovens iniciantes e abrindo oportunidade para a instalação, nesse Hospital, de novas áreas de pesquisa de vanguarda, a exemplo da Genética Humana sob a coordenação da Dr<sup>a</sup>. Cora de Moura Pedreira.

Mais ou menos à mesma época, uma outra mente diferenciada dedicava-se à pesquisa em Virologia na área de veterinária: o Prof. Fúlvio Alice. Natural de Curitiba, mudou-se para a Bahia em 1940. Nessa mesma década, obteve, na Universidade de Iowa, o título de Mestre, defendendo dissertação sobre identificação do vírus da coriomeningite. Foi pioneiro no Brasil em técnicas laboratoriais para cultura de vírus. Em 1950, criou o Instituto Biológico da Bahia, participou do planejamento da Escola de Medicina Veterinária, instituiu a Defesa Sanitária Animal no Estado e, em 1951, criou os Anais de Medicina Veterinária da Bahia. Levou o nome da Escola de Veterinária da UFBA ao reconhecimento internacional. Conseguiu a adaptação do vírus rábico ao embrião de galinha, amostra

“Bahia” e desenvolveu o soro antirrábico. Sua produção científica engloba estudos sobre os vírus da febre aftosa, encefalite, doença de Aujesky e New Castle, gripe, poliomielite, raiva, entre outros.

Na década de trinta, o Prof. José Silveira estagiava na Alemanha em busca de conhecimentos em radiologia, quando fora informado, por carta de Prado Valadares, sobre devastadora epidemia de tuberculose que assolava a Bahia. Decidiu dar novo rumo à sua vida e dedicou-se ao estudo da tuberculose. Retornando à Bahia, iniciou seu trabalho de atendimento clínico e de pesquisa no Ambulatório Augusto Viana. Nessa mesma década retornou a Europa e voltou decidido a criar o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (Ibit), o que ocorreu em 1937. Posteriormente, construiu a sede própria do Ibit, inaugurada em 1944, e considerada uma das melhores na América Latina. A incansável dedicação de Prof. José Silveira impulsionou a pesquisa em doenças pulmonares. Do Ibit nasceu o Hospital do Tórax e posteriormente o Hospital Santo Amaro. Atualmente, através a Fundação José Silveira, a obra desse dedicado pesquisador e administrador continua prestando serviços à Bahia.

Não apenas a tuberculose, mas também a hanseníase, a mortalidade infantil e o câncer motivaram médicos, com especial sensibilidade social e espírito de luta, a dedicarem-se ao estudo e combate dessas enfermidades. Otávio Torres criou a Sociedade Baiana de Combate a Leprosia e dedicou sua inteligência e trabalho a essa causa; Martagão Gesteira, criou a Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil e os benefícios de sua luta perpetuaram-se no Hospital que leva seu nome; Aristides Maltez criou a Liga Baiana Contra o Câncer cujos frutos também se perpetuaram no Hospital que traz seu nome. Ainda que tais empreendimentos ocorressem em épocas passadas, os anos 45 a 64 são testemunhas do quanto os conhecimentos sobre essas patologias avançaram aqui na Bahia, e, sobretudo, o quanto a população pobre desse Estado encontrou abrigo para seus sofrimentos nas obras resultantes das ações desses médicos pesquisadores plenos de consciência social.

Na década de quarenta, em seu final, o Governador do Estado, Dr. Otávio Mangabeira criou a Fundação Gonçalo Moniz. O nome da fundação era em homenagem ao grande mestre de Fisiologia, Patologia Geral e Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Bahia, Prof. Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, falecido em 1939. Ligados à história da Fundação Gonçalo Moniz estão, também, nas décadas de sessenta e setenta, os nomes de dois grandes pesquisadores: Prof. Aluizio Prata e Prof. Zilton Andrade. Ambos, em períodos diversos, foram diretores da Fundação, participavam atividades de pesquisa entre a Fundação Gonçalo Moniz e o Hospital das Clínicas, ambos fizeram escola de discípulos pesquisadores e muito enriqueceram a literatura médica com suas publicações científicas. Entre os anos 1945 e 64, Prof. Aluizio Prata e seus colaboradores publicaram cerca três dezenas de trabalhos científicos, todos eles sobre doenças infecciosas e parasitárias que agridem a população da Bahia.

Paralelamente, o Prof. Zilton Andrade, tanto no Hospital das Clínicas como na Fundação Gonçalo Moniz, fortalecia sua escola de Patologia,

também voltada à pesquisa sobre doenças de nossa população. Prof. Zilton Andrade, conseguiu agregar pesquisadores locais ao seu grupo, atrair jovens à pesquisa e manter, até os dias atuais, prestigiado nível de publicações científicas no Brasil e no exterior.

A diversidade de talentos em ciência também aflorou na Bahia com pesquisadores que ao lado da pesquisa de bancada em laboratórios dedicavam-se à produção de livros didáticos de alto padrão. Prof. Penildon Silva, em 1960, lançou, em 1ª edição, pela Editora Guanabara Koogan, o livro Farmacologia. A edição dessa obra mudou a história do ensino da especialidade no Brasil e trouxe para a Bahia a posição de fonte de dispersão desses saberes. O impacto desse competente e atual compêndio de Farmacologia percebe-se há mais de quarenta anos, não apenas por ter se tornado o livro de texto mais adotado em todo o Brasil, mas pela cuidadosa atualização feita por seu Autor da 1ª à atual 6ª edição.

Uma descoberta científica, ocorrida na Bahia, em 1947, mudou, mundialmente, a história da herança da anemia falciforme.

*Reunião durante o reitorado de Eliane Elisa de Souza e Azevedo na UFBA. Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



No decorrer dos anos quarenta, a Genética ainda permanecia imersa em desconhecimentos, até mesmo sobre mecanismos elementares de herança monogênica para doenças relativamente comuns, como a anemia de células falciformes ou simplesmente falcemia. A doença, encontrada na África, região do Mediterrâneo, Arábia Saudita e Índia, tornou-se também conhecida em países com populações afro-descendentes como os Estados Unidos e o Brasil.

Na década de quarenta, em qualquer país do mundo, médicos e pesquisadores conheciam a forma clínica da doença e sua associação ao fenômeno de falcização das células sanguíneas, isso é, ao fato de as hemácias adquirirem a forma em “foice” ao serem submetidas à privação de oxigênio. Todavia, a herança da doença não era compreendida, principalmente porque todos os doentes tinham o teste de falcização positivo, mas, existiam pessoas, geralmente parentes, que tinham o teste positivo e não tinham da doença.

Em 1947, na Universidade de Ann Harbor, nos Estados Unidos, o famoso pesquisador geneticista, James Neel, tornou-se mais famoso ainda ao publicar, na revista *Medicine* (v. 26, p. 115-153, 1947), a descoberta do mecanismo de herança da anemia falciforme explicando que as pessoas com teste positivo e sem doença eram portadoras apenas de um gene para a doença e que aqueles que apresentavam a doença possuíam esse gene em dose dupla. A descoberta alcançou a devida repercussão no mundo da ciência e conferiu-se a James Neel o título de descobridor do mecanismo de herança da anemia falciforme, publicado em 1947.

Um ano antes, em 1946, também na Bahia, o professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Jessé Accioly, apresentou, “em nota prévia, em uma das sessões realizadas por ocasião da inauguração do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose” a hipótese por ele desenvolvida sobre a herança da anemia falciforme. Esse trabalho teve apenas repercussões locais, conferindo-lhe, nesse mesmo ano, 1946, o Prêmio Tertúlias Acadêmicas. No ano seguinte, em 1947, Jessé Accioly divulgou detalhada descrição de sua hipótese, em artigo

de 29 páginas, publicado na revista local, *Arquivos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia* (n. 2, p. 169-198, 1947). Em decorrência dos limitados meios de divulgação que Jessé Accioly usara para publicar sua hipótese, poucas pessoas, fora do pequeno círculo de pesquisadores locais, tomaram conhecimento de sua descoberta.

Em 1973, o Dr. Jessé Accioly procurou-nos no 6º andar do Hospital das Clínicas, hoje Hospital Universitário Professor Edgard Santos, e ofereceu-nos uma cópia de seu trabalho original. Ao verificar a data de publicação espantou-nos descobrir ser falso o que se ensinava nos Estados Unidos e o que os livros de Genética Médica ensinavam, pois a formulação da hipótese por Jessé Accioly, aqui na Bahia, sobre herança da anemia falciforme, precedera, em um ano, a mesma formulação feita por James Neel nos Estados Unidos.

De imediato obtivemos permissão do Dr. Jessé para publicar a essência de sua descoberta, em revista de circulação internacional. Assim, sob a forma de “Carta ao Editor” tivemos a honra de enviar à revista *American Journal of Human Genetics*, publicação oficial da Sociedade Americana de Genética Humana, uma nota sobre a descoberta do Dr. Jessé Accioly, ilustrada com uma fotocópia da página de número 172 de seu trabalho, a qual traduz a essência de sua hipótese. Em julho de 1973, no volume 25, às páginas 457-458, a revista *American Journal of Human Genetics* tornou de conhecimento internacional ser o Dr. Jessé Accioly o pioneiro na descoberta do mecanismo de herança da anemia falciforme.

Pouco tempo depois, por solicitação do serviço de Hematologia da própria Universidade de Ann Harbor, nos Estados Unidos, e contando com a colaboração do Dr. Gilberto Rebouças, traduzimos para a língua inglesa todo o volumoso trabalho de Jessé Accioly. Após esses fatos, a literatura científica internacional passou a citar o nome de Jessé Accioly com os devidos créditos de sua descoberta.

Dois pontos merecem destaque nesse relato:

Primeiro, a profundidade da reflexão científica que levou Jessé Accioly à elaboração de sua hipótese, acrescida da evidência de que, àque-

la época, na Bahia, Jessé Accioly era uma pessoa atualizada em conhecimentos de genética básica. A linguagem usada é perfeita na definição do que considera pacientes homocigotos e portadores heterocigotos. Além disso, pelo fato do teste de siclemia produzir certo percentual de falsos negativos, o que perturba as evidências da hipótese, não desencorajou o Dr. Jessé, levando-o mesmo a admitir que os observados desvios de segregação mendeliana deveriam ocorrer por conta desses testes falsos-negativos.

Segundo, a comprovação de que para fazer-se ciência de ponta o equipamento essencial é uma boa cabeça. Dr. Jessé era apenas clínico, não trabalhava em pesquisa quer clínica ou laboratorial. Todavia, observava intuitivamente seus pacientes e trazia consigo o indispensável aos grandes cientistas, isso é, a capacidade de questionamentos disciplinados acerca de fenômenos corriqueiros, com vontade de entendê-los e de descobrir o segredo de suas causas. É realmente extraordinário que Dr. Jessé Accioly, na Bahia, em 1946, pensando sozinho, chegasse à conclusão correta sobre o mecanismo de herança da anemia falciforme antes da elite da ciência norte-americana. Parabéns a Jessé Accioly, parabéns à Bahia.

## Transições da Ciência nos Anos 1945-1964

### Institucionalização da Ciência

O clima nacional em pesquisa, em especial nos estados do Sudeste e do Sul, apontava a necessidade de institucionalização administrativa da ciência brasileira. Em 1951, o Presidente da República criou o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), e pouco tempo depois a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). Com o surgimento do CNPq, o pesquisador brasileiro passou a ter sua instituição de referência e apoio. O sucesso do CNPq em promover a ciência nacional é comprovado no país

e fora dele. Os estímulos e o fomento à pesquisa, advindos do CNPq também repercutiram no Estado da Bahia. Os pesquisadores Roberto Santos, Zilton Andrade, Aluizio Prata, Heonir Rocha, entre outros, foram, nessa época inicial do CNPq, pontes de ligação entre essa instituição e a pesquisa na área médica na Bahia.

A visão ao passado também repousa na década de quarenta como um momento na história desse Estado, pleno de realizações, no que se refere à criação de instituições na área da saúde. Data dessa década, não apenas a criação da Universidade Federal da Bahia, do Hospital Universitário Professor Edgard Santos, mas também a criação da Fundação Gonçalo Moniz; do Instituto de Saúde Pública da Bahia; do Núcleo de Pesquisa da Bahia, posteriormente denominado Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas da Bahia e o Instituto de Saúde Pública da Fundação Gonçalo Moniz, a nova sede do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, entre outros.

A institucionalização da pesquisa, a formação de grupos de pesquisadores, o estímulo advindo das instituições de fomento e a percepção do poder da ciência na condução da economia e, conseqüentemente, das sociedades, criaram a profissão de pesquisador. Diferentemente do que ocorria no passado, além da paixão por estudar, pesquisar, descobrir e compreender tornou-se necessário a aquisição de conhecimentos específicos sobre métodos e técnicas da pesquisa científica. Aliados aos rigores do planejamento da pesquisa tornaram-se indispensáveis os conhecimentos de estatística para fins de análise e interpretação dos resultados.

No início da década de sessenta, pela primeira vez, na Bahia, ensinou-se a disciplina de Bioestatística Médica aos alunos de graduação em Medicina. O retorno do Dr. Guilherme Rodrigues da Silva, ao Hospital das Clínicas, pleno de conhecimentos em estatística básica e aplicada, e a mente aguçada do Prof. Roberto Santos em apoio à difusão do ensino dessa disciplina, imprimiram cientificidade de vanguarda à pesquisa local.

Aos poucos, os pesquisadores locais, em sintonia com a ciência dos países avançados, usavam uma nova linguagem científica, que

alimentava a comunicação entre pares e a leitura de artigos em revistas científicas internacionais. “Média”, “desvio padrão”, “teste de qui quadrado”, “teste t”, “análise de regressão” etc. eram termos da nova linguagem científica de elite. A conclusão sobre os resultados das pesquisas passou a exigir a avaliação de probabilidades de sua ocorrência ao acaso, expressa em um mágico valor de “p”. Vivia-se, na Bahia, no início dos anos sessenta a ciência dos grandes centros.

Sem qualquer possibilidade de não adesão a essa novidade, pesquisadores maduros debruçaram-se sobre os novos livros e incorporaram saberes em estatística. Quando a reforma do ensino superior ocorreu em 1968 e criaram-se os cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, muitos deles, já nasceram com condições de oferecer disciplinas de fronteira. Na Bahia, por exemplo, o Curso de Mestrado em Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Bahia, ao ser instalado, oferecia ensino em Bioestatística e em Genética Médica, disciplinas de vanguarda à época. Assim, as sementes da ciência médica moderna, competentemente plantadas no final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta foram capazes de oferecer sustentação científica à criação do Curso de Mestrado em Medicina Interna e garantir seu sucesso nos anos posteriores.

### **Transição da fonte de saberes da Europa para os Estados Unidos**

O alastramento da Segunda Guerra Mundial nos países da Europa, em especial França e Alemanha, tradicionais produtores de ciência, imprimiu mudanças no desenvolvimento da ciência médica na Bahia. Promoveram essas mudanças, não apenas as dificuldades impostas pela guerra às comunicações e às viagens de estudo à Europa, mas também a atenção que os Estados Unidos passaram a dedicar à questão da pesquisa científica em alguns países, inclusive o Brasil.

Na década de quarenta, a Fundação Ford estabeleceu amplo intercâmbio entre grupos de pesquisas biomédicas no Brasil e nos Estados Unidos. Na Bahia, sob a chefia da Dr<sup>a</sup>. Cora

de Moura Pedreira, criou-se, com recursos da Fundação Ford, no 6º andar do Hospital das Clínicas, no final dos anos cinquenta, o Laboratório de Genética Humana. Mais ou menos à mesma época, em 1957, a Fundação Rockefeller propiciou ao Prof. Jorge Novis, viagem aos Estados Unidos a fim de visitar universidades e centros de pesquisa em fisiologia. Ao retornar, o Prof. Jorge Novis obteve apoio financeiro dessa mesma fundação para fins de modernização de equipamentos e melhoria nas atividades de pesquisa. Nos anos seguintes, a liderança e o entusiasmo do Prof. Jorge Novis atraíram médicos, farmacêuticos, veterinários, biólogos e estudantes à pesquisa em fisiologia. Desse grupo surgiram vários nomes que se consagraram em atividades acadêmicas e científicas de reconhecido mérito, dentre os quais destacamos Prof. José Simões Silva Júnior e Luiz Fernando Seixas Macedo Costa.

Em 1958, a criação do Programa de Residência Médica, no Hospital das Clínicas, contou com fundamental apoio da Fundação Kellogg, que em convênio inicial com duração de cinco anos, fortaleceu laboratórios, forneceu material didático, orientação e consultoria para formação de pessoal. Nove professores foram contemplados com bolsas dessa fundação e receberam treinamento em hospitais universitários norte-americanos a fim de exercerem, aqui, as funções de supervisores no Programa de Residência Médica. Com recurso e apoio logístico, o Hospital das Clínicas capacitou-se para abrigar 40 médicos-residentes em apartamentos localizados no 5º andar, oferecendo moradia, sala de estudos, de lazer e refeições gratuitas no próprio hospital.

A passos largos, a influência da cultura científica norte-americana crescia no meio acadêmico da Bahia. Diferentemente das décadas anteriores que exigia dos pesquisadores o empreendimento próprio para custeio de suas viagens de estudo à Europa, o apoio dessas fundações mudou o cenário, trazendo essa oferta às instituições brasileiras, acrescida de subvenções à melhoria das instalações de laboratórios e de pesquisa. A mudança da França para os Estados Unidos incluía também as fontes para leitura de atualização científica e a seleção de livros de textos usados no curso médico. Pessoalmente, como estudante

de Medicina, vivi essa transição. Ao iniciar o curso médico, em 1956, estudei Anatomia Humana no tradicional livro de Testut em língua francesa. Três anos depois, ao tornar-me aluno do Prof. Zilton Andrade, recém-chegado dos Estados Unidos, estudei Anatomia Patológica no livro do Robson, em língua inglesa. Ao final do curso médico, em 1961, recebi das mãos do Prof. Roberto Santos um exemplar do famoso livro de Bioestatística de Fisher, também em língua inglesa.

No início do ano 1964, já estavam consolidadas as transições científicas na Bahia, tanto em relação aos países fontes de saberes, quanto às modernas práticas de ensino e de produção de conhecimentos.

## **Conclusões**

O desenvolvimento científico, em especial das ciências médicas, exige não apenas circunstâncias adequadas à sua ocorrência, mas, principalmente, a existência de pessoas movidas por fortes ideais e capacidade de realização.

Na Bahia, nos anos de 1947 a 1951, tendo Otávio Mangabeira no Governo do Estado e Anísio Teixeira na Secretaria de Educação, as circunstâncias eram das mais propícias ao

desenvolvimento de saberes. Nessa época, a Bahia experimentou extraordinário salto nas áreas de educação e cultura, as quais, sem dúvidas, influenciaram as ciências médicas, se não diretamente, mas no fortalecimento da esperança que naturalmente ocorre ao presenciar-se a construção de 258 novos prédios escolares no período de um ano. O ensino fundamental e médio na Bahia, ainda reflete, nos dias atuais, a obra realizada por Anísio Teixeira e sua concepção de Escola Parque. Houvesse, nas décadas que se seguiram ao trabalho de Anísio Teixeira, continuidade de investimentos no ensino em geral, teríamos, certamente, o registro de histórias mais ricas em ciência, educação e cultura.

A interligação de saberes entre ciência, cultura e ensino, em seus diversos níveis, tanto favorece o crescimento geral da sociedade como pode prejudicar-lhe se uma das áreas torna-se notoriamente negligenciada. Se tivéssemos tido, ao longo dos anos, ensino de qualidade em todos os níveis, teríamos também, na área médica, melhor produção científica. Por imposição de desigual desenvolvimento, a Bahia, hoje, tem, por um lado, o mérito de produzir ciências médicas de países de vanguarda, também tem, por outro lado, o constrangimento de ainda conviver com doenças típicas de países sem desenvolvimento.

*\*Esse texto foi publicado anteriormente na Gazeta Médica da Bahia 2007;77: 1 (Jan-Jul):54-63.*

# REFORMA ADMINISTRATIVA NA BAHIA

## JOÃO EURICO MATTA

é professor titular de Administração da Universidade Católica do Salvador e Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, onde dirigiu sua Escola de Administração (1972-1976) e seu ISP–Instituto de Serviço Público - Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (1989-1992). Foi Secretário de Estado Extraordinário para a Reforma Administrativa entre 1963 e 1967, durante o governo Lomanto Júnior. Como Conselheiro eleito do Sistema CFA-CRAs, presidiu o Conselho Regional de Administração da Bahia de 1997 a 2006. É membro da Academia de Letras da Bahia, da Academia Baiana de Educação e da Academia de Letras e Artes “Mater Salvatoris”, além de sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Palestra pronunciada em 12 de abril de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).



**N**a ótica do palestrante, tão só o título deste Ciclo de Conferências, “Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964)”, por si mesmo, postula certa dificuldade para abordarmos o tema “Reforma Administrativa na Bahia”, contornável, porém, se retrocedermos a um pouco antes de 1945 e avançarmos até um pouco depois de 1964, de tal modo que o lapso cronológico nuclear de nosso tratamento memorialístico do tema se situe entre 1942 e 1967.

Há, portanto e preliminarmente, pressupostos conceituais de periodização histórica neste

exercício, que estamos propondo, de memória do processo de desenvolvimento econômico e social e de modernização administrativa da Bahia. O primeiro pressuposto diz respeito à história da administração republicana no Brasil, na qual se distinguem duas fases, a saber: a primeira, de orientação formal-legal, ou jurídicista, vai de 1889, ano da chamada “proclamação da República”, até o ano da chamada “Revolução de 1930”; e a segunda fase, de orientação gerencial ou gerencialista, de 1930 até nossos dias. Obviamente nessa periodização se subsume ou se inclui a história administrativa do Estado da Bahia, por

força do formalismo jurídico da federação “à rebours” – *república dos Estados Unidos do Brasil* - consagrada na Constituição de 1891, graças ao cérebro prodigioso do redator, constituinte baiano, Ruy Barbosa.

O segundo pressuposto é o de que essas duas fases se interpenetram, sem solução de continuidade temporal, em virtude da natureza mesma do contínuo histórico. É necessário ser dito, pois, que o que caracteriza o modelo da abordagem jurídica (ou legal, ou do formalismo jurídico) é o fato de que a história de nossa administração está marcada pela circunstância de que, desde o momento histórico da colônia, ou no período reinol, nós recebemos as normas de direito público e privado das Ordenações Afonsinas, Filipinas e Manoelinas e os regimentos del-rei já prontos, procedentes da metrópole d’além-mar. O formalismo jurídico está também tanto na Constituição do Império, outorgada em 1824, quanto na Carta Constitucional da República de 1891, promulgada por uma assembleia constituinte, o que difere da outra orientação, instalada nos anos 1930, seja pelo “governo provisório”, seja pela Constituição de 1934, promulgada por uma Assembleia Constituinte, seja pela Constituição ditatorial de 1937, a do chamado “Estado Novo”, outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas, e que recebe aqui o apodo de orientação *gerencial*, porque focaliza o comportamento administrativo, a ação gerencial do Poder Executivo, Poder Público

Um dos professores fundadores, em 1952, da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV, por seu turno criada em 1944 pelo Presidente, ditador, Getúlio Vargas), o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos, ao formular, em volumoso livro seu, publicado em 1966 pela referida FGV, sob o título **Administração e Estratégia de Desenvolvimento – elementos de uma Sociologia Especial da Administração**, um capítulo com “breve notícia histórica” sobre a evolução da administração pública no Brasil, identificou nesta três períodos. O primeiro envolveria o estado unitário Imperial e a República Federativa: é o que Guerreiro Ramos chamou de período “*jurídico-legal*”, que se estende desde a independência e a Constituição do Império, 1822-1824, até 1930, abrangendo 108 anos.

O segundo período, Guerreiro Ramos o denominou de momento “do imperativo da eficiência”, datando sua cronologia de 1930 até 1945 – abrangendo, portanto, os anos de vigência da Constituição de 1934 e os de vigência da Constituição de 1937. O terceiro período é identificado como o da “atitude de planificação”, - entendida esta palavra no sentido sociológico que Karl Mannheim atribuiu à expressão “planificação democrática”, em seu famoso livro de pós-guerra, ***Freedom, Power and Democratic Planning***, - e é posto cronologicamente a partir de 1945, portanto abrangendo o tempo de vigência da Constituição de 1946. Essa terceira fase da história da administração pública no Brasil, orientada para a formulação de diretrizes programáticas do governo, para a ação do planejamento governamental, Guerreiro Ramos a caracteriza como “de orientação gerencialista”, voltada para o planejamento do desenvolvimento econômico (relembre-se, aqui, a ação da Assessoria Econômica do governo Vargas, de janeiro de 1951 até agosto de 1954, propondo a legislação do monopólio estatal da produção petrolífera e da criação da PETROBRAS, do BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do BNB – Banco do Nordeste do Brasil).

Seja-nos permitido, aqui, um breve parêntese para lembrar, por sua pertinência com o tratamento memorialístico que estamos dando ao tema da modernização administrativa na Bahia, em contexto histórico obviamente brasileiro, alguns traços biográficos da trajetória intelectual e da militância política do citado Alberto Guerreiro Ramos, um afro-descendente nascido em 1915, em Santo Amaro da Purificação, e que, em Salvador-Bahia, de 1935, agrupado a outros moços conterrâneos e contemporâneos seus, a exemplo de Oldegar Franco Vieira e Rômulo Barreto de Almeida, era militante “pliniano” da “Juventude Integralista”, e que em 1941, intelectual brilhante, mas então sem formação graduada, era designado “catedrático” da disciplina Sociologia, compondo a “Congregação” da então nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Bahia, pelo criador-instituidor desta, o Bacharel em Direito e veterano educador Isaías Alves de Almeida, na ocasião Secretário de Estado da Educação e Saúde no governo (1938 a 1942) de seu irmão, o Agrônomo Landolfo Alves de Almeida, nomeado

Interventor pelo Presidente da República, ditador desde 1937, Getúlio Dorneles Vargas. Em 1952, no Rio de Janeiro, quando recrutado pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, o Agrônomo gaúcho Luis Simões Lopes (que fora, desde 1938 até 1944, o primeiro Diretor Geral do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, criado por Vargas em dispositivo da própria Constituição de 1937) para compor a congregação da daquele ano instituída EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública, como professor, fundador da cadeira de Sociologia, Guerreiro Ramos já era notável sociólogo, pesquisador e autor, graduado Sociólogo e Bacharel em Direito no Rio de Janeiro, além de Técnico de Administração do DASP por concurso (com defesa de tese) de 1950 e Assessor qualificado, desde 1951, da Assessoria Econômica do Presidente Vargas, chefiada pelo baiano Rômulo Barreto de Almeida, um Bacharel em Direito vocacionado para a Economia e a Administração planejadas, sobrinho dos referidos Landulfo e Isafas Alves de Almeida. Acrescente-se que, radicado no Rio desde 1942, para seus estudos graduados de Sociologia e Direito, Alberto Guerreiro Ramos, politicamente auto-definido como getulista e trabalhista (o próprio presidente, ditador, Vargas, antes de sua deposição, em 1945, fundou, curiosamente, dois partidos políticos: o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e o Partido Social-Democrático – PSD), elegeu-se Deputado Federal pela legenda do PTB carioca. O governo militar, em 1964, cassou seu mandato de parlamentar e suspendeu seus direitos políticos. Desde então professor da EBAP em tempo integral e dedicação exclusiva e pesquisador, sob patrocínio da Fundação Ford, até a publicação, em 1966, pela FGV, do referido tratado, **Administração e Estratégia de Desenvolvimento**, Guerreiro Ramos radicou-se em Los Angeles, Califórnia, convidado para professor titular, “*Full Professor*”, da Administração, do Instituto de Assuntos Públicos e Internacionais - *Institute for Public and International Affairs*, antiga Escola de graduação e pós-graduação em Administração Pública, da Universidade do Sul da Califórnia – USC. Faleceu em Los Angeles, em 1983. Feche-se aqui o parêntese.

Podemos partir, agora, para o nosso terceiro pressuposto, o qual aponta que, após os 108

anos do período jurídico-legal situado por Guerreiro Ramos entre 1822 e 1930, temos que percorrer esses 77 anos que vão de 1930 até hoje, - estamos em abril de 2007, - do período seguinte, em curso, que podemos denominar “de orientação gerencial”, e que abrange várias subfases, a saber.

Entre 1930 e 1950, temos o advento e crescente influência do modelo mecanomórfico de modernização administrativa transplantado do paradigma “managerialista” norte-americano, inspirado no “*Bureau of the Budget*”, ou Escritório do Orçamento do governo estadunidense de Franklin Delano Roosevelt e seu “*New Deal*” e “*Welfare State*”, que resultou na criação, em dispositivo do próprio texto constitucional de 1937, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), regulado e instalado por decreto-lei do Presidente Vargas em 1938. Esta subfase passa pela criação, também por decisão presidencial, em 1944, da Fundação Getúlio Vargas, e pela elaboração do primeiro PLANO SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), de 1947.

A segunda subfase, de 1950 a 1963, é identificada como a do economicismo do estado desenvolvimentista do segundo governo Vargas, então eleito por voto popular (1951-1954), e do plano de metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Esta subfase é fortemente marcada pela ação institucionalizante e modernizadora da já mencionada Assessoria Econômica do Presidente Getúlio Vargas, pela criação do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e, após a renúncia de Jânio Quadros e o interregno do regime parlamentarista, pela elaboração do PLANO TRIENAL do Ministro Celso Furtado.

A terceira subfase se estende por 21 anos, de 1964 a 1985, quando temos o Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (PAEG), de Roberto Campos; o segundo Plano Trienal, do Ministro Hélio Beltrão; o reformismo administrativo e o status ministerial conferido ao DASP durante o governo Geisel (1974-1979). Este último tem uma enorme importância, porque relaciona a história da administração pública brasileira à gestão da PETROBRAS. O general Ernesto Geisel havia sido presidente da PETROBRAS durante o

anterior governo Garrastazu Médici, tendo escolhido o Coronel e psicólogo Darci Siqueira para diretor do poderoso Serviço de Pessoal daquela empresa estatal. Quando assumiu a presidência da República, Geisel – que criou em seu Gabinete presidencial uma SEPLAN, Secretaria de Planejamento, - ofereceu a Siqueira a oportunidade de ser o primeiro Ministro de Estado do DASP. Em conjunto com a transfiguração do DASP em Ministério de Estado, houve, ainda, a implementação do Programa Nacional de Desburocratização, de Hélio Beltrão, bem como a elaboração do primeiro e do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e a expansão da administração indireta, que colocou a questão de centralismo versus pluralismo.

Na quarta subfase, de 1985 a 1995, identifica-se o que se chamou de “desmantelamento do Estado Administrativo concebido por Getúlio Vargas”, inclusive com a extinção do DASP ministerial, e advêm a prioridade política da reconstitucionalização de 1988, as aberturas do governo Collor – e temos que incluir aí o “impeachment” desse presidente – e a prioridade econômica do plano de estabilização do governo Itamar Franco.

A quinta subfase, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, é a da transformação da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Gabinete do governo Geisel em Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com seu plano diretor de reforma do aparelho do Estado, e com a idéia que o primeiro titular do MARE, Ministro Bresser Pereira, equivocadamente difundiu, segundo a qual a reforma administrativa pretendida pelo governo de FHC vinha instituir pela primeira vez no Brasil um Estado gerencialista. No início de sua gestão, o ministro chegou a permitir que se publicassem textos programáticos sobre essa tal “reforma do Estado”, que tinham como título a seguinte tolice tautológica vernacular (como se fosse possível a expressão inglesa “*managerial administration*”): “A era da administração pública gerencial”. Semanas depois os impressos do MARE já não falavam em administração pública gerencial, mas ficou o rótulo de Estado gerencialista. Em seguida tivemos o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual o MARE foi transformado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que perdura até os dias correntes, ainda que

Governador Lomanto Júnior assinando convênio para a reforma administrativa, década de 1960.  
Acervo João Eurico Matta



ao preço de uma redução de importância da função “gestão”. Houve um fato de mais alta importância durante esse período, na década de 1990, que foi a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não aparece nesse quadro esquemático uma referência ao primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva simplesmente pelo fato de que nele se manteve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tal como concebido no governo de Fernando Henrique Cardoso. Podemos saltar, então, para a exposição, também esquemática, de um caudal de ideias relativas à história da modernização da administração pública na Bahia, já que nos propusemos contextualizar um lapso de tempo um pouco maior do que o período compreendido entre 1945 e 1964, a saber: entre 1942 e 1967.

Em 1942, o governo do interventor Landolfo Alves de Almeida criou na Bahia o Departamento de Serviço Público (DSP), em consonância ou sintonia com a instalação do DASP, em 1938, pelo Estado Novo, na então Capital da República, Rio de Janeiro. Ressalte-se que a implantação do DSP, em 1942, foi um momento fulcral, pois o trabalho desenvolvido por esse órgão reproduziu, na esfera de governo estadual, o importantíssimo papel modernizador do DASP no plano nacional. Como a Constituição federal de 1946, a da redemocratização política do país, manteve, literalmente, no seu corpo de normas, o instituto do DASP, a Constituição estadual de 1947, assegurou a permanência do DSP como baluarte institucional da modernização administrativa, de tal modo que o governo de Octávio Mangabeira (1947-1951) não pôde modernizar mais do que propiciar forte apoio ao titular de sua Secretaria da Educação e Saúde, o grande educador Anísio Teixeira, como o fez com relação à gestão igualmente dinâmica e inovadora de seu Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, o não agrônomo, nem economista, mas Bacharel em e professor de Direito, Nestor Duarte. Treze anos depois da implantação do DSP, em 1955, no governo de outro professor de Direito e político, Antônio Balbino de Carvalho – que fora Ministro da Educação e Cultura do governo de Getúlio Vargas, - dá-se a institucionalização da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), confiada ao antigo

Chefe da Assessoria Econômica de Vargas, Rômulo Barreto de Almeida, que seria Secretário de Estado da Fazenda no mesmo governo de Balbino. Aquela CPE, já no governo seguinte, de Juracy Magalhães (1959–1963), e posta no âmbito de ou vinculada a uma Secretaria de Estado para o Desenvolvimento, tendo como primeiro titular o mesmo Rômulo Almeida e, depois, Yvan Maia Fachinetti, elaboraria o primeiro Plano de Desenvolvimento da Bahia (Plandeb). Esse volumoso documento de planificação estadual foi encaminhado pelo governador Juracy Magalhães à Assembleia Legislativa estadual, mas em suas gavetas burocráticas adormeceu a espera de processamento e tramitação que o tornassem lei. Não obstante isso, pela utilidade de seu cuidadoso texto de pesquisa, o Plandeb foi um documento norteador de tudo o que se faria de modo planejado, setorialmente, na década dos 1960.

O próximo grande salto, na Bahia, foi durante o governo de Antônio Lomanto Júnior, a deflagração do programa da reforma administrativa que

*Ex-governador Lomanto Júnior durante o Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).  
Acervo Fundação Pedro Calmon*



resultou em legislação específica, devidamente tramitada na Assembleia Legislativa, de 11 de abril de 1966. Nesta data se deu a sanção, por ato do governador Lomanto Júnior e referendo de seu Secretariado de Estado, de quatro leis basilares: a de nº 2.321, que dispõe sobre a organização da Administração Estadual e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa (lei extensa, que adiante será apresentada esquematicamente); a de nº 2.322, que disciplina a Administração Financeira, Patrimonial e de Material do Estado; a de nº 2.323, que formulou o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado; e a de nº 2.320, de 4 de abril de 1966, que criou o sistema da Procuradoria Geral do Estado. Como consequências da reforma administrativa implementada pelo governo Lomanto Júnior, é preciso ressaltar a fundação do Banco de Desenvolvimento do Estado (Desenbanco), que teve desde então um papel importantíssimo, que foi reformulado recentemente, e a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA).

Seguiu-se à reforma administrativa do governo Lomanto Júnior a reforma da pasta da educação e cultura, no governo seguinte, de Luís Viana Filho, pois a reforma organizacional proposta pelo governador Lomanto, em 1966, para a Secretaria da Educação e Cultura, no capítulo III do anteprojeto do que viria a ser a citada lei nº 2321, não fora aprovada, por não ter a Assembleia Legislativa aprovado proposição, do governador, de Emenda Constitucional que suprimiria norma da Constituição estadual de 1947, reguladora de um departamento autárquico para a Educação. Entretanto, já em 1967, por força de uma nova Constituição estadual promulgada naquele ano, foi viabilizada a aprovação pelo Legislativo de um novo projeto de lei de estruturação da pasta da Educação e Cultura que repetia, *ipsis literis*, aquele proposto por Lomanto, no mencionado capítulo III do anteprojeto da reforma de 1966. Não há espaço nem oportunidade, aqui, para tratar desse assunto.

Assim se apresenta o quadro das decisões dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais que permitirá desfiarmos as considerações seguintes, sobre o período iniciado em 1962, ano da eleição de Lomanto Júnior para governador. A posse ocorreu em abril de 1963. Mas, ainda em novembro de 1962, o já eleito governador

veio até o Palácio da Aclamação visitar o então governador Juracy Magalhães. Este o recebeu com aquela elegância de sempre, de homem experiente, que havia sido interventor aos vinte e poucos anos, em 1931, mas que teve de aceitar a candidatura “telúrica” – disse-o ele – de Lomanto como inarredável. Naquela época, Juracy Magalhães estava vivendo um momento muito duro – não apenas por questões pessoais, como a morte do filho Juracy Júnior, mas também por questões da política local e nacional. A renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros era uma delas. Jânio foi o líder da União Democrática Nacional (UDN) que havia escanteado o próprio Juracy na disputa pela vaga de candidato a presidente. À frente do governo federal, tentou apaziguar a situação com compensações: levou Juracy Júnior para o gabinete, nomeou o Prof. Josaphat Marinho para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, colocou o Prof. Milton Santos como chefe do gabinete civil e do escritório do governo da República na Bahia, além de ter prometido a façanha de não reconduzir o Prof. e Reitor Edgard Santos à Reitoria da Universidade Federal da Bahia. Os anos de 1961 e 1962 não foram bons para Juracy, mas está claro que, alguns anos depois, esse estado de espírito mudaria: com o golpe militar, em 1964, e com o governo de Castelo Branco, Juracy tornou-se embaixador do Brasil nos Estados Unidos, depois Ministro da Justiça, tendo redigido o Ato Institucional que acabou com a pluralidade partidária e criou a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), forçando todos a se ajustarem ao bipartidarismo.

Naquele novembro de 1962, Lomanto – eleitoralmente vitorioso, triunfante com os resultados das urnas interioranas, movido pelo seu carisma, reconhecido na imprensa pela expressão algo irônica do governador Juracy Magalhães como de “candidato telúrico” – foi ao Palácio da Aclamação comunicar a vitória e agradecer a Juracy o apoio que lhe propiciara. Lomanto conseguira eleger-se derrotando Waldir Pires em condições difíceis – não foi uma vitória expressiva. Foi eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas à frente de uma coalizão de partidos, uma costura feita pessoalmente por ele, com grande astúcia de manobra política, porque, sendo prefeito de

Jequié e presidente da Associação Brasileira de Municípios, foi capaz de articular-se com e envolver os principais líderes partidários da Bahia. Em resposta à visita, Juracy lhe disse (e quem conta o episódio é o próprio Lomanto): “Meu caro Governador eleito, não sei se lhe dou pêsames ou parabéns, porque em abril vou passar-lhe um Estado ingovernável”.

Pois bem, enganava-se o general Juracy Magalhães quanto ao seguinte: Lomanto, ainda que moço nos seus 37 anos, era um político experiente – já o havia demonstrado, como vereador, deputado estadual, prefeito de Jequié e presidente da Associação Brasileira de Municípios. Sua atitude como administrador público era de um gerencialista, alguém que não tinha preocupações com juridicismo, com o formalismo jurídico ou com a abordagem legal da administração. Quando fora prefeito de Jequié, havia realizado a reforma administrativa do município, tecnicamente confiada a um baiano ilustre, Bacharel em Direito vocacionado para o magistério e a consultoria em Administração Pública, Diogo Lordello de Melo, hoje de saudosa memória, mas que era então presidente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) – cuja fundação se deu na mesma onda da criação da FGV e de sua EBAP, nos anos 1950, durante os quais Lordello e seu colega da mesma EBAP, Professor José Rodrigues de Senna, alto funcionário técnico do então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), realizaram viagem de estudos aos E.U.A., com estágio no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan e na Escola (Faculdade) de Administração Pública, da Universidade do Sul da Califórnia, em Los Angeles (precisamente este instituto que acolheu, em 1966, o colega de ambos na congregação da EBAP-FGV, Alberto Guerreiro Ramos, como lembrado acima).

Lomanto não era graduado pela Universidade Federal da Bahia, mas não em Direito ou em Administração (esta Escola foi criada na Bahia em 1959, e só formaria sua primeira turma de Bacharéis em 1963, aliás tendo como “Patrono” o governador Lomanto Júnior e como “Paraninfo” o Diretor da Escola, Prof. Lafayette de Azevedo Pondé): graduou-se em Odontologia (e exerceu por poucos anos a profissão de dentista). Mas, antes de

tudo, era, de fato, um político vocacionado para a administração pública, um executivo, um realizador. Foi assim que ele, - naquele mesmo mês de novembro de 1962 em que, ainda governador eleito, foi visitar o general governador Juracy, que o recebeu - como comemorado acima - com aquele abraço tão amargo, de dúvida entre pêsames e parabéns, - fez uma visita à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, criada em 1959 por Edgard Santos como num passe de mágica, para entrevistar-se com o Prof. Lafayette de Azevedo Pondé, Diretor da Escola, um experiente homem público que tinha sido Secretário do Interior e Justiça logo depois do término do governo do Interventor Landulfo Alves de Almeida, portanto durante a Interventoria do general Pinto Aleixo, em 1942. Na oportunidade da visita, Lafayette chamou, para a reunião com o governador recém-eleito, o então Coordenador do curso de bacharelado em Administração Pública da Escola de Administração, o professor, cedido pela EBAP, e antigo Delegado do INPS na Bahia, José Rodrigues de Senna, e o professor João Eurico Matta, recém chegado do Mestrado em Administração Pública na Universidade do Sul da Califórnia, para ouvirmos Lomanto, acompanhado de seu cunhado, o Agrônomo Lelivaldo Britto, dizer-nos, com uma coragem e uma confiança envolventes: “Estou aqui para entregar à Universidade Federal da Bahia, através da sua Escola de Administração, a missão de assessorar o futuro governo e de ser a consultora de um programa de reforma administrativa”. O Prof. Eurico Matta, que tinha então vinte e nove anos, emocionado e cheio de ideais, ouviu, com espanto, enquanto Lelivaldo, mais analítico e menos emotivo, ouviu com paciência Lomanto acrescentar: “e será uma reforma profunda”. Já que o governador, general Juracy Magalhães, lhe tinha dito que o Estado da Bahia era ingovernável... e lhe passaria a faixa de Governador da Bahia, em solenidade de transmissão de cargo num dos grandes salões do Palácio Rio Branco, em 7 de abril de 1963.

Efetivamente foi muito difícil governar a Bahia no primeiro ano do mandato, 1963. Durante esse ano, da parte da Universidade, o Diretor Lafayette Pondé consolidava a institucionalização da Escola de Administração e formalizava

a criação de um Instituto de Serviço Público - ISP, órgão complementar da Escola, para prestar assistência técnica ao futuro programa governamental de reforma administrativa. Orientados por Senna, os Profs. Matta e José Carlos Dantas Meirelles elaboraram o Regulamento de organização do ISP, - estruturado em três Divisões, a de Pesquisa, a de Assistência Técnica e a de Treinamento, - que o Diretor Pondé, fortemente apoiado pelo Reitor Albérico Fraga, submeteu a plena aprovação pelo Conselho Universitário. Fisicamente instalado, o ISP teve como Diretor o Prof. José Rodrigues de Senna e Vice-Diretor, o Prof. Yvan Maia Fachinetti.

Com o movimento militar de março de 1964, o programa de reforma administrativa teve que ser negociado com o novo regime. Desde 1963 o Prof. Matta, contratado pela CPE, pertencia a uma Assessoria Geral do Governador, criada por decreto do governador, da qual faziam parte Lelivaldo Britto, Alaor Metzker Coutinho, Boris Tabacof e Herberto Metzker Santos, que confiaram a Matta a chefia da Assessoria, um ripo de "general staff office", para operar fisicamente, em palácio, ao lado da Casa Civil, chefiada pelo

Secretário Particular do Governador – nos termos de lei sancionada pelo governador Juracy, mantendo-se a Secretaria do Governo, que supervisionava o poderoso DSP – Departamento do Serviço Público; ao lado da Casa Militar e de uma preexistente Assessoria de Imprensa, confiada ao jornalista José Hormino Curvello. O governador Lomanto precisava, na Assessoria Geral recém-criada, de pessoas de absoluta confiança, que estivessem dispostas a ficar a seu lado, às quais ele pudesse despachar, para estudos específicos e filtragem, processos de maior relevância política e administrativa. Compreenda-se, aqui, o alcance dessa "Assessoria Geral", assim concebida por encomenda do próprio governador : ele havia sido eleito por uma coalizão de diversos partidos políticos a cujos interesses e pressões teve que atender, ao nomear os Secretários de Estado. Era necessária cautela, portanto, no comportamento gerencial do governador, razão por que ele desejou contar com uma comissão de assessores que filtrasse os assuntos, as questões e disputas, favorecendo-lhe a gestão de conflitos, - uma tarefa sutilíssima e difícilíssima. No seu primeiro Secretariado de Estado, de abril de 1963 a abril de 1964, Lomanto tinha,

*Governador Lomanto Júnior e coordenadores em visita técnica, década de 1960. Acervo João Eurico Matta*



naturalmente, Jorge Calmon, Secretário do Interior e Justiça, e mais alguns de sua absoluta confiança, outros nem tanto, ainda que fossem secretários eficientes e dedicados.

Então, o golpe militar de 1964 fez com que Lomanto tivesse que defender, literalmente com unhas e dentes, e bastante bravura, o seu mandato popular majoritário, porque houve conspirações, de alguns políticos, junto ao comando da VI Região Militar em Salvador, para derrubá-lo. Permaneceu no governo, porque contou com o apoio do General Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, sediado em Recife, mas teve que constituir um novo Secretariado. Entre os membros deste convocou o Dr. Paulo Pereira de Almeida, para Secretário do Interior e Justiça, até o retorno a este cargo do Dr. Jorge Calmon em 1965; o Engenheiro Flaviano Guimarães, para Secretário da Viação e Obras Públicas; o Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, Ivo Braga, para a Secretaria da Fazenda (sucendo ao primo Honorato Viana de Castro); o Agrônomo, professor e pesquisador Fúlvio José Alice, na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; Dr. Adelaido Ribeiro, na Secretaria da Saúde Pública; Dr. Eduardo Bizarria Mamede, na Secretaria da Educação, mantendo-se o Dr. Paulo Américo de Oliveira como Diretor da autarquia Departamento Estadual de Educação e Cultura; o Bacharel em Direito Virgílio de Sá, na Secretaria do Governo; na Secretaria da Segurança Pública, o Coronel do Exército Francisco Cabral de Andrade, o único titular que permaneceu, do primeiro Secretariado, de 1963; o Economista e professor Victor Calixto Gradin Boulhosa, na Secretaria sem pasta para o Desenvolvimento Econômico (em 1965 denominado Secretário Extraordinário para esse fim); Secretário Particular e Chefe da Casa Civil, o professor de Administração João Eurico Matta (seria designado, por decreto do governador, Coordenador Geral do Programa de Reforma Administrativa e, em 1965, Secretário Extraordinário para a Reforma); o professor de Direito José Joaquim Calmon de Passos, como Procurador Geral da Justiça (sucendo ao igualmente professor de Direito Marcelo Duarte); e na Presidência da CPE – Comissão de Planejamento Econômico, o Dr. Renato Simões, dirigente de **A Tarde** (sucendo ao Dr. Milton Santos e ao Dr. Joir Brasileiro).

O baiano Rômulo Barreto de Almeida, acima lembrado como Chefe da Assessoria Econômica do Presidente Vargas, (1951-1954), e criador da CPE no governo Antônio Balbino, 1955, não participou diretamente do programa da reforma, envolvido que estava, na ocasião residindo em Washington, D.C., capital dos E.U.A., como membro do chamado *Comitê dos Nove*, “*experts*”, da Organização dos Estados Americanos (OEA), mas deu expressivo apoio à iniciativa, tendo publicado no **Jornal da Bahia** seis artigos cerebrinos de elogio ao governo Lomanto júnior por seu programa de reforma administrativa. Os dois eram muito amigos, por suas ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro e o getulismo (anos mais tarde teriam que bater forças numa disputa eleitoral por uma cadeira de Senador, em 1978, mas esta é uma memória histórica que não cabe neste espaço).

A equipe de administração pública da Universidade Federal da Bahia era composta pelo Diretor Lafayette Pondé e pelos profs. José Rodrigues de Sena, João Eurico Matta, José Carlos Dantas Meirelles (que viria a ser o chefe da Divisão de Treinamento e capacitação de pessoal do ISP), Jorge Hage Sobrinho (atualmente Ministro da Controladoria Geral da União, por indicação do ex-Ministro Waldir Pires, e que tem tido uma brilhante carreira, como prefeito de Salvador, deputado constituinte e juiz federal), Margarida Costa Batista, com sua visão de pesquisadora e depois dirigente do ISP. Todos esses nomes servem para mostrar que quem faz reforma administrativa é gente, não máquina, nem organograma. Em anos recentes fala-se em “*e-government*”, ou “governo eletrônico”, porém as maravilhas tecnológicas ou nanotecnológicas que são o computador a internet e a telefonia celular são apenas instrumentos, ainda que poderosos e espantosos, de modernização, não são protagonistas decisivos desse processo de inovação administrativa. Pessoas, em carne e osso, corpo e mente e momento, é que efetuam modernização e reforma administrativa.

Como o convênio de junho de 1964, que gerou recursos financeiros para execução do programa de reforma administrativa na Bahia, foi firmado pelo governo do Estado, com a Universidade (UFBA), a SUDENE e a USAID

(United States Agency for International Development), há que mencionar-se o representante desta, George Pease, - um profissional competente que ajudou produzindo modelos técnicos de orientação e efetivamente prestou assistência técnica na fase inicial do programa, mas foi por certo, e obviamente, um observador da USAID, como o foi o Prof. John M. Rood, no curso das atividades docentes e de pesquisa da Escola de Administração da UFBA. A USAID propiciou, inclusive, no segundo semestre de 1965, uma viagem de dois meses de estudos e "field work" em universidades norte-americanas do Leste e Oeste, e em órgãos públicos federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos, aos coordenadores do programa por parte do Estado, o coordenador geral, o de treinamento e os oito setoriais, por Secretaria de Estado. O movimento político estudantil, na época, levantou suspeitas com relação ao programa da reforma administrativa, porque houve recursos financeiros repassados pela USAID, via SUDENE, à Universidade. Segundo os estudantes, o programa teria sido, portanto, de uma reforma "americanófila". Isso não procede. O responsável pelas negociações com a USAID, feitas através da SUDENE, foi o próprio governador Lomanto Júnior, que agiu com uma considerável astúcia, para não dizermos atitude pragmática, já que o pragmatismo é uma atitude filosófica tida como inventada por William James, um pensador norte-americano. Astúcia ou esper-teza, não tem nenhum sentido maquiavélico, mas o da oportunidade de aproveitar a disposição da chamada "Aliança para o Progresso" do Presidente Kennedy de proporcionar apoio financeiro, que não foi muito grande, mas suficiente para custear o programa da reforma num Estado então de orçamento paupérrimo, cuja execução implicava atrasos de pagamento de pessoal. Em vez de "americanófilo", Lomanto é um brasileiro nato e nacionalista, tão convicto disso quanto de sua ítalo-descendência de boa cepa européia.

Com o bom humor deste último comentário, abra-se aqui outro breve parêntese para rememorar um episódio cômico de 1965, que ilustra a brasilidade e a baianidade da atitude e comportamento de nós todos, protagonistas do processo de modernização do Executivo estadual de que estamos registrando uma

memória. O governador tinha nomeado, com nova denominação, os Secretários Extraordinários Victor Gradin, para o Desenvolvimento Econômico, e João Eurico Matta, para a Reforma Administrativa, e convocara uma reunião excepcional, noturna, do Secretariado, no residencial Palácio da Aclamação, para tratar de assuntos específicos de modernização administrativa para o desenvolvimento da Bahia. Durante o encontro, para aliviar as tensões da agenda, o Secretário da Educação, Eduardo Bizarria Mamede, - hoje de tão saudosa memória, - que acumulava na ocasião o exercício da Secretaria da Saúde e que cultivava uma veia humorística de autor de epigramas, à semelhança de seu amigo, o antigo político da UDN (a União Democrática Nacional, partido que Getúlio Vargas não criou em 1945!) e "juracista", como o médico Mamede, o então Deputado estadual Wilson Lins, fez circular, à socapa, sussurrando-me, sorrindo, que não o tinha assinado (como seu famoso irmão, o estrelado militar Bizarria Mamede, assinara, em meados dos 1950, famoso "Manifesto dos Coronéis"!), o seguinte epigrama, uma quintilha de redondilhas de cinco pés métricos e rima rica:

"Se são Secretários / Extraordinários / O  
Gradin e o Matta / Somos ordinários / Todos  
os demais!"

Éramos, na verdade, uma equipe coesa, homogênea e integrada sob a liderança dinâmica de um governador firmemente orientado para o desenvolvimento econômico, social e cultural da Bahia e do país.

Em 1965, foram realizados dezenove simpósios de políticas governamentais, coordenados pelos professores de Administração e Economia da UFBA, Yvan Fachinetti e Jairo Simões, realizados nos salões do palácio da Reitoria da UFBA, cedidos pelo Magnífico Reitor Miguel Calmon Du Pin e Almeida Sobrinho, que era pessoalmente um incentivador do programa, prestando-lhe expressivo apoio institucional, em nome da UFBA. Caberia, agora e aqui, um terceiro e último parêntese para lembrar que o Engenheiro Civil e professor da Escola Politécnica Miguel Calmon era principal dirigente do Banco Econômico da Bahia (que fora presidido por seu pai, Francisco Marques

de Góes Calmon, governador da Bahia de 1924 a 1928), e foi um prócer daquele PSD – Partido Social Democrático, fundado por Getúlio Vargas em 1945, partido pelo qual foi eleito Deputado Federal na década dos 1950, tendo sido Ministro da Fazenda, em 1962, do governo parlamentarista, convidado por um Primeiro Ministro do governo João Goulart para ocupar o mesmo, poderoso, Ministério da Fazenda que fora confiado, no governo do Presidente Jânio da Silva Quadros, 1960-1961, por outro notável banqueiro baiano, o Bacharel em Direito e professor Clemente Mariani Bittencourt, presidente do Banco da Bahia.

Incontáveis professores, especialistas e pesquisadores das várias faculdades da UFBA foram mobilizados para participar, - junto com os servidores e técnicos mais qualificados do Estado e com os numerosos convidados, especialistas e técnicos do governo federal e de outros Estados, e alguns especialistas estrangeiros, - das sessões de apresentação e discussão de textos técnicos, bem como para formulação de mil e trezentas Recomendações de Políticas Governamentais, durante os três ou dois dias de duração de cada simpósio. Apenas não teve espaço no palácio da Reitoria, no bairro do Canela, o 19º simpósio, o de políticas de Administração Pública para o Desenvolvimento, que se celebrou, na época, porque o próprio governador decidiu que se realizasse nas instalações do Grande Hotel da Estância Hidromineral (águas ferrosas e termais) de Caldas de Cipó, monumentalmente edificado na cidadezinha sede do município baiano do mesmo nome e solenemente inaugurado em 1942 pelo Presidente da República Getúlio Vargas), que o governo mobilizasse uma frota ou caravana de ônibus para transportar os Secretários de Estado, os técnicos participantes e especialistas convidados, e que ele mesmo, o governador, pessoalmente presidiria todas as sessões técnicas do encontro, assessorado pelos professores Senna, Fachinetti e Matta, não admirando que esse encontro tenha recebido o apelido humorístico de “o único cipósio”.

O Coordenador Geral do programa, representando o governador Lomanto Júnior, participou ativamente, por quase três meses, de todos os dezenove simpósios, - não chamados na época “de políticas públicas”, mas

“de políticas governamentais”, versando os seguintes tópicos: finanças; agricultura; abastecimento; indústria e artesanato; comércio; cooperativismo; urbanismo; turismo; energia; água e recursos minerais; transportes e comunicações; educação e cultura; saúde pública; justiça; segurança pública; assistência social; crédito e bancos; o 18º, sobre planejamento, programação e orçamentação para o desenvolvimento, - expressão que denominava uma prática gerencial prioritária na concepção de uma estrutura organizacional modernizante do Poder Executivo estadual; e o 19º e último, sobre administração pública para o desenvolvimento. É oportuno registrar, nesta palestra memorialística, que o 14º simpósio, o de políticas de Justiça, foi presidido pelo então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o desembargador Renato Mesquita, - chefe, portanto, do Poder Judiciário estadual, que pessoalmente dava significativo apoio ao programa de reforma do Executivo.

Com os dezenove simpósios consumiram-se quase três meses num verdadeiro torneio técnico e intelectual, no melhor sentido, trazendo a Salvador técnicos, especialistas do país inteiro, muitos dos quais eram, do ponto de vista da ideologia política, sabidamente comunistas ou militantes esquerdistas. Vez por outra a Segunda Seção da Sexta Região Militar, em Salvador, telefonava para a Casa Civil, que emitia os ofícios-convite, advertindo que “este não pode vir”, ou “aquele outro” não merece a confiança de um convite”. Nesses momentos de pressão mais forte ou insistente, ainda que discreta, - e o governador não precisava de saber dessas ocorrências, que felizmente foram poucas - o professor Senna, dedicado Diretor do ISP, quando não bastasse um telefonema seu, ia pessoalmente à Sexta Região Militar dizer que assumia a responsabilidade pela indicação e o convite. Isso porque Senna, desde que fora Delegado do INPS na Bahia, na década de 1950, era reputado como um técnico de credibilidade e absoluta confiança, um docente da EBAP, da Fundação Getúlio Vargas, e um profissional de alto escalão do Ministério da Previdência Social. Aquela tipo de advertência por suspeição de militância ideológica de esquerda ocorreu, por exemplo, com relação a um arquiteto-urbanista convidado para o Simpósio de Urbanismo, e a alguns economistas convidados para o 18º

simpósio, o de Políticas de Planejamento e Programação para o Desenvolvimento. Atente-se para este último caso, decorrente do velho preconceito de que economistas favoráveis ao planejamento governamental seriam “estatistas”, “provavelmente defensores do modelo comunista, soviético, de planejamento totalitário”. Esse equívoco se dissolve quando consideramos o seguinte posicionamento técnico.

É que a visão, adotada pelos consultores técnicos do ISP, da Escola de Administração, de um processo de planejamento como um sistema de programação e orçamentação foi importada dos Estados Unidos. Foi um executivo de topo de uma empresa privada norte-americana, mais precisamente da *Ford Motor Company*, Robert McNamara, quem levou o ideário – teoria e prática – do chamado “*Planning-Programming-Budgeting System*” (PPBS) para o governo de John F. Kennedy (1961-1963), ao assumir neste um importante ministério, o da Defesa, *Ministry of Defense*. A sigla PPBS significava “Sistema de Planejamento-Programação-Orçamento”. Este era uma concepção de importância nuclear para o modelo estrutural-organizacional do Poder Executivo estadual propugnado, à unanimidade, por todos nós, engajados tecnicamente no programa. No entanto, no momento da decisão normativa, o professor Senna, Diretor do ISP, teve receio de que a cabeça do sistema de planejamento, programação e orçamento fosse uma Secretaria de Estado, porque honestamente pensava, com boa fé, que, nesse caso, como no do sistema de administração geral, a pasta seria ambicionada não tanto por políticos, mas por “polítiques”, aqueles que Ruy Barbosa, num de seus artigos clássicos de campanha eleitoral na primeira década do século passado, considerava protagonistas de “politicagem, politicalha, politiquice” (assim formulando a sinonímia que celebrizou), o que poderia danificar o vigor e a seriedade da ideia-e-prática do sistema. Com esse argumento, Senna entendeu que a legislação da reforma administrativa deveria criar uma Assessoria Geral de Programação e Orçamento (AGPO), a que se vincularia uma Fundação de Planejamento (a antiga CPE de Rômulo Almeida, como órgão central, junto ao Governador, de um sistema com as Assessorias Setoriais (ASPOs) nas Secretarias de Estado e com as assessorias de planejamento das entidades

da administração descentralizada. Da mesma maneira, o professor Senna defendeu como posicionamento técnico que não deveria ser criada uma Secretaria de Estado da Administração e sim um Departamento de Administração Geral (DAG), com Serviços setoriais de Administração Geral nas Secretarias de Estado. Na Comissão Central de Reforma Administrativa, o Secretário do Desenvolvimento Victor Gradin, o vice-diretor do ISP, Yvan Fachinetti e o Secretário para a Reforma discordávamos, permanecendo em atitude neutra os outros dois membros, J. J. Calmon de Passos, Procurador Geral da Justiça, e o Engo. Gabriel Almeida, técnico da CPE que catalogara e sistematizara todos as recomendações dos dezenove simpósios. Mas Sena assumiu a atitude, que os demais acata-ram, expressa com um “não abro mão dessa orientação e vou convencer o governador a experimentar um sistema AGPO e um sistema DAG”. O governador, com sua bondade pessoal, aceitou os argumentos, afirmando: “Se o professor Sena diz que há risco, acreditemos nele, em sua longa experiência de consultor”.

O Dr. Antônio Lomanto Júnior está aqui, neste auditório no salão nobre do Palácio Rio Branco, honrando-nos com sua presença e a de seu filho, o Administrador Antônio Lomanto Neto, que agradecemos, para ouvir nossa palestra e, se necessário, dar o seu testemunho. E por certo vai confirmar o que aconteceu, a saber: a lei basilar da reforma administrativa, a de nº 2321, de 11 de abril de 1966, consagrou, então, os Sistemas AGPO-ASPOs e DAG-SAGs, criando-se modelo semelhante no Sistema de Procuradoria Geral do Estado. Mas os dois primeiros modelos duraram pouco tempo. Logo o governador seguinte, Luís Viana (1967 – 1971), manteve a AGPO, confiando-a ao próprio professor Senna e depois ao professor de Economia Jairo Simões, mas criou uma Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia que o governador Antônio Carlos Magalhães, logo no início de seu primeiro mandato, mediante a lei de nº 2.925, por ele sancionada em 2 de maio de 1971, fundiu com uma Secretaria de Estado do Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), por sugestão do presidente da Fundação de Planejamento e Chefe da Assessoria Geral de Programação e Orçamento, AGPO, o Administrador Mário de Mello Kertész, primeiro titular, portanto, de

uma Secretaria de Estado do Planejamento. O governador Antônio Carlos Magalhães também transformaria, no seu primeiro mandato, o Departamento de Administração Geral (DAG) em Secretaria de Estado da Administração (SAEB), que teve como primeiro titular o Bacharel em Direito Adhemar Bento Gomes, que fora, de 1964 a 1967, o Coordenador da Reforma Administrativa na Secretaria da Segurança Pública.

Os coordenadores que integraram o programa da reforma administrativa de 1966 foram: o Coordenador Geral, que se fez Secretário de Estado Extraordinário; e oito funcionários estaduais de escalão superior; a saber: o Coordenador de Treinamento, Geraldo Menezes Lisboa; pelo extinto DSP e Secretaria do Governo, Humberto da Rocha Kelsch; pela antiga Secretaria do Interior e Justiça, Orlando Afonso de Carvalho; pela Secretaria da Segurança Pública, Adhemar Bento Gomes; Carlos Sampaio, pela antiga Secretaria de Viação e Obras e pelo DER-BA; Antônio Carlos Porciúncula Moisés, pela Secretaria da Saúde; Jaime Ramos de Queiroz, coordenador da reforma na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio; e Jesael Andrade, pela Secretaria da Fazenda.

Também para registro memorialístico, em homenagem ao seu trabalho de alto nível técnico, deve aqui figurar uma relação nominal

dos oito consultores técnicos do ISP que, em julho de 1966, em virtude do vencimento do prazo de dois anos de duração do convênio de junho de 1964, foram postos à disposição da Secretaria Extraordinária para a Reforma Administrativa, a fim de dar continuidade às atividades de assistência técnica à implantação da nova estrutura organizacional do Poder Executivo, por exemplo na elaboração dos decretos de regulamentação das normas legais, como os dos Regimentos dos Sistemas de Planejamento, de Administração Geral e da Procuradoria Geral do Estado, das dez Secretarias de Estado, entre criadas e reestruturadas (exceto a Secretaria da Educação e Cultura, que só seria reorganizada em 1967), e de novos Institutos, Serviços e Autarquias, bem como decretos de organização ou reorganização de outros tantos e tantas entidades, a exemplo das autarquias Centro Industrial de Aratu e Instituto Industrial Visconde de Mauá, ou a Junta Comercial do Estado. Esses oito profissionais de consultoria de alto calibre – que aliás tinham sido recrutados e selecionados, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, em 1964, pelo então Chefe da Divisão de Assistência Técnica do ISP, Professor Jorge Hage Sobrinho - são os que assinaram um memorial técnico, como o intitularam, endereçado ao Secretário para a Reforma Administrativa, e datado em Salvador, 24 de agosto de 1966, na seguinte ordem; Ruy

*Governador Lomanto Júnior durante a sanção da legislação da reforma administrativa, década de 1960.  
Acervo João Eurico Matta*



Xavier de Almeida, Ruy Alberto Caetano Corrêa, Zilah Wendel Abramo, Hugo dos Santos, Tristão Pereira da Fonseca Filho, Maria Alice de Azevedo Fonseca, Perseu Abramo e José Maurício Pinho da Silva.

As mudanças efetivadas a partir da legislação da reforma administrativa de abril de 1966 foram sólidas, tanto que, como dissemos anteriormente, a lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, nos seus dispositivos específicos de formulação de diretrizes de estruturação organizacional e funcional do Poder Executivo, continua em vigor até hoje, só tendo sido alterados ou revogados, por legislação ou lei delegada posteriores, seus dispositivos referentes a estruturação, ou organização, ou redistribuição e separação de funções ou órgãos, com redenominação destes, inclusive mediante criação de novas Secretarias de Estado. Também a Lei nº 2322, de 11 de abril de 1966, que “estabelece normas para ordenar, disciplinar e controlar a administração financeira, patrimonial e de material do Estado”, permanece vigente, até hoje, ano de 2007, no que toca a seus dispositivos formuladores de diretrizes. Já a Lei nº 2322, a do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado, sancionada naquele mesmo dia, foi completamente revogada por lei posterior, de um novo Estatuto do Servidor, que é o vigente.

Naqueles meses de 1966 até abril de 1967, enquanto implantava a reforma estatuída na Lei nº 2321, inclusive dando posse solene a titulares de Secretarias de Estado então novas, como a de Indústria e Comércio, a de Minas e Energia, ou a de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos (esta que quatro anos mais tarde o governador Antônio Carlos Magalhães extinguiu), o governador Lomanto dizia que estava plantando uma semente de carvalho. O governador Jaques Wagner, durante uma entrevista que concedeu recentemente acerca dos cem primeiros dias de seu primeiro governo, adotou uma expressão semelhante, referindo-se a “semeiar e plantar”, declarando a um repórter, com astúcia e bom humor: “Eu sou contra entrevistas de cem dias, pois o que é que se pode oferecer em cem dias? Pouco, porque o que se está fazendo é plantando sementes que daqui a três, quatro, cinco, dez

anos florescerão”. Em 1988, Lomanto dizia isso: “Essa reforma administrativa é como um pé de carvalho”.

Gostaria então de concluir esta conversa memorialística lendo um excerto de uma crônica que mestre Orlando Gomes, de tão saudosa memória hoje, como no dezembro do vindouro ano de 2009 quando celebraremos seu primeiro centenário, publicou no Jornal da Bahia de 12 de julho de 1972, sob o título “A Quarta Potência”. Ele, Orlando Gomes, - que foi Diretor da Faculdade de Direito da UFBA e Vice-Reitor desta, cuja Reitoria exerceu várias vezes, e que foi Presidente da Associação Comercial da Bahia, que no vindouro ano de 2011 completará 200 anos, - não se referia especificamente, em sua crônica, à reforma administrativa de 1966, mas a todas as ações do governo de Antônio Lomanto Júnior, dentre as quais a de modernização administrativa do Poder Executivo. Naquele ano de 1972 estávamos já no governo de Luis Viana Filho; tinha-se então como segura a próxima implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari - o Centro Industrial de Aratu, grande façanha de Lomanto, já estava implantado. Orlando, então, publicou, naquele artigo, o seguinte:

“Os baianos dirigiram o Brasil, quase em regime de monopólio, até a instauração da República e conservaram, história a dentro por muito tempo, a hegemonia em importantes setores da atividade nacional, nas artes, na literatura e tutti quanti”.

“Mas neste século começaram a ser passados para trás à medida que os brasileiros do Centro-Sul progrediam à sombra protetora e discriminatória do Governo Federal”.

“Na última década, porém, o desânimo proveniente da decadência econômica foi espancado por súbita e firme tomada de consciência das potencialidades da Bahia”.

“O Dr. Lomanto, um dos nossos oriundi, sacudiu-a. Ao longo desses dez anos decisivos demarcou o Estado em busca de um desenvolvimento que cedo o tornará, segundo se diz, a quarta potência do Brasil”.

# ANÍSIO TEIXEIRA, EDGARD SANTOS E A UNIVERSIDADE NOVA NA BAHIA



## NAOMAR MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO

é graduado em Medicina pela UFBA em 1975, possui Mestrado em Saúde Coletiva pela mesma universidade e tornou-se doutor em Epidemiologia e Antropologia Médica em 1981. Recebeu vários prêmios no Brasil e na Europa, foi professor visitante da Universidade da Califórnia-Berkeley, da Universidade de Montreal, da Universidade de Harvard e é pesquisador 1A do CNPq. Foi reitor da Universidade Federal da Bahia no período de 2002 a 2010.

Conferência pronunciada em 14 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

O primeiro Reitor da Universidade Federal da Bahia, o professor Edgard Rego dos Santos, exerceu seu cargo entre 1946 e 1961, durante quase todo o período a que estamos nos referindo nesse ciclo de conferências. Este é também o momento em que Anísio Teixeira ressurgiu de seu auto-exílio, e concebeu um modelo novo de Universi-

dade para o Brasil. Pretendo apresentar uma discussão sobre como o futuro foi projetado por Anísio Teixeira – um homem que pensava 50 anos à frente de seu tempo (e, portanto, sendo contemporâneo naquela época, hoje continuaria contemporâneo). Edgard Santos, por sua vez, um modernizador, e um homem moderno, deu cabo de um atraso histórico na

cultura baiana. É interessante que tomemos a referência de ambos como inspiração, incentivo e encorajamento para encontrar formas de renovar a instituição que ganhou o nome de Universidade, mas que precisa, a cada dia, merecer esse nome.

Anísio Teixeira tinha sessenta anos no momento em que construía a Universidade do futuro. Nascido em 1900, em Caetité, no interior da Bahia, teve uma formação religiosa muito forte. Chegou-se a antecipar que seria um intelectual jesuíta, mas Anísio decidiu por concluir sua formação em Direito, no Rio de Janeiro. Recém-formado, e ainda muito jovem, aos vinte e quatro anos, foi convidado para ocupar o cargo de Diretor de Instrução do Estado da Bahia, o que equivaleria hoje a Secretário de Educação. Fez uma verdadeira revolução no exercício do cargo, ao conseguir, em 3 anos, garantir pleno acesso ao ensino básico em Salvador. Seu sucesso foi tão notável que, quando Pedro Ernesto organizou, no Rio de Janeiro –então Distrito Federal – um governo democrático em plena ditadura Vargas, convidou Anísio para o cargo de Diretor de Instrução. Em dois anos, Anísio superaria o conjunto de problemas enfrentados pelo que chamaríamos hoje de ensino básico, e começaria a conceber um primeiro projeto de Universidade, envolvendo os maiores intelectuais do Brasil naquele momento, alguns egressos da vanguarda modernista de 1922: Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Cândido Portinari, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Hermes de Lima, Afrânio Peixoto, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade – a lista é realmente impressionante. Esses intelectuais receberam a “encomenda” de pensar uma Universidade de vanguarda de nível mundial, mas que não perdesse a ‘alma brasileira’. Essa seleção brasileira de intelectuais e artistas cumpriu bem sua missão, desenhando um modelo de Universidade que era distinto de qualquer outro padrão internacional, e ainda assim reconhecido por consultores ou professores estrangeiros como um projeto avançado.

Anísio escreveu muito – e publicou menos do que escreveu, existe muita coisa que ainda precisa chegar à luz – e é dessa fase o livro *Educação e Universidade* (Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1998). O texto principal deste livro é a aula inaugural da Universidade do Distrito Federal, cuja histó-

ria foi marcada por mais uma dessas tragédias brasileiras: a parceria entre a ditadura Vargas e a Igreja Católica, que via seu domínio no cenário educacional brasileiro ameaçado pelas ideias de Anísio. Os jesuítas, que dominavam a educação e que talvez alimentavam um certo ressentimento mesquinho por ter perdido seu grande intelectual in potentia, fizeram uma campanha de oposição cerrada, com Alceu Amoroso Lima à frente, escrevendo que Anísio, além de infiel, era demoníaco e ainda por cima comunista. Com uma ordem de prisão decretada, Anísio teve de fugir e se refugiar em Caetité, de onde assistiu Gustavo Capanema, Ministro da Educação de Vargas, nomear reitor justamente Amoroso Lima, com a finalidade explícita de desmontar a Universidade do Distrito Federal. Isso tudo está narrado em detalhes em um livro muito bom de Ana Waleska Mendonça, que se chama *Anísio Teixeira e a Universidade de educação* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002).

Durante os dez anos de um exílio autoimposto, em Caetité, Anísio tornara-se um grande empresário, tendo sido pioneiro na implantação, no Brasil, da moderna mineração industrial em

*Quadro de Edgard Santos pintado por Ivan Lopes. Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



grande escala. Mas, em 1946, ele foi convidado para organizar o Departamento de Educação Superior da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Depois de cumprir sua tarefa, com saudades do Brasil, terminou por aceitar o convite de Octávio Mangabeira para o cargo de Secretário de Educação da Bahia. Esse é o momento mais conhecido da trajetória de Anísio, porque se apresenta uma ocasião de colocar em prática várias de suas ideias, com financiamento suficiente e vontade política. É nesse sentido que se pode dizer que Anísio Teixeira constitui um dos esteios da alavancagem do desenvolvimento baiano, ocupando-se, ao longo da década de 1940, do requisito fundamental para o desenvolvimento que é a Educação. Anísio tinha, entretanto, uma visão política da Educação: para além de ser base para processos de desenvolvimento econômico, era entendida fundamentalmente como um processo emancipatório – ele escreveu que a educação e a escola são máquinas de fazer democracias.

No final da década de 1940, Anísio e Edgard Santos já se conhecem, mas sua relação será intensificada na década seguinte, quando Anísio trabalhará no Ministério da Educação e Cultura, e fundará, em conjunto com Rômulo Almeida, a Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos principais órgãos financiadores da formação acadêmica no Brasil. Além de Edgard Santos e Rômulo Almeida, é importante destacar também a relação de Anísio com Darcy Ribeiro, então seu discípulo, que daria importante contribuição, pouco mais tarde, ao processo de organização da Universidade de Brasília. Muito do conceito de cultura que Anísio Teixeira expressa em seus livros vem de uma formação antropológica e do conjunto de debates, discussões e diálogos com Darcy Ribeiro.

Foi nessa época que aconteceu um episódio muito interessante: como ápice do projeto desenvolvimentista de construir Brasília como a cidade vanguarda do mundo, Juscelino Kubitschek encomendou a seus auxiliares um modelo de universidade que pudesse ser também a mais avançada do mundo. Fizeram então uma demanda à UNESCO: haveria um consultor, um educador, capaz de conceber

e ajudar a criar essa universidade? O Diretor Geral da UNESCO, Julian Huxley, teria respondido que esse superconsultor existia, um grande intelectual brasileiro que estava justamente trabalhando para o próprio Juscelino no Ministério da Educação e Cultura. Anísio realizava no Ministério da Educação e Cultura um conjunto de atividades realmente de grande fôlego. Ao ser indicado, trouxe consigo Darcy Ribeiro, que aproveitou a proximidade para se firmar como uma das lideranças políticas de ascensão mais rápida nesse momento. Os dois desenharam um projeto de Universidade que recuperava o ideário da Universidade do Distrito Federal, da década de 1930, e o atualizava com uma série de ideias que Anísio havia desenvolvido entre 1954 e 1958, muitas delas publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do qual foi também diretor-geral. Alguns desses textos foram compilados pelo próprio Anísio numa coletânea que se chama Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969 (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989).

Juscelino valorizou tanto a proposta que fez dela tema da mensagem presidencial no dia do aniversário de Brasília, quando encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui a novíssima universidade. A aprovação, entretanto, foi tumultuada. Durante o curto período do governo Jânio Quadros, o projeto ficou engavetado, e estava na mesa de votação no dia da renúncia, quando o Congresso mergulhou numa confusão tremenda. Darcy conseguiu retirá-lo do fundo de uma gaveta e o colocou no pacote de projetos que iriam a votação em bloco; quando terminou a sessão estava criada a Universidade de Brasília (UnB), sem que os deputados soubessem que a tinham aprovado.

A UnB nasce com um desenho revolucionário, pois se propunha ser uma estrutura nova de formação universitária: “O aluno que vinha do curso médio não ingressava diretamente nos cursos superiores profissionais, mas cursava uma preparação científica e cultural em institutos de pesquisa e de ensino dedicados às ciências fundamentais. Nestes órgãos, que não pertenciam a nenhuma faculdade, o aluno buscava, mediante opção, conhecimentos básicos

necessários ao curso profissional que tivesse em vista.” Na prática, esta formulação implicava dois anos de formação geral, seguida de bacharelados, que eram terminais, e só depois dos bacharelados é que se obtinha acesso à graduação profissional. É claro que isso lembra muito o college norte-americano, e sabemos que Anísio teve uma formação muito importante nos Estados Unidos. Mas também Isaiás Alves e outros grandes educadores brasileiros tentaram, em vários momentos, adaptar aos trópicos o modelo do college. Esta formulação de Anísio chegou a ser implantada na Universidade de Brasília, que sofreu uma reação política contrária muito forte.

Essa reação política foi dirigida contra todos os projetos de reforma do governo João Goulart, inclusive modelos avançados de educação básica (vide Paulo Freire) e superior. Ocorre que a UnB, ao se organizar, tornou-se uma “meca acadêmica” no Brasil. Cientistas, professores e intelectuais ilustres acorreram a Brasília; a Bahia contribuiu com vários: Jairo Simões, Machado Neto, Agostinho da Silva, Waldir Freitas Oliveira (que me disse que não chegou a dar aula porque teve que fugir), Carlos Coqueijo Costa. Aí veio o golpe militar de 64. O primeiro movimento de tropas no Distrito Federal depois do golpe foi a invasão e ocupação da Universidade de Brasília, eventos relatados no livro de Roberto Salmeron, *A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965* (Brasília, EdUnB, 2008). Os alunos foram levados sob mira de armas pesadas, com as mãos para cima, e detidos no Ginásio de Esportes. Os professores foram fichados, e alguns, demitidos. Anísio Teixeira, que era reitor (Darcy fora nomeado Reitor e Anísio, vice; mas Darcy tinha assumido a chefia da Casa Civil de João Goulart, de modo que Anísio foi de fato o primeiro reitor da UnB), foi exonerado, aposentado compulsoriamente, mas sem direito a pensão ou outra prerrogativa, e exilou-se. Aconselhados por Anísio, os professores resolveram ficar para resistir; conseguiram manter a universidade funcionando por mais algum tempo, uma vez que o primeiro reitor interventor, Zeferino Vaz, terminou aceitando o modelo curricular inicialmente proposto e passou a colaborar com as inovações acadêmicas, até ser demitido pelos militares, junto com alguns professores,

incluindo Machado Neto, que era Diretor do Instituto de Ciências Humanas, e o próprio Jairo Simões. Foi nesse momento que 263 professores se demitiram em protesto.

A universidade brasileira que temos hoje foi montada pelos militares e seus intelectuais orgânicos desse período, resultado do que se chamou de Reforma Universitária de 1968. Fruto de um tratado internacional que o Brasil assinou com os Estados Unidos, patrocinadores do golpe militar, o famoso Acordo MEC-USAID estabelecia uma cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (“United States Agency for International Development”, USAID). Em resumo, em troca de um financiamento do Banco Mundial para recuperar e modernizar o parque universitário brasileiro, os militares se comprometeram a implantar no Brasil o sistema norte-americano de organização de universidades. Assim, o Brasil adotou um modelo departamental copiado dos americanos principalmente no nome, e não na

*Anísio Teixeira recebendo o título de Doutor Honoris Causa em 1962, na UFBA. Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



definição de unidade produtiva acadêmica (ainda assim, muita gente no Brasil defende os atuais departamentos como instâncias progressistas e democráticas). A cátedra de origem europeia desapareceu nominalmente, mas manteve-se na figura do Professor Titular em departamentos, conservando a mesma lógica disciplinar fragmentadora; por isso há tão poucos professores titulares nas universidades brasileiras. Em determinado momento, chegou mesmo a se implantar um limite legal de 10% de professores titulares. Uma grande universidade nos países anglo-saxões ou nos países nórdicos, ao contrário, é aquela onde quase todos os professores são titulares, porque isso significa que são professores plenos – trata-se do conceito de Full Professor, totalmente diferente do conceito de Catedrático. Nós temos o nome de professor titular, mas o conceito ainda é o de catedrático – e não se pode dizer que a cátedra vitalícia foi extinta porque, como somos funcionários públicos, o professor titular só deixa o cargo ao entrar na aposentadoria compulsória.

A Reforma Universitária de 1968, representou uma aliança dos militares com a oligarquia acadêmica brasileira, na medida em que os privilégios relacionados às cátedras foram mantidos; a mudança que foi feita foi uma mudança conservadora. Mantivemos também o regime europeu de formação de profissões, no qual os alunos entram diretamente na formação profissional, o que faz com que jovens entre 15 e 18 anos tenham de fazer precocemente a escolha decisiva de sua vida. Nesse modelo, ainda predominante, se o aluno se arrepender ou quiser mudar, tem que sair da universidade e fazer outro vestibular, porque os cursos foram montados com um recorte profissional. O saldo positivo da reforma é, de fato, a generalização da pesquisa e o sistema de pós-graduação.

Pois bem, a Universidade Federal da Bahia tem uma raiz diferente, em função da marcante atuação de seu primeiro Reitor, Edgard Santos. Por exemplo, quando Gilberto Freyre visitou Salvador, escreveu:

Encontrei ano passado a Bahia ainda mais cheia do que nos anos anteriores do espírito universitário que vem comunicando à sua vida e à sua cultura o reitor Edgard Santos,

pois a ação renovadora deste reitor, verdadeiramente Magnífico, não se vem limitando a dar novo ânimo ao sistema universitário baiano, considerado apenas nos seus limites convencionais; ao contrário, ele vem se especializando em associar de modo mais vivo a cidade e a Universidade.

Essa afirmação de Gilberto Freyre sintetiza um período na vida baiana que o intelectual Antônio Risério chamou de vanguarda, no livro *Avant-garde na Bahia* (São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995). Entre 1946 e 1961, a Universidade da Bahia tornou-se, junto com algumas iniciativas do governo estadual na área da Educação (comandada por Anísio Teixeira, como vimos), o centro da cultura brasileira e uma referência internacional do Brasil no campo cultural.

Acredito que é possível avançar, a partir desta vinculação, uma hipótese que poderíamos chamar de “hipótese da Hora Nova”. Esta expressão foi usada por Edgar Santos pelo menos quatro vezes em distintos discursos, para se referir a propostas de transformação da própria Universidade. Temos hoje certeza

*Gilberto Freyre recebendo o título de Doutor Honoris Causa, na UFBA. Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



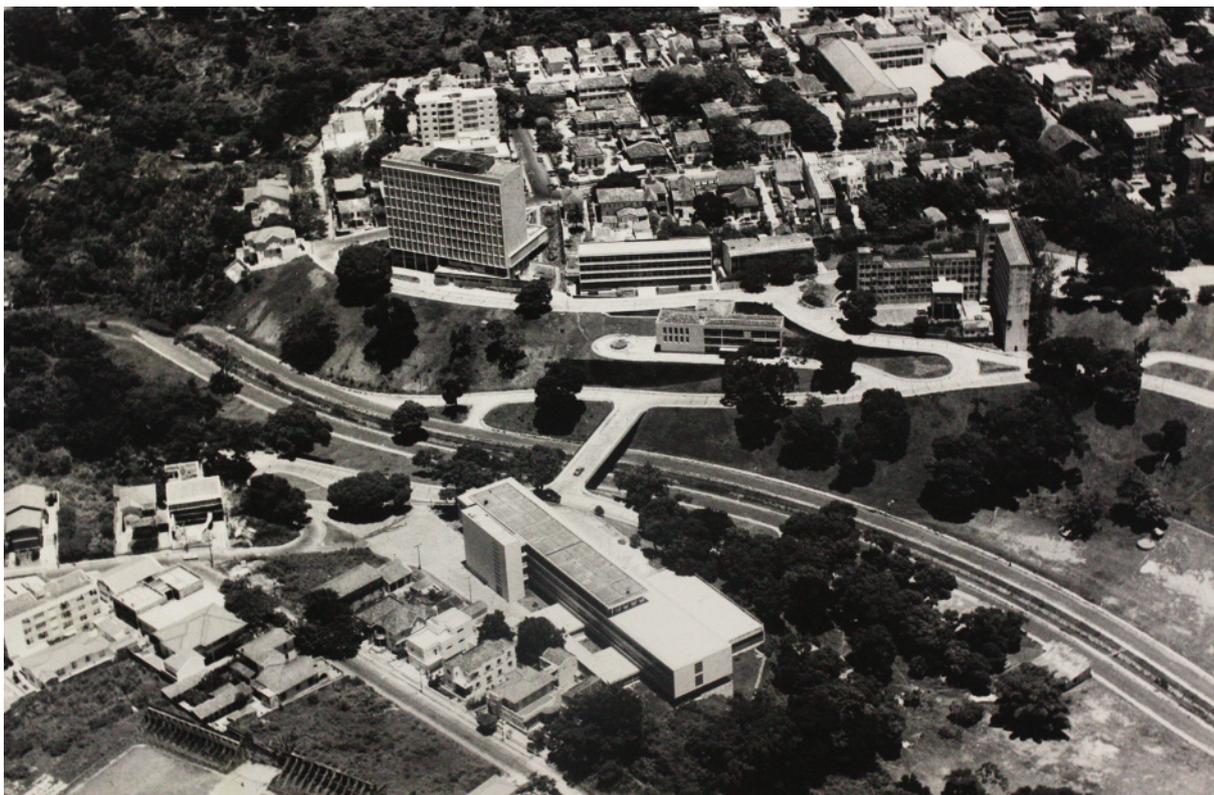
de que Edgard Santos tinha conhecimento estreito das ideias de Anísio Teixeira sobre ensino superior, além de com ele compartilhar uma concepção ampla de cultura – algo que caracterizou toda sua atividade, incluindo suas ações de promoção da cultura na Bahia. Finalmente, encontramos indícios de que Edgard reservava, para seu esperado próximo mandato como reitor, a implementação de uma Reforma Universitária local.

Edgard havia sido, durante 12 anos, Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, a principal Escola Superior na Bahia, quando Pedro Calmon, junto com outros intelectuais brasileiros, iniciou o movimento de organização de universidades herdeiras do legado de Coimbra. Estas seriam Instituições de Educação Superior, dotadas de orçamento próprio e autonomia bastante grande, montadas com o fito de reproduzir, aqui no Brasil, a famosa Universidade de Coimbra, que foi a fonte ideológica do Colonialismo. Pedro Calmon redigiu quatro exposições de motivos para diferentes projetos de lei no Congresso Nacional relacionados a essa iniciativa; no que propunha a criação de

uma Universidade na Bahia, onde Calmon considerava seriamente a possibilidade de vir a ser o primeiro reitor, afirma que o destino desta instituição seria o de se tornar a Coimbra brasileira.

Edgard, a cargo da recém-criada Universidade da Bahia, investe de imediato no seu crescimento, diversificando cursos e abrindo novas escolas, com a ousadia, para a qual Risério chama a atenção, de não recusar aventura ou risco. Isso é curioso porque toda sua raiz intelectual era conservadora: Edgard era um sujeito de formação aristocrática, mas de fato não recusava aventura e aproveitava todas as novas oportunidades com que se deparava. Apesar de não ter tido formação cosmopolita, incorporava com grande abertura influências internacionais e utilizava sua grande capacidade de captação de investimentos para, com muita determinação e mesmo teimosia, promover iniciativas que não necessariamente contavam com a aprovação da sociedade baiana. Apesar das eventuais reações em contrário nos conselhos superiores da universidade, durante os quase 16 anos em que foi reitor, rege um processo

*Vista aérea do Campus do Canela, década de 1960.  
Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



de desenvolvimento institucional com um estilo considerado autocrático por aqueles que o testemunharam.

Nesse período, a Bahia abrigava importantes artistas brasileiros e intelectuais estrangeiros residentes no Brasil que atuavam na área de cultura. Há muitos exemplos, analisados por Risério, mas quero destacar duas figuras emblemáticas: uma é a do pensador português Agostinho da Silva, que fundou o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Seu depoimento é muito interessante porque fica patente que Edgard Santos não sabia ao certo o que era o projeto do CEAO, mas garantiu sua implementação, por ser diferente e inovador. A própria presença da expressão “Afro-Orientais” demonstra que Edgard não tinha muita clareza sobre os objetivos do novo centro universitário – a referência ao Oriente foi introduzida porque havia financiamento do Ministério de Relações Exteriores para a formação em culturas orientais (chinês, japonês, árabe, russo). Agostinho, por outro lado, compartilhava com alguns intelectuais baianos o mérito de já começar a fazer essa passagem para uma ênfase na cultura afro-brasileira, para a qual o

CEAO se voltou, com o tempo. Acredito que é de Vivaldo da Costa Lima a observação de que a cultura africana na Bahia é uma cultura paradoxal, dominada que se torna hegemônica, mas não me parece, como afirma Risério, ter havido, desde a fundação do centro, um predomínio desses interesses.

A segunda figura que quero destacar é a do grande compositor teuto-brasileiro Hans-Joachim Koellreutter (1915–2005). Aluno de Paul Hindemith e contemporâneo de Stochhausen, que é o desconstrutivista da música moderna, foi ele quem trouxe para o Brasil a música dodecafônica. Como não entendo nada desses assuntos, tudo o que posso fazer é retransmitir o que aprendi no livro de Risério. Depois da chegada de Koellreutter, convidado por Edgard especialmente para organizar os Seminários de Música, vieram os compositores suíços Walter Smetak e Ernst Widmer, abrindo caminho para outros artistas de expressão internacional. Em Montreal, procurando CDs numa imensa loja de discos especializada em música erudita, me deparei com o nome de Sebastian Benda. Pensei: esse nome não me é estranho. De fato, Sebastian e Christian

*Grupo de Dança Contemporânea da UFBA em 1965.  
Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



Benda foram alunos e depois professores aqui na UFBA, e hoje são virtuosos no cenário da música internacional. Em função destes investimentos, em pouco tempo, a Bahia tornou-se Meca da cultura nacional, e fonte dos movimentos vanguardistas na música brasileira, erudita e popular. Naquela época, emergiu um movimento chamado Música Nova, que vem direto da Música Viva de Koellreutter, e que é a raiz da Tropicália – foi Rogério Duprat, um dos membros deste movimento, quem fez o manifesto da Música Nova.

Edgard contratou ainda uma professora e coreógrafa polonesa chamada Yanka Rudska, para organizar aqui na Bahia a primeira Escola de Dança, não só do Brasil, mas de toda a América Latina. O teatro foi outra área privilegiada: a Escola de Teatro da UFBA foi fundada por um grande dramaturgo e professor, Eros Martin Gonçalves, que organizou aqui uma escola de interpretação que contribuiu enormemente para o surgimento do Cinema Novo. Muitos dos grandes nomes do Cinema Novo – atores e diretores, incluindo, é claro, Glauber Rocha – assim como artistas do Tropicalismo – composi-

res e intérpretes, com destaque para Tom Zé, Gil e Caetano – foram alunos da Universidade, herdeiros desse momento.

A cada três anos Edgard Santos era reconduzido ao Reitorado – o Conselho Universitário, por ele habilmente controlado, colocava-o no topo das listas tríplices encaminhadas à Presidência da República, e os Presidentes do momento sempre o escolhiam. Isto se repetiu por cinco vezes. Na sexta vez, Edgar levou a Jânio Quadros a lista tríplice, com seu nome na frente (e dois outros nomes ostentando votos apenas suficientes para incluí-los na lista), e desembarcou de volta aqui na Bahia certo da recondução; foi pelo Diário Oficial que soube ter sido preterido. Edgard não sobreviveu dois anos à perda de seu cargo.

Retomemos minha “hipótese da Hora Nova”. Roberto Santos, filho de Edgard, que foi Reitor da UFBA e mais tarde governador do Estado, escreve, em um livro chamado *Vidas Paralelas* (Salvador: EDUFBA, 1997), sobre a visita de Edgard Santos a Anísio Teixeira em Brasília, quando “no ambiente universitário nacional agitava-se a discussão

*Aula de canto dos Seminários de Música da UFBA, década de 1960. Acervo da Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



em torno da Nova Universidade a se implantar no Distrito Federal”:

os organizadores da nova universidade se dispunham a começar de forma completamente diversa das que se haviam constituído até aquela data, e conheciam em profundidade as origens, estruturas e limitações para o bom desempenho das nossas universidades. Edgard identificou precocemente a profunda significação da proposta e desencadeou providências de caráter preliminar para a implantação na Universidade Federal da Bahia dos novos institutos dedicados às ciências básicas.

A hipótese da Hora Nova, então, é a seguinte: se Edgard Santos tivesse sido reconfirmado por Jânio Quadros na posição de Reitor, o experimento da UnB teria sido seguido ou replicado aqui na Bahia. Essa é uma hipótese de história contrafactual; é uma história no “se” - mas, mesmo no “se”, podemos avaliar uma estrutura administrativa que pode ser interessante. O modelo de universidade que Edgard não conseguiu implantar aqui, e que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro iniciaram na UnB, mas foi brutalmente reprimida pelo regime militar, é justamente o que estamos retomando, ao implantar no Brasil o regime curricular de ciclos, racionalizando e diversificando os modelos de formação profissional e acadêmica, criando uma modalidade de curso superior denominada Bacharelado Interdisciplinar, e, é claro, ajustando a arquitetura acadêmica da nossa Universidade.

O Bacharelado Interdisciplinar é um curso de formação universitária meta-inter-transdisciplinar. Tem uma característica “geral e propedêutica”, na expressão de Anísio Teixeira: propedêutica porque este bacharelado, com duração de seis semestres, antecipa-se às formações em carreiras profissionais curtas tornando-se requisito para a formação profissional mais longa e para a formação acadêmica em pós-graduação. A estrutura do bacharelado contempla uma formação geral de quatro semestres, equivalente àquela do projeto da UnB, conduzindo a um diploma sequencial em Ciências e Humanidades, e, após outros dois semestres, a um diploma em grandes áreas: Artes, Humanidades e Ciências. Essas grandes áreas terão áreas de concentração

equivalentes aos conceitos de major e minor da universidade norte-americana. Em Artes, por exemplo, teríamos concentração em Artes Visuais, Teatro, Dança, Música ou Cinema e Vídeo. Em Humanidades, teríamos por exemplo Letras, Filosofia, Educação, Comunicação ou Ciências Humanas. Em Ciências, concentrações em Ciências da Terra, Ciências da Vida, Ciências da Saúde. Nada que seja grande novidade por ora.

A novidade encontra-se na Formação Geral baseada em três eixos básicos, interdisciplinares e integradores: Língua Portuguesa, como leitura do mundo, Língua Estrangeira Moderna e Estudos da Contemporaneidade – isto tudo sendo obrigatório, fundamental, requisito para formação no programa. Não se trata da Língua Portuguesa tal como se ministra no ensino médio (às vezes, quando apresento esta proposta, ouço o equívoco de que esses conteúdos deveriam ser dados no ensino médio). As raízes da língua, ou uso da língua como formulação, como construção de identidade e poder, não são matérias para o segundo grau. Um engenheiro, ou candidato a engenheiro, precisa aprender a escrever um laudo legível em bom português; um médico precisa saber redigir um relatório clínico, uma anamnese bem escrita; um arquiteto necessita saber elaborar um projeto em que se apresentam com clareza conceitos e ideias – isto não é matéria de segundo grau, e engloba o eixo básico de Língua Portuguesa.

A outra novidade é o que estou chamando de “introdução nas três culturas: cultura artística, humanística e científica”. As “três culturas” atualizam um conceito de cultura que Edgard e Anísio compartilhavam, mas com o qual nem todos os cientistas concordam, porque alguns acreditam não lidar com “cultura”, mas com fatos ou verdades. E aqui se apresenta outra ideia: a de que os eixos interdisciplinares não são compostos por disciplinas, mas por “interdisciplinas”, e já exemplifico isso como o estudo de temas-problema, os quais não podem ser tratados, de modo legítimo, por meio de uma única perspectiva. O ciber mundo, por exemplo, é parte do novo humanismo contemporâneo, assim como a consciência ecológica – no

humanismo do século XIX, por exemplo, ninguém tinha noção de responsabilidade pelo planeta, mesmo a palavra ecologia ainda estava sendo criada. Esses são temas-problema.

O eixo integrador é compulsório, porém composto por seminários interdisciplinares optativos. Em outras palavras, o aluno é obrigado a cursar esse eixo, mas escolhe que atividades curriculares e que atividades extracurriculares e de extensão realizará (nesse ponto, aproveito para ressaltar algo que é inexplicável: o fato de as instituições públicas de educação não assumirem sua missão de transformação social, o que no entanto fica claro no âmbito dessa proposta).

Alguns podem cursar o Bacharelado Interdisciplinar como preenchimento do pré-requisito para uma carreira profissional. Nesse caso, a tendência é antecipar, ao máximo possível, conteúdos dessa carreira, o que pode ser feito com até vinte componentes curriculares optativos de formação específica. Outros podem ter a intenção de entrar na Universidade para uma exposição à cultura do mundo. Nesse caso, pode-se cursar o número mínimo de componentes de formação específica, aproveitando o restante da carga curricular para uma formação geral nas três culturas. Só para exercício, alguns podem pensar que ler e analisar poemas, contos, romances e dramas é matéria exclusiva do Instituto de Letras, mas nós acreditamos que se trata de um componente obrigatório em qualquer formação universitária; todos deveríamos, de uma forma ou de outra, ter acesso às artes e à cultura.

Isso nos conduz a uma discussão de grande relevância. A Universidade foi criada como instituição de formação na cultura; apenas secundariamente, e bem mais tarde em sua história, tornou-se uma escola de profissões. É importante ter isto em mente porque existem muitas escolas de formação de profissões, mas essas não merecem o nome de universidade. Universidade é mais que isso. Infelizmente, temos sido – e estamos ainda sendo – relativamente eficientes na formação de técnicos e profissionais de boa competência, mas incultos. Muito pouca gente entra na universidade e conhece algo da própria universidade, para além da sua faculdade ou escola, exceto nos

raros momentos em que há atividades conjuntas compulsórias.

Este projeto enfrenta imensos desafios. Entre esses encontra-se ampliar em grande escala a oferta da Educação Superior, porque o regime de ciclos, tal como Anísio Teixeira previa, permite aumentar a oferta de vagas nas universidades, com maior inclusão social. Adia escolhas profissionais precoces, o que contribui para reduzir as taxas de evasão – que são muito elevadas no Brasil: 51% dos alunos que entram na Educação Superior não concluem; nas federais são 37%, na UFBA, e isso ainda é excessivo, temos 35%. Uma parte importante da evasão ocorre em função da rigidez dos currículos. Este novo modelo, ao contrário, não só permite, mas incentiva e encoraja os sujeitos a escolherem suas trajetórias. Outro desafio é o de melhorar a eficiência da educação superior pública no Brasil, ampliando, por exemplo, a razão professor/aluno. Em nossa universidade, temos uma razão de 8,9 – o que significa que, para cada professor, temos apenas nove alunos – o que é um luxo, considerando que mais de 60% desses professores são doutores, com formação longuíssima, muitos deles luminares em suas áreas. Não acredito que, levando-se em conta as necessidades de crescimento do país e do desenvolvimento do nosso Estado, seja possível manter um grau de eficiência tão reduzido. A comparação com outras realidades é muito desfavorável à nossa: nos países escandinavos essa relação fica em torno de trinta estudantes para cada docente. Não estamos propondo ampliar tal proporção de maneira repentina, mas, por outro lado, não podemos dizer que estes países são tecnologicamente ou culturalmente inferiores ao Brasil. As reações à proposta desse novo modelo têm aparecido com a enorme força da incompreensão, mas a realidade brasileira está demandando essas mudanças, essenciais para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Se continuarmos com portas e janelas trancadas para o novo, é possível que a história passe na janela e a instituição universitária não veja – e aí, depois de perder o bonde da história, não poderemos nos queixar de que a Universidade, coitada, não tem sido reconhecida por seu valor social.

# O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA BAHIA e a luta pelo desenvolvimento



## **FERNANDO SCHMIDT**

é graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, e especialista em Direito Processual pela UFBA e Direito Público. É professor da Universidade Salvador. Foi vice-presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e membro do Conselho Deliberativo da União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 1960. Foi vereador da cidade de Salvador (1983-1988), Secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Salvador (1993-1996), Chefe de Gabinete do Ministério do Trabalho e Emprego (2003), Chefe de Gabinete da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Previdência da República (2004-2005), Assessor Especial da secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República (2006), diretor presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) entre 2006 e 2007. Atualmente, é Chefe de Gabinete do Governo do Estado da Bahia.

Conferência pronunciada em 25 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

Parece-me que os anos 60 foram anos realmente inesquecíveis dentro do século passado. Pretendo aqui fazer uma espécie de viagem dentro do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, ir estabelecendo os pontos de contato do movimento naquele período com as várias propostas que tentavam nortear o desenvolvimento

em nosso país e na Bahia. O início da década de 1960, e sobretudo o ano de 1960, revelava ainda uma acirrada disputa entre direita e esquerda no movimento estudantil, num mundo marcadamente bipolar – tínhamos então duas grandes potências hegemônicas no mundo, com visões e ideologias diferenciadas, e que eram divisores:



Manifestação estudantil em frente à Reitoria da UFBA.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA

em torno de cada uma dessas potências se aglutinavam povos, nações, movimentos, entidades, partidos políticos.

Esta forte disputa vai começar a se extinguir apenas em seguida à eleição de Aldo Arantes (que mais tarde foi deputado) como presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1962. Só a partir dali a esquerda passou a controlar os destinos da entidade máxima dos estudantes brasileiros, uma entidade dotada de uma notável história, que começou em 1937, no Rio de Janeiro. A fundação da UNE foi uma manifestação, não só de oposição à ditadura Vargas, mas também

de um posicionamento claro na luta contra o nazifascismo, que naquele momento empolgava os vários setores da sociedade brasileira e do mundo. Um ano após a eleição de Aldo Arantes, quando a UNE completava vinte e cinco anos de existência, realizou-se um célebre congresso, o Congresso de Quitandinha, quando foi eleito o sucessor de Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Abrantes (já falecido), que consolidou definitivamente a hegemonia da esquerda na entidade.

Nas disputas que ocorreram até o Congresso de Quitandinha, a direita era representada pelo presidente da União dos Estudantes de

Pernambuco, Marco Maciel (atualmente senador). Com sua derrota, toda a disputa estudantil passou a se travar nos limites da esquerda – e o que era, até então, uma referência quase unívoca do Partido Comunista Brasileiro (PCB) passou a ser uma composição de siglas de agrupamentos dentro da esquerda que surgiram no âmbito do movimento estudantil. É nesse momento, logo depois de 1962, que surge a Ação Popular, a famosa AP, movimento laico, porém oriundo da Juventude Universitária Católica (JUC), que se manteve como sua fonte de inspiração. O PCB, que continuava sendo uma forte referência dentro da esquerda estudantil, fundou a Política Operária (Polop), que se posicionou, digamos assim, na extrema esquerda do movimento. A Polop e a chamada esquerda independente, que reunia várias tendências e manifestações que não se encaixavam em nenhuma das anteriormente referidas, surgem já na trilha da Ação Popular. Porém, mais importante que o quadro figurativo dos atores, era uma questão que se mantinha intocada desde a fundação da UNE: sua representatividade e sua legitimidade. Não se tratava de uma entidade qualquer: nos grandes momentos de luta ou de decisão nacional, a UNE sentava-se ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de várias outras instituições que participavam efetivamente do exercício do poder. Algumas lembranças desse período podem ilustrar isso.

Em primeiro lugar, a Campanha da Legalidade, que culminou com a posse do presidente João Goulart. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, como todos sabem, houve um movimento que tentou impedir a posse do vice-presidente eleito. O vice-presidente estava, na data da renúncia, em missão na China – e, naquele tempo, demorava-se dois ou três dias, mesmo de avião, para se fazer a viagem, o que deu tempo para que se tramasse aqui um golpe. A Campanha da Legalidade que foi lançada durante esses dias, fez com que a demora na vinda do vice-presidente eleito, em vez de o afastar, ajudasse a consolidar seu caminho de volta, para que ele, ao chegar, tomasse posse. É claro que houve um acordo de elites naquele momento, no sentido de retirar-lhe a condição de Chefe de Governo. Ele seria Chefe de Estado, mas o governo seria

exercido por um primeiro-ministro escolhido pelo Congresso Nacional. Era o acordo possível e foi aceito. Mas o que eu queria destacar é que a UNE teve um papel fundamental na Campanha da Legalidade – e não só no Rio Grande do Sul, onde estava o comando da campanha, e para onde sua diretoria se transferiu, mas em todo o país. Lembro-me muito bem das assembleias, das concorridas assembleias realizadas no anfiteatro da Faculdade de Medicina, uma delas objeto, inclusive, de uma invasão policial que obrigou os estudantes a descerem a ribanceira dos fundos da Faculdade de Medicina para não serem presos. Em segundo lugar, um fato que ocorreu na esteira desses acontecimentos: o plebiscito. O presidente João Goulart aceitou o acordo para não cumpri-lo. Aceitou o acordo para ver resgatados e devolvidos os seus poderes de Chefe de Governo, através de um plebiscito que se realizou pouco tempo depois, no qual os estudantes tiveram uma importância enorme.

Na década de 1960 o movimento estudantil começou também a se preocupar com questões de seu âmbito interno, ligadas à visão da gestão democrática, envolvendo-se em lutas que deram ainda mais legitimidade à União Nacional dos Estudantes. Um bom exemplo foi a luta pela reforma universitária, uma reforma universitária que aproximasse as universidades da sociedade e dos problemas brasileiros, e que, inclusive, as lançasse no debate sobre a escolha da melhor via para o desenvolvimento. Nesse sentido, a UNE lutou pela participação estudantil nos órgãos diretores das universidades e das faculdades. Pela primeira vez se fez uma greve, não em defesa da Petrobras, não em defesa das liberdades públicas, mas em defesa da presença de estudantes nos conselhos universitários e nas congregações de cada faculdade brasileira. Foi uma greve nacional: a famosa greve do “um terço” – que recebeu esse nome porque os estudantes reivindicavam que um terço dos representantes nos órgãos colegiados fossem escolhidos por eles mesmos. A greve foi a grande bandeira da gestão de Aldo Arantes, e, se não logrou inteiramente o seu objetivo, pelo menos abriu caminho para que essa participação dos estudantes nos órgãos de direção das universidades e faculdades fosse institucionalizada.

Dentro da linha da cultura, não necessariamente da cultura universitária, a UNE sentia a necessidade de se aproximar vivamente de todas as formas culturais que existiam no país, criando para isso o Centro Popular de Cultura, o famoso CPC da UNE, que tantas peças de teatro promoveu, tantas músicas (chegaram-se a se fazer discos de grande tiragem). Havia também uma preocupação em regionalizar o CPC – aqui na Bahia havia o CPC da União dos Estudantes da Bahia (UEB), e vários dos atores revelados pelo CPC da UEB estão aí, hoje, na vida política baiana e brasileira.

Um outro aspecto que mostrava não só a representatividade, mas o amadurecimento do movimento estudantil brasileiro era sua ação internacional. Até a década de 1950 havia apenas uma ligação formal com as entidades internacionais (como a União Internacional dos Estudantes, entre outras) fruto muito mais de laços ideológicos que de uma ação internacional mais madura. A partir de 1962 essa ação internacional começou a ganhar mais substância, e, não por acaso, aqui na cidade de Salvador, em 1963, foi realizado o

primeiro seminário dos estudantes do mundo subdesenvolvido. A sessão de abertura foi na Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o que demonstra a força política da UNE neste momento – nesta sessão estiveram presentes o Ministro da Educação, o Governador do Estado, Lomanto Júnior, e o prefeito de Salvador, Virgildásio Santos, além do reitor da UFBA, Albérico Fraga. Isso era o reconhecimento de um papel que a representação estudantil tinha e que não se limitava aos muros acadêmicos; passava por cima desses muros e interagiu com a sociedade e com a política nacional. Exatamente neste momento em que efervescia a questão internacional dentro do movimento estudantil, também efervescia dentro do governo brasileiro a opção terceiro-mundista. Havia uma tentativa do governo brasileiro de assumir uma posição fora do mundo bipolar, escapando das duas grandes hegemonias representadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O terceiro-mundismo, que reunia então diversos países da América, da Europa, da Ásia e da África, tinha no Brasil um representante forte.

Em resumo, havia esta sintonia – não era só a

*Manifestação estudantil em frente à Reitoria da UFBA.  
Acervo Biblioteca Reitor Macedo Costa – UFBA*



representatividade, mas a representatividade aliada ao conhecimento e a sintonia com o que ocorria de melhor, de mais discutido, de mais debatido na sociedade brasileira. Os estudantes, através de suas entidades representativas, eram grandes caixas de ressonância de toda essa discussão social que havia, em que a luta pelas reformas de base ocupou também um espaço muito importante, ainda durante o governo do presidente João Goulart. No caso da luta pela reforma universitária, um pouco mais tarde, vale dizer que não era uma luta de mobilização apenas de *slogans* – foram realizados três seminários sobre reforma universitária, um, inclusive, em Salvador, em que se prepararam várias propostas de modificação da legislação em vigor, para que houvesse um melhor diálogo entre academia e sociedade. O que se pretendia era que a academia também fosse arejada por uma participação mais coletiva do que efetivamente tinha sido obtido até então. No campo das disputas político-partidárias, houve um fato, antes da votação do plebiscito, que me pareceu um divisor de águas no seio do movimento, tanto no que se refere às posições mais ou menos à esquerda, quanto no que respeita aos modelos de desenvolvimento defendidos, que foi a luta dos estudantes (ou, pelo menos, de boa parte dos estudantes) contra a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um gabinete ministerial chefiado pelo professor Santiago Dantas. O professor Santiago Dantas era, se posso resumir numa palavra, uma figura notável, e, em outras circunstâncias, certamente teria sido escolhido primeiro-ministro. Porém, aquele era um momento de forte radicalização ideológica, um momento em que se discutiam as vias do desenvolvimento: pelo traço nacionalista e desenvolvimentista, pelo traço internacionalista e não tão desenvolvimentista assim, e até por um traço utópico-socialista, que se acreditava ser o verdadeiro desenvolvimento. Neste entrechoque de disputas político-ideológicas naufragou o gabinete de Santiago Dantas no Congresso Nacional.

Houve de fato uma escalada na participação da UNE na gestão pública brasileira em 1963. Ainda como consequência da greve do “um terço”, o presidente João Goulart nomeou dois representantes da UNE para o Conselho Federal de Educação. Um deles era o baiano Duarte Pacheco Pereira, então vice-presidente da UNE e presidente do glorioso Centro Aca-

dêmico Rui Barbosa; o outro era José Serra, que era o presidente da entidade. Foram empossados poucas semanas antes do golpe de 1964 – era como se tivéssemos atingido o topo naquele momento. O Conselho Federal de Educação tinha um papel extraordinário na formulação da educação superior no país, mas veio o golpe, a aliança estratégia e tática com a burguesia nacional não funcionou. Seja por radicalismo da esquerda, seja por falta de segurança da burguesia com os destinos desta aliança, o fato é que não funcionou. Como consequência disso, o entrechoque ideológico ficou cada vez maior, as chamadas provocações passaram a se suceder de lado a lado e veio o golpe em março de 64.

Discutia-se muito se essa aliança com a burguesia nacional era tática ou estratégica. Em resumo, buscava-se uma forma de romper com o sólido poder exercido por aquela soma de forças, composta pelo latifúndio e pelo setor agrário em conjunto com a burguesia industrial (que se dividia, por sua vez, em nacional e multinacional). Qual era a tática (ou estratégia, a depender de qual fosse a corrente

*Manifestação estudantil. Jornal Diário de Notícias, 20 de maio de 1977. Acervo Fundação Gregório de Mattos*



política)? Procurava-se estabelecer uma cunha entre estas duas porções da classe dominante, atraindo a burguesia industrial nacional para um verdadeiro processo de desenvolvimento. As reformas de base não pediam outra coisa: eram mesmo a expressão dessa aliança. A burguesia nacional não rejeitava a reforma agrária; ao contrário, aderiu à reforma agrária e avançou nesta aliança, apesar da rejeição dos que estavam mais à esquerda. Avançou até os limites do golpe de 64. Porque, se é verdade que, em muitos momentos, o capital financeiro ficou ligado ao setor agrário, e o capital agrário nacional se aliou aos movimentos de reforma de base, num determinado momento, quando a corda esticou, vimos que não havia um apoio completo a esta tese. Talvez houvesse um apoio majoritário, mas não havia um apoio completo, o que enfraquecia um pouco essa proposta de aliança. O capital internacional, percebendo o risco que havia naquele momento, municiou fortemente o setor agrário e o capital financeiro do país. Quando foram postos em confronto dois modelos de desenvolvimento, duas vias de desenvolvimento, a burguesia nacional refluiu e voltou ao seu antigo leito, e aí veio o golpe de

64. Neste momento se estabeleceu novamente no país um enorme fosso de perdas de liberdades, de autoritarismo e de controle militar.

A correlação de forças era naquele momento completamente desfavorável à esquerda. Nós todos jurávamos o contrário, e muitos de nós tivemos de continuar o nosso juramento na cadeia, porque a correlação de forças era completamente desfavorável, e a resistência que se seguiu neste quadro de correlação de forças desfavorável, por isso mesmo, não teve nenhum êxito. O golpe aconteceu e se consolidou em poucos dias no país inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, onde se esboçou, digamos assim, a resistência mais consistente, inclusive com a participação de forças militares – mas em menos de uma semana tudo estava liquidado.

A primeira providência da ditadura militar em relação aos estudantes foi a extinção pura e simples das entidades estudantis: UNE, UEB, Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), Diretórios Acadêmicos, tudo foi extinto, e seus presidentes destituídos. Logo se percebeu que algum tipo de representação tinha de

*Manifestação estudantil. Jornal Diário de Notícias, 20 de maio de 1977. Acervo Fundação Gregório de Mattos*



haver, de modo que a ditadura voltou a criar estas entidades, com exceção da UNE e das uniões estaduais. A primeira tentativa foi a de criar uma representação oficial, nos Diretórios Acadêmicos e nos DCEs, como se fosse possível instaurar uma representação estudantil apolítica, sem nenhum tipo de participação na vida política, tanto estudantil como nacional. A ideia da representação permanecia, mas diferente da que havia anteriormente. O que se viu foi exílio, clandestinidade, supressão de direitos fundamentais, censura à imprensa, tortura, mortes, fim dos partidos políticos tradicionais e, por fim, para coroar toda a obra, o Ato Institucional nº 5 (AI-5). O AI-5 foi, assim, a pá de cal nas esperanças de quem ainda acreditava que logo tudo ia se desanuviar. Com o AI-5 ficou claro que a ditadura era para durar, e durar bastante tempo.

O movimento estudantil passou a atuar na clandestinidade, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e até mesmo em torcidas de futebol. A torcida organizada Gaviões da Fiel, em São Paulo, era um núcleo de resistência à ditadura: o comunista baiano Haroldo Lima era um de seus diretores. Então, novas formas de luta começaram a surgir, novos espaços começaram a ser disputados. Eu, inclusive, não fui reeleito para a presidência do Esporte Clube Bahia, que ocupava então. Isso porque estávamos em campanha para a eleição de um senador, em que concorriam o ex-governador Lomanto Júnior e Rômulo de Almeida. Eu apoiei Rômulo e fui convidado a sair do Bahia, porque os clubes também tinham que prestar apoio ao oficialismo.

Mas, que novas bandeiras foram estas que o movimento estudantil incorporou? Acho que podem ser sintetizadas em três grandes eixos. Em primeiro lugar, a luta pela anistia. Era importante trazer de volta quem tinha sido expulso do país e de quem tinha se exilado, para diminuir inclusive a perda que significou a saída de todos esses cérebros, de todo esse pensamento vivo e do compromisso com a nação brasileira. A luta pela anistia foi talvez a primeira e a mais importante luta que se estabeleceu. Em segundo lugar, a luta por uma Assembleia Constituinte. Era impossível conviver com a nova Constituição outorgada pela ditadura, que tinha sido um brutal retrocesso

em relação à Constituição de 1946 – e olha que, nos idos de 1963, já queríamos reformar a Constituição de 1946 por a considerarmos muito conservadora. Assim, a Constituinte passou a ser um dos principais objetivos da luta, porque através de um processo constituinte nós conseguiríamos passar a limpo todo o relacionamento da sociedade brasileira com o governo, e dos setores do governo entre si. Era, por outras palavras, uma síntese das várias razões e iniciativas em prol do que se chamou de redemocratização do país, e que constitui o terceiro eixo.

Ao longo desse período, que não foi curto, foi um momento longo, seguramente começaram a surgir conquistas. Por exemplo, quem não viveu este período nem pode imaginar a vitória que foi o restabelecimento do direito ao *habeas corpus* – sim, porque até o *habeas corpus* tinha sido suprimido. Essa vitória teve um efeito judiciário extraordinário, e uma importância tão grande para a sociedade que toda a doutrina internacional do *habeas corpus* passou a ser alargada pela experiência brasileira, na medida em que ele passou a ser um remédio jurídico para situações sequer imaginadas pela doutrina tradicional. Uma coisa, aparentemente de menor importância, que reoxigenou os tribunais brasileiros, permitindo-lhes recuperar soluções, prerrogativas e competências que tinham sido completamente usurpadas.

Poderia citar várias outras conquistas, mas o mais importante é o fato de que nesse processo de luta, pouco a pouco, uma nova e ampla aliança nacional começou a ser tecida. Aquelas heranças da aliança com a burguesia nacional, mas de forma muito mais ampla, porque envolviam outros setores, começou a ser constituída, formada, estimulada, defendida valentemente pelas igrejas, especialmente pela Igreja Católica – e o que se viu foi a preparação gradual do país para a redemocratização. Mas ela não cairia de madura se não fosse o surgimento de determinados fatos, o principal deles tendo sido o movimento por eleições diretas, o movimento pelas Diretas Já, que marcou a data do fim da ditadura, estabeleceu claramente que era impossível continuar ignorando que

o povo queria eleger seu presidente, seu governador e seu prefeito.

Como denominar esse movimento? Foi a passagem da guerrilha rural e urbana (pois a guerrilha não foi só rural, foi também urbana). Se a guerrilha rural tinha sido marcada por embates entre guerrilheiros e forças regulares das Forças Armadas, a guerrilha urbana eram os sequestros políticos, realizados para permitir a libertação de presos, para permitir o levantamento de recursos a fim de financiar a guerrilha rural. Foi todo esse movimento de guerrilha, rural e urbana, que teve um crescimento num determinado período, e que começa a refluir à mesma medida que começam a afrouxar os garrotes da ditadura, do regime político autoritário que existia. E foram as Diretas Já, o maior movimento de rua acontecido no Brasil em toda a sua história, que marcaram a data para a mudança. Ela aconteceu exatamente um ano e meio depois. Aconteceu como se queria? Não sei. Mas aconteceu dentro de um processo de transição, e não foi apenas no Brasil que isso ocorreu dessa forma, mas em vários outros países do mundo.

Gostaria de concluir retendo algumas observações. Primeiro, considero importante demonstrar que somente uma entidade como a UNE, com representatividade, legitimidade e autoridade, podia pensar em ser parceira da discussão das grandes políticas nacionais e das vias do desenvolvimento. A UNE era isso, e, por ser isso, passou a ter interferência direta, passou a ter audiência obrigatória nos grandes momentos de tomada de decisão. Quando me formei, nos idos de 1966 (já se vão quarenta e quase uns anos), fui o orador da turma, e em um trecho do meu discurso procurei passar a visão que eu tinha, então, do movimento estudantil. Dizia que devíamos ser categóricos, falava de assumir um compromisso. Tratava-se na verdade da renovação de um compromisso, porque não tínhamos sido, até àquela data, jovens descompromissados, alheios à realidade em que estávamos inseridos, pelo contrário: estivemos profundamente vinculados ao movimento estudantil brasileiro, solidário com suas posições de vanguarda, inconformados com a tremenda repressão de que o mesmo vinha sendo vítima e, sobretu-

do, certos da justeza da sua conduta e da autenticidade de sua liderança. Eu dizia, então:

Nossas vidas nestes cinco anos de faculdade foram vividas em sua maior intensidade dentro do movimento estudantil. Nele aprendemos a ser verdadeiramente jovens e a usar nossa juventude como um dínamo incansável nas lutas pela emancipação do homem brasileiro, num momento em que as forças representativas do conservadorismo nacional desencadeiam uma perseguição sem trégua contra o movimento estudantil e seus líderes, prendendo-os, submetendo-os a inquéritos intermináveis, extinguindo suas legítimas entidades representativas, impedindo-os de exercer a vida pública nacional. O papel que lhes compete como vanguarda consciente e lúcida do povo brasileiro é que é preciso que ergamos nossa voz ainda uma vez mais para o protesto, para dizer que não aceitamos, num país cuja população é predominantemente jovem, a proscrição do estudante do grande debate que se abre sobre os mais graves problemas do país e sobre o destino da nação. Também é necessário dizer para os que hoje se levantam atropeladamente contra o estudante, que sempre coube aos estudantes, em todas as épocas e em todos os lugares, uma posição de vanguarda nos grandes movimentos de libertação de seu povo.

Onde estavam os estudantes na Inconfidência? Na luta pela abolição? Onde na Proclamação da República? Onde na Revolução de 30? No levante Constitucionalista de 32? Onde na luta interna contra o nazifascismo e na redemocratização de 45? Onde no movimento pela implantação da Petrobras? E em tantas outras frentes, nós sabemos onde estávamos na primeira linha, na trincheira mais avançada.

Eu continuo crendo nisso. Certamente, quanto ao compromisso ideológico aqui assumido, eu teria que fazer algumas reflexões em função do fim da bipolaridade, da luta crescente pela multipolaridade, enfim, todas as transformações por que o mundo passou, sobretudo no final do século XX. Mas quero dizer, da mesma forma como diziam vários pensadores, entre eles Norberto Bobbio: esquerda e direita podem ter mudado de contexto ideológico, mas continuam presentes no mundo de hoje. Os da direita querem o desenvolvimento com exclusão, e os da esquerda querem desenvolvimento com inclusão.

# O CORREIO DO SERTÃO e a Biblioteca Virtual Dois de Julho

**Carlos Francisco da Silva Júnior**

historiador, mestre em História Social pela UFBA, assessor de Gabinete da Fundação Pedro Calmon

**E**m 2011, mais um passo foi dado para preservação da história e memória da Bahia. Em junho deste ano, a Fundação Pedro Calmon/SecultBA – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia realizou a digitalização do acervo do jornal Correio do Sertão – um dos mais importantes do Estado. Fundado em 1917, por Honório de Souza Pereira, o Correio do Sertão é um dos mais antigos periódicos em circulação na Bahia e o mais antigo do interior do Estado. Sua sede fica em Morro do Chapéu, um dos municípios da Chapada Diamantina.

Entretanto, devido ao tempo e o estado de conservação dos jornais, os números mais antigos corriam sério risco de se perderem, levando consigo parte importante da história do sertão. Em vista disso, a Fundação Pedro Calmon, através da extinta Diretoria de Arquivos (DIARQ), à época dirigida por Paulo de Jesus, propôs a digitalização do periódico cujo projeto foi imediatamente aceito pelo atual diretor, Edson Vasconcelos de Oliveira.

Ele ressalta a importância da digitalização do periódico ao citar que “a digitalização é importante, sobretudo, pela segurança de conservação, em virtude da história do jornal. Além disso, as pessoas terão acesso fácil à história do Sertão baiano. Esse é um patrimônio não apenas da Bahia, e de Morro do Chapéu, em particular, mas de todo o Brasil”.

O diretor do jornal acentua ainda a relevância do periódico para a região. “O jornal Correio do Sertão abrange assuntos de interesse da região, a Chapada Diamantina. O jornal registrou o crescimento da cidade: economia, artes, cultura, o desenvolvimento social da região e das cidades circunvizinhas. Assim, o leitor tem oportunidade de pesquisar sobre a história de sua cidade”.

O diretor geral da Fundação Pedro Calmon, Ubiratan Castro de Araújo, também acredita que

esse projeto tem importantes implicações para a preservação da história e da memória do povo do sertão baiano, pois “o Correio do Sertão possui a segunda série mais completa de jornais. É objetivo da Fundação Pedro Calmon colocar esse material à disposição de todos os usuários da web, através da Biblioteca Virtual Dois de Julho”.

A digitalização do jornal foi realizada pela empresa Diagrama Tecnologia, através de Andrei Barreto, contando ainda com o apoio da Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu. Todos os números serão disponibilizados em breve no site da Biblioteca Virtual Dois de Julho, permitindo a consulta pelos pesquisadores e demais interessados em conhecer mais a fundo a história da Bahia.

No ano em que se comemora o bicentenário da Imprensa na Bahia, esta é mais uma ação da Fundação Pedro Calmon no sentido de salvar a história da Imprensa da Bahia.

*Prensa antiga do Jornal Correio do Sertão.  
Acervo Fundação Pedro Calmon*





# Biblioteca Virtual 2 de julho

[www.bv2dejulho.ba.gov.br](http://www.bv2dejulho.ba.gov.br)

Atenta ao avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Fundação Pedro Calmon disponibiliza aos pesquisadores a *Biblioteca Virtual Dois de Julho*. É uma biblioteca temática, especializada na História da Bahia que tem como coleção especial o acervo 2 de Julho, data da nossa independência. Este acervo é composto por documentos do Arquivo Público do Estado, Centro de Memória da Bahia e das bibliotecas públicas, pertencentes à estrutura da Fundação. Outros acervos – como os números do jornal *Correio do Sertão* – também serão incorporados à essa biblioteca. Os usuários terão a opção de consultar os documentos e obras on line, bem como de realizar o download de alguns arquivos.

O lançamento da *Biblioteca Virtual Dois de Julho* ocorrerá no dia 30 de novembro de 2011, no encerramento da Conferência Estadual de Cultura. O lançamento em Salvador está programado para o dia 12 de dezembro de 2011, às 18:00 h, no Auditório Kátia Mattoso da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, durante o Seminário de Ensino da História da Bahia.

# O GOVERNO ANTÔNIO BALBINO E O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA



## **FRANCISCO WALDIR PIRES DE SOUZA**

é graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi Secretário de Estado do governo Régis Pacheco (1951-1954), deputado estadual (1954-1958), e deputado federal (1958-1962).

Em 1963, coordenava os cursos jurídicos da Universidade de Brasília (UnB), onde lecionava Direito Constitucional, quando foi convidado a ocupar o cargo de Consultor-Geral da República. Teve os direitos políticos cassados após o golpe militar de 1964 e partiu para o exílio, primeiro no Uruguai, e mais tarde na França, retornando ao Brasil em 1970. Foi Ministro da Previdência Social (1985-1986) e governador da Bahia (1987-1989), se descompatibilizando do cargo a pedido de correligionários do partido para acompanhar Ulysses Guimarães em sua candidatura à Presidência da República. Foi novamente deputado federal entre 1998 e 2002, assumindo em seguida o cargo de Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (2003-2006), e o de Ministro da Defesa (2006-2007).

Conferência pronunciada em 17 de dezembro de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

Para a Bahia, o Governo Antônio Balbino terá sido provavelmente o governo mais importante da segunda metade do século XX.

Antônio Balbino era um progressista, e teve uma enorme sorte porque encontrou como companheiro uma figura baiana da mais alta responsabilidade intelectual: Rômulo Almeida, que foi seu Secretário da Fazenda, mas, sobretudo, foi o homem do planejamento. Vivia-se então um tempo de intolerância, que não era comparável à da ditadura, mas era um tempo em que o mundo girava em torno de duas posições muito duras, intolerantes e irracionais, uma espécie de guerra fria que havia se estabelecido entre o Leste e o Oeste com duas proposições de governo e de administração que ao meu juízo conduziam, como acabaram conduzindo, a questões que permanecem extremamente difíceis até os dias de hoje.

Acredito que hoje estejamos vivendo ainda as consequências de tudo isso – essas incompreensões e essa falta, digamos assim, de conceitos de responsabilidade, do que é ético na vida humana, do ser humano e dos deveres do Estado na organização da sociedade humana – quando nós experimentamos esta falta de uma disciplina jurídica adequada para estabelecer a paz do mundo, com respeito a todas as ações e todos os povos. Vivemos hoje um dos instantes mais perigosos, ao meu juízo, da civilização humana. Chegamos a níveis extraordinariamente capazes da inteligência do ser humano; se tivéssemos seguido as inspirações do grande pensamento que vem do século XVIII, que atravessou grande parte do século XIX e que, de forma um pouco subalternizada, atravessou também o século XX, poderíamos já ter hoje instituições e uma convivência humana em que o destino da humanidade se teria diferenciado. Para mim, a humanidade tem um destino, uma perspectiva e uma esperança, e a política é o ajustamento da nossa capacidade, da nossa inteligência, das relações que dirigem a vida, que dirigem as sociedades. Somos capazes de tudo. Assistimos a um mundo que faz uma revolução tecnológica e científica extraordinária: estamos aqui e sabemos instantaneamente o que está acontecendo no Japão ou no Tibet, o que está acontecendo na Rússia ou nos Estados Unidos e no Canadá instantaneamente. Temos uma comunicação que penetra todos os lares, e entretanto não somos capazes de organizar a vida das pessoas,

que é o destino de tudo isso. A política é isto: a forma de organizar a sociedade humana, sem o recurso à brutalidade e à violência.

Quando uma personalidade política perde de vista o sentido, ele realmente deixou de ser um político: passou a ser um organizador de vitórias secundárias, de etapas da carreira, e a política passa a ser meramente uma carreira. O homem é capaz de fazer tudo, produzir todas as coisas necessárias à civilização. A oferta de todas essas seduções já não é mais levada à nossa casa, ela está dentro de nossa casa, em todos os aparelhos de televisão – é uma sedução gigantesca – mas que ocorre sem que o ser humano possa gozar os benefícios desse acesso a essa produção do mundo contemporâneo, sem que tenha a possibilidade de estabelecer meios de dispor, de gozar, de ter, de adquirir esses êxitos da inteligência. É um tempo muito difícil esse que vivemos, e é por isso que só acredito que possamos

*Antônio Balbino.  
Acervo Fundação Gregório de Mattos*



ultrapassá-lo pela política, porque fora daí é a violência, é a agressão, é a brutalidade, é a corrupção, é a degradação.

Quando a política perde esse destino de servir a uma convivência dos povos, dos homens, das mulheres, das instituições, quando ela perde essa noção ética de que o centro do mundo, o centro da existência, o centro da inteligência é o ser humano, é evidente que, a partir desse instante, a vida política passa a ser algo que se arrisca a não ser respeitável dentro de nós mesmos. Não creio em outra alternativa. Não creio que, quando a política toma um outro caminho, aparentemente eficiente, ela realiza os seus objetivos. Tem que ser eficiente, mas com esses objetivos, que são irrenunciáveis. A sociedade humana, ela precisa ter regras e instituições, conceitos, disciplinas, normas: é isso que nós chamamos as relações sociais. A política tem que ser organizatória dessas relações sociais, dessas relações jurídicas. Quando se fala em Direito, em uma regra jurídica, temos de nos perguntar: no fundo de cada norma de Direito o que é que existe? É uma norma justa? Se da norma de Direito não existe a justiça, então não é uma norma de Direito adequada. Na história da humanidade conhecemos centenas de normas de Direito que são ignominiosas, são absolutamente intoleráveis. Por isso, merecem a nossa luta para retirá-las da posição de norma de Direito.

Há coisa mais extraordinária e estúpida do que ter sido norma de Direito, durante tanto tempo na história da humanidade, a escravidão? E era norma de Direito que se cumpria por decisões judiciais e devidamente autorizadas pelas estruturas dominantes. Também o direito da mulher, mais recentemente, em que se estrangulava toda a liberdade feminina com exigências que davam conceito jurídico que se ampliavam até os homens. O adultério era um crime da mulher, não era um crime do homem. E por quê? Porque a norma de Direito depende, como todas as normas e todas as relações, de um conceito organizatório da sociedade, que vem da política. A política é uma conquista do cidadão. E toda vez que assistimos a um desvio mais profundo, podemos ver que lá se encontram os interesses mais nocivos.

Eu realmente comecei muito cedo na política, com apenas 24 anos. Era a campanha para a eleição do governo estadual de 1950:

o general Juracy Magalhães, da União Democrática Nacional (UDN) contra Lauro de Freitas, do Partido Social Democrático (PSD). Eu tinha acabado de sair da faculdade, mas isso começou quando ainda éramos estudantes de Direito, e a juventude, quase toda ela, estava do lado da candidatura de Lauro de Freitas, por motivos secundários, do ponto de vista prático, mas respeitáveis do ponto de vista histórico. Tinha havido problemas com o general Juracy Magalhães, ele tinha se indisposto com professores adversários e com estudantes, que acabaram presos... Então, a estudantada toda, a juventude toda, todo o corpo universitário entrou na luta contra sua candidatura, às vésperas da eleição. Aí, mais ou menos entre 14 ou 15 de setembro (a eleição seria em 3 de outubro), o candidato Lauro de Freitas morreu, em um desastre de avião, viajando de Lapa para Carinhanha. Então o nome indicado para substituí-lo foi o do Dr. Régis Pacheco, que era um médico, do interior, de Vitória da Conquista, bonachão, uma figura humana esplêndida. Ele não era propriamente um político com compromissos propriamente ideológicos, vinculados a uma opção da vida; era um médico que tinha acompanhado a vida difícil das pessoas e das famílias do interior.

Depois da vitória, estava na casa de Antônio Balbino – Balbino era o coordenador da campanha de Lauro de Freitas, a figura mais importante e que articulava todo o movimento estudantil e todo o movimento de esquerda, fiz a campanha toda junto com ele. O governador eleito, o pessoal todo na expectativa de quem iam ser ou não iam ser os secretários, quando começaram a chegar notícias da nomeação de alguns secretários hostis a Balbino, que tinha sido a figura mais decisiva para a vitória na eleição. Tinha acabado de terminar o curso de Direito e estava nessa reunião porque tinha me integrado completamente na campanha; havia uma porção de deputados e eles diziam: “mas foi escolhido fulano que é hostil ao Balbino”, mais isso e mais aquilo, “e foi escolhido mais beltrano que não tem nada a ver com os pensamentos que nós defendíamos na campanha do Lauro de Freitas”. E estavam nessa conversa quando virei para eles, com meus 23 anos, e perguntei: “porque é que vocês não rompem? Tem que romper.

Por que não rompem com o governador?" – algumas figuras importantíssimas, deputados estaduais, até o presidente da Assembleia estava lá – "Como é que não escuta Balbino? Por que é que não discute esse problema se há incompatibilidade dessa natureza? Tem que romper". E eu não sabia que Balbino estava lá, escutando. Essa foi a primeira lição política que recebi. Num determinado instante, quando acabou aquele tumulto todo, Balbino estava numa espécie de sótão que existia na casa dele e ele disse:

"Waldir, antes de você sair dá um salto aqui em cima para a gente conversar". O pessoal saiu e eu fui. Quando eu cheguei lá ele virou-se para mim e me disse: "Waldir... desses nossos amigos todos" – tinha lá uns nove ou dez deputados, que eram amigos – "desses nove, os amigos todos aí, quem é que você acha que me acompanhará?" Eu disse: "todos. Todos. Como não? Todos lhe acompanharão". E ele virou para mim e me disse: "Nenhum. Nenhum. Governador é o sol nascente. É muito cedo para que a gente

*Antônio Balbino na festa de comemoração do jubileu do Cardeal da Silva.  
Acervo Fundação Gregório de Mattos*

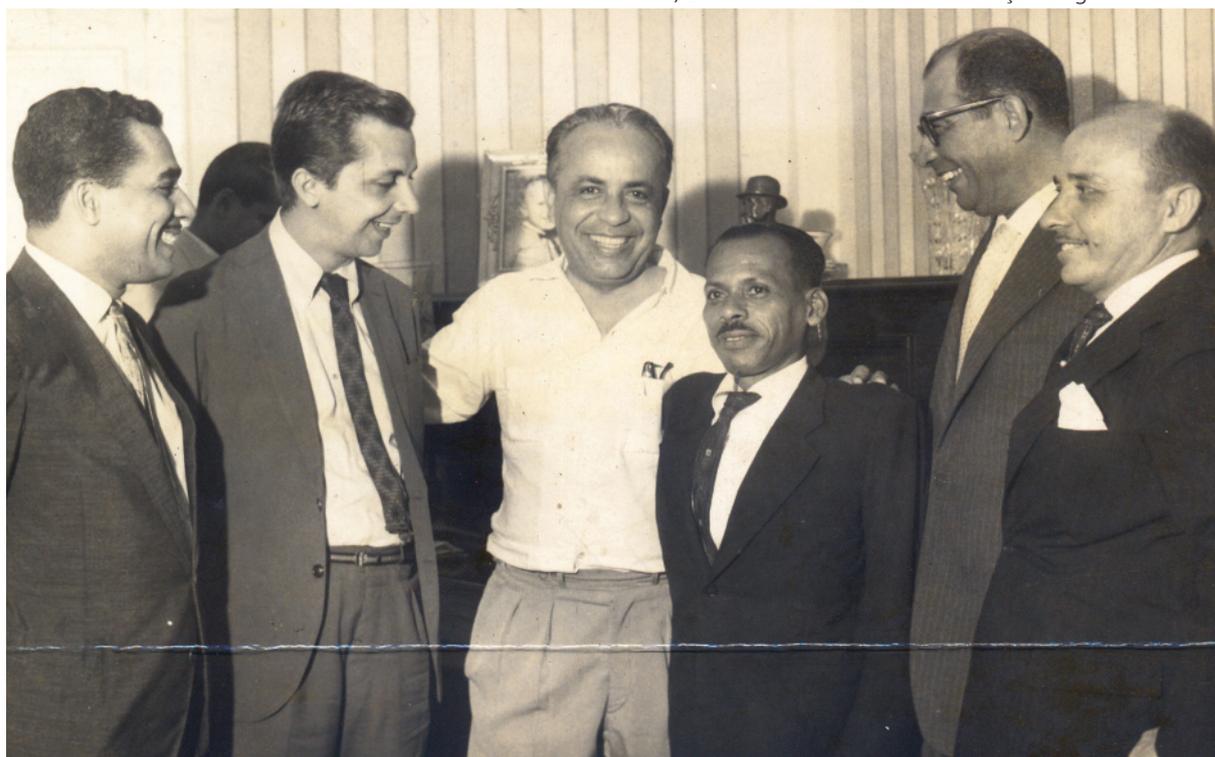


possa interpor-se a isso. Aliás, era da competência dele nomear o secretário que ele quiser. Muito cedo, nenhum, eu ficaria sozinho. Mas é bom, porque eu tenho defendido a tese de que a juventude que participou dessa luta no tempo do Lauro de Freitas esteja presente nesse novo governo. E você fique atento”. E dez ou quinze dias depois fui chamado pelo governador, que me convidou para ser Secretário de Governo do estado. Eu cheguei a ficar perplexo, realmente... Ele não me conhecia: Régis Pacheco me convidou para ser Secretário de Estado sem me conhecer. Sabia da minha posição, da minha luta, da juventude toda que se mobilizou para que nós ganhássemos a eleição.

Fui, então, por indicação de Antônio Balbino, secretário de estado do governador Régis Pacheco. No fim de 1953, um belo dia, saiu uma publicação nos jornais dizendo que o governador tinha dado uma entrevista, reservando-se a competência para dirigir o processo sucessório na Bahia, que seria em 1954. O governador afirmou que ele dirigiria para que o PSD fizesse a indicação do nome dentro na coligação entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era a coligação

que tinha ganhado a eleição anterior. Mas o governador tinha feito uma declaração de que permitia qualquer candidatura, mas que não admitia a candidatura de Antônio Balbino, que era então Ministro de Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas – aquela pessoa com quem eu tinha começado a ter uma relação política e que sugeriu o meu nome para compor o secretariado. Eu li a notícia nos jornais (estava já casado com Yolanda, já tínhamos a nossa primeira filhinha), e depois recebi uma ligação de um colega de secretariado, o Secretário de Agricultura, Dr. Nonato Marques – uma pessoa respeitável, por quem eu tinha muito apreço. Ele disse: “Waldir eu queria ir à sua casa para conversar com você”. Eu disse: “Você passa na minha casa a hora que você quiser. Eu estou em casa, terei muita alegria de recebê-lo”. E ele foi com um abaixo-assinado já todo pronto, o secretariado todo tinha assinado, numa demonstração de solidariedade ao governador, sobre a posição adotada naquela entrevista. Que ele devia assumir o comando me parecia absolutamente natural, mas não excluir uma das lideranças mais importantes do partido, que era um homem de confiança da presidência da república. Eu disse: “olha Nonato, li, mas não assino”.

*Antônio Balbino reunido com jornalistas e sindicalistas. Jornal Diário de Notícias, 24 de abril de 1962. Acervo Fundação Gregório de Mattos*



“Como não assina, Waldir? Não me faça uma coisa dessa... Você é um rapaz jovem, só com vinte e sete anos, com tudo pela frente”. “Não assino e vou agora colocar o meu papelzinho na máquina” - naquele tempo não tinha computador, era a nossa maquininha de datilografia – “para poder já enviar uma carta com pedido de demissão irrevogável para o governador”. Então liguei para o Ministro e disse: “Ministro, acaba de ocorrer esse fato e eu enviei ao governador um pedido de demissão”. E ele me disse: “Waldir, não faça isto cedo, não podemos brigar agora, ainda tem um ano pela frente”. E eu: “Não dá. Balbino, meu caro Ministro, tenha paciência, mas não dá. Eu não vou mais lá”.

Em seguida veio a luta de Getúlio Vargas, aquela coisa extraordinária, em que ele acabou por dar um tiro no peito para interromper um golpe de Estado que terminou ocorrendo dez anos depois. Getúlio com um tiro no peito, dez minutos depois a nação se levantou. Em Salvador não ia mais à rua nenhum udenista, eles levaram mais de uma semana escondidos, e se o povo encontrasse na rua era para trucidar. Isso na Bahia, no Rio e em São Paulo, em toda a parte. E nós

fomos para a luta e ganhamos a eleição. Por conta das circunstâncias, eu não participei diretamente do governo de Antônio Balbino – não fui Secretário, mas participei enquanto deputado federal, na oposição ao governo Juscelino Kubitschek.

O governo de Antônio Balbino foi um governo extremamente importante porque a Bahia vinha de um processo de certa paralisia, não diria propriamente uma decadência, mas era uma paralisação que vinha de há muito tempo. Não tínhamos nenhum centro dinâmico que pudesse alavancar a economia baiana. Havia os vários produtores de cacau, que ficavam na dependência do jogo da bolsa internacional para dar maiores ou menores preços. O cacauicultor não era propriamente um empresário, e o cacau tinha se tornado praticamente uma monocultura em toda a região sul da Bahia. Era o setor mais forte da economia e não era um setor dinâmico, não acontecia que os resultados da cultura e da comercialização do cacau estivessem se transformando numa força alavancadora de acumulação de capital ou de geração de emprego e de renda. Grande parte dos cacauicultores vivia fora da sua região: no sul do país, ou mesmo no exterior.

*Antônio Balbino discursando para dezenas de pessoas. Acervo Fundação Gregório de Mattos*



Foi nesse contexto que Rômulo Almeida assumiu a Comissão de Planejamento Econômico dentro da Secretaria da Fazenda do estado, e passou a identificar onde é que estavam as possibilidades de se mudar o curso das coisas. Uma delas era colocar o dedo na ferida de um movimento absolutamente nocivo à Bahia e ao Nordeste, uma espécie de açambarcador da economia baiana, impeditivo da economia baiana. Naquela ocasião, de um modo geral, o que se indagava era onde é que estava o futuro da Bahia. A Bahia era a terra do que já teve, do que já fez, e a Bahia só estava descendo, descendo, cada vez mais. Rômulo Almeida começou a estudar esse processo, o que resultou em um documento que levou ao governador e o governador aprovou, e que terminou ficando conhecido como a carta de Balbino ao presidente Juscelino Kubitschek. Nesse documento diz quais são os motivos pelos quais estava restringida a capacidade da Bahia de reter aqui as suas riquezas. Isso acontecia porque estávamos muito mais próximos do sul do que outros estados do Nordeste. No período da guerra, nos anos de 1940, havia sido construída a rodovia Rio-Bahia, e com isso passamos a ter uma possibilidade de movimentos constantes de ida e volta de mercadorias e pessoas; o comércio se desenvolveu enormemente com a Rio-Bahia. Mas em vez de crescer, a Bahia foi minguando. Outros estados do Nordeste ficaram mais protegidos porque a ligação rodoviária com o sul só chegou depois. Isso aconteceu por conta da política do governo federal, que privilegiava extraordinariamente os estados do sul. Porque a Bahia produzia, sobretudo, bens primários – especialmente o cacau, as fibras, o algodão, a cana, o couro. E nós vendíamos isso para o exterior, de modo que as receitas da Bahia recebíamos em moeda externa, portanto em valores cambiais. Mas o governo federal, para proteger a industrialização do Sul, havia estabelecido um mecanismo de controle da entrega do câmbio aos credores das vendas de mercadorias externas. Desta forma, a Bahia comprava tudo em cruzeiros brasileiros aqui dentro, mas exportava tudo em dólar. Esse dólar gerava câmbio, que era absorvido, em parte, para financiar a

compra dos equipamentos para a industrialização do sul. O que sobrava era entregue à Bahia, que era sempre deficitária porque tinha que pagar em cruzeiros. A Bahia comprava muito mais em cruzeiros do que comprava em dólares, e isso foi degradando, foi deteriorando a posição econômica e financeira da Bahia.

Esse foi um instante marcante, que se deveu essencialmente à Comissão de Planejamento Econômico, e que foi um dos fatos decisivos da criação do movimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Presidente da República convocou Celso Furtado para fundar, inicialmente, o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (CODENE), e depois a SUDENE, como superintendência. Esse foi um dos aspectos decisivos da mudança, a partir daí.

A Comissão de Planejamento Econômico organizou ainda diversas atividades muito sérias e inovadoras. Por exemplo, foi criado um fundo para a atividade agro-industrial (Fundagro), que era uma instituição com recursos para estabelecer, em relação aos produtos agrícolas da Bahia, a capacidade de agregação de valores aos preços, para elevar o valor unitário das nossas mercadorias e, com isso, impregnar nelas a remuneração do trabalho da terra e da transformação. O Fundagro foi responsável, por exemplo, por um plano extraordinário voltado para a agricultura, que, infelizmente, o governo posterior abandonou, voltando à posição primária antiga, puramente pecuária e agrícola, individualizada, sem nenhum tipo de agregação de valores. No período do governo Balbino, o aproveitamento da atividade agrícola cresceu enormemente, porque, ao lado disso, foram organizadas linhas de financiamento: além do Fundagro, foi também organizado o Banco de Fomento do Estado, que depois se tornou Banco do Estado, e, mais tarde, Desenbanco.

O produtor de algodão, o produtor de sisal, o produtor de cereais, o produtor de bens agrícolas que passou a dispor de uma instituição como a Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia (Caseb), que era uma empresa dependente do Fundagro, de forma que o pequeno e médio agricultor produzia o seu

banhe, sua fruta, seu cereal, produzia o que fosse, a sua farinha, o que fosse e entregava. Após isso ele obtinha um certificado dessa entrega no armazém, e a ele era assegurado um preço mínimo. O agricultor recebia, portanto, o suficiente para que ele vivesse com sua família e ultrapassasse a fase da entressafra, para que na entressafra não chegassem os atravessadores de sempre, comprando tudo a preços de portaria e conduzindo a família do pequeno e do médio agricultor a situações extremamente desesperadoras. Em relação à economia pecuária, pela primeira vez se instalaram na Bahia matadouros-frigoríficos, através da Matadouros-Frigoríficos S.A. (Mafrisa). Manter a carne bovina (ou suína, ou caprina, ou ovina) em frigoríficos para que se pudesse aproveitar tudo, do pé ao cabelo, tudo que anteriormente não se aproveitava.

No plano da assistência social, Antônio Balbino implantou uma série das lavanderias, o que era muito necessário, pois não havia água encaçada. Ou melhor, havia, mas de forma muito reduzida, muito precária. Quando o governo fez os poços e obteve água, foram organizadas lavanderias nos bairros humildes de Salvador. Dentro dessas lavanderias havia um corpo de enfermagem, um posto médico, uma série de fatores para proteger a sociedade humilde dos bairros. E ele dotou esses bairros populares todos desse tipo de serviço, tudo isso a partir da Comissão de Planejamento Econômico. No campo das artes, tudo ocorreu do mesmo jeito, a culminar com o Teatro Castro Alves, que foi construído no governo Antônio Balbino. De forma que houve uma abertura; foi um período extremamente modificador, transformador da velha modorra que caracterizava as administrações anteriores da Bahia.

Atualmente o Brasil vive essa necessidade de ter “booms”, e está tendo. Mas hoje vivemos um momento no combate muito grande. Aqui na Bahia estamos modificando a natureza da nossa participação na renda, o que é a coisa mais importante, porque temos uma origem muito atrasada. Vivemos um período, que durou muitos anos, extremamente concentrador de renda e de poder, em que a política foi somente uma expressão da dominação. Muitas vezes se diziam às pessoas do interior do estado: “você não tem consciência política!”

É claro que se têm consciência política! Eu sei, eu sou do interior! Lutei sempre contra isso. Eu sei que tem consciência política a pequena mãe de família que está lá dentro e que quer garantir o seu voto. Ela tem consciência disto. E muitas vezes é que não pode garantir, ela não tem condições de existência. Sabe que está se imolando, que está capitulando na sua dignidade. Ela tem consciência, mas se vê confrontada pelo regime da dominação, o regime oligárquico, que não respeita a cidadã, o cidadão. Como eu vi acontecer no interior, onde a mulher, muitas vezes a menina, talvez mãe com dezessete, dezoito anos, não pode ter seu filho na maternidade local porque não votou. Ou não entra no hospital porque não votou ou não tem a matrícula no colégio adequado porque não votou. Nós continuamos no regime do coronelismo clientelista. Não é mais o coronel rico, dos tempos da riqueza rural, mas é o coronel que tomou conta da estrutura do estado, porque utilizou o estado para ocupar bancos, para ocupar a Secretaria de Educação, para ocupar a Secretaria de Saúde, sem escrúpulos! É isso que nós temos que combater! Gente que se transformou em dono de televisões e em dono de rádios sem explicar para a população como os adquiriu. É contra isso que nós temos que lutar, e essa é uma luta que não pára.

Eu já completei 80 anos. Espero que Deus continue a me dar energia, enquanto eu tiver força, para que a alma continue a ser o que ela é hoje – porque sempre, desde a minha adolescência, estive na luta por uma sociedade decente de irmãos. A democracia é uma fraternidade. É o respeito às necessidades e às liberdades. Não há democracia onde não há liberdades. Não há democracia onde há necessidades existenciais que levam à fome. Não há democracia enquanto não se asseguram igualdade e oportunidades. Essa é a letra. A letra do começo do século XXI. A letra de todo o século XX que nós não ganhamos, que a minha geração não ganhou. É a letra de hoje. Muito mais lúcida, já identificando muitos dos erros e das tolices que nós fizemos. De nossos voluntarismos com nossa pretensa onipotência de seguir processos e métodos. Mas é este o projeto do ser humano. É preciso fazer, porque é com uma história que a gente aprende a continuar.

# HISTÓRIA DO PETRÓLEO NA BAHIA

Cid Teixeira; Fernando Oberlaeder; Daniel Rebouças. EPP Publicações e Publicidade, 2010.

## Alex de Souza Ivo

mestre em História pela Universidade Federal da Bahia e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

O livro em questão, escrito a seis mãos por uma equipe comandada pelo historiador Cid Teixeira, grande conhecedor da história da Bahia, busca construir uma história institucional das atividades com o petróleo na Bahia. Para isso, os autores recorrem a um recorte cronológico não tão convencional quando falamos da história do *ouro negro* em nosso país, pois recuam ao século XIX em busca das primeiras tentativas de extração do mineral nas terras baianas, chegando até a implantação do Pólo Petroquímico, na década de setenta do século passado.

Reside exatamente nessa opção o que há de mais inovador e, ao mesmo tempo, o aspecto mais questionável do livro. Afinal, muito embora tenham existido, de fato, algumas iniciativas de exploração do mineral ainda nos oitocentos, receio que não seja a escolha mais correta incluir tais ações no campo da exploração do petróleo, pois o verdadeiro interesse pelo mineral veio de fato existir com os projetos mais consistentes de industrialização, bem como através da difusão do uso dos automóveis como meio de transporte, ambas as iniciativas inseridas no século XX. Mesmo com essa crítica, contudo, é louvável o esforço da equipe comandada por Teixeira em reunir documentação e apresentar ao leitor um consistente conjunto de informações até então pouco exploradas pela historiografia. Certamente servirão de base para tantas outras investigações não só sobre a história dos recursos minerais, mas também de outros temas da história baiana.

A obra, dividida em sete capítulos, busca dar conta do tema em conjunturas distintas e apontar quais foram os principais

personagens envolvidos nos esforços de prospecção e industrialização do mineral. Nos três primeiros capítulos – *Antecedentes; Tempos de exploração e mudanças (1840-1889)* e *O petróleo na República Velha (1889-1930)* – os autores escrevem uma espécie de pré-história do *ouro negro* na Bahia. Além de explicarem as causas do interesse pelo petróleo e demonstrarem a existência de registros de sua utilização que precedem a revolução industrial. Os autores abordam as primeiras tentativas de exploração dos chamados combustíveis fósseis em terras baianas. Num contexto de grande influência dos interesses ingleses no território brasileiro, a região de Marau foi vista como um possível manancial de recursos minerais e teve profunda relevância nas tentativas de prospecção mineral no século XIX, sendo a primeira localidade onde foram encontrados indícios da existência de petróleo na Bahia.

Com uma economia que privilegiava a produção agrícola, o Brasil do alvorecer da era republicana não destinou grandes recursos para a exploração mineral. O Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), órgão governamental responsável pela prospecção de minérios no país, apesar dos esforços, esbarrava sempre na carência de dinheiro e em deficiências técnicas. Teixeira e sua equipe, ao analisarem a legislação, revelam que os princípios liberais, expressos na carta constitucional de 1891, constituíam em outro entrave para o sucesso do empreendimento.

No quarto capítulo, intitulado *Tempo de automóveis, da eletricidade e das mudanças urbanas*, os autores revelam como a difusão de produtos industrializados alteraram uma série de demandas da sociedade baiana. Passando por casos pitorescos, como o do motorista de um dos primeiros carros a transitar na cidade de Salvador, que demonstrava pouca preocupação com a segurança na direção, é apresentado ao leitor o quadro das transformações urbanas da cidade e o consequente aumento da demanda de combustíveis.

No capítulo seguinte, *O petróleo no governo Vargas (1930-1945)*, volta a ser discutida a conjuntura política nacional. Os autores apresentam os calorosos debates presentes na sociedade brasileira acerca da existência do *ouro negro* em nosso território, debates estes que contaram com figuras ilustres como o escritor Monteiro Lobato, que chegou a fundar duas companhias para a exploração do mineral. A mudança de legislação liberal para uma de caráter nacionalista consistiu em um sinal de alteração de orientação do governo, resultando na criação em 1939, de um órgão específico para tratar do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Nessa conjuntura ocorreu a descoberta do petróleo na região de Lobato, subúrbio ferroviário de Salvador. Fruto da persistência e da astúcia de Manoel Ignácio Bastos e Oscar Cordeiro, a descoberta de óleo de Lobato desencadeou uma série de iniciativas do CNP no Recôncavo da Bahia, que resultaram nos inícios da extração do mineral em Candeias. Os autores ainda apresentam uma polêmica acerca dos dois pioneiros baianos, pois há divergências nos relatos relacionados ao interesse de Cordeiro na prospecção em Lobato. Um deles dá conta que somente com a insistência de Bastos, Cordeiro dedicou atenção ao trabalho, já a segunda versão demonstra que após tomar conhecimento de uma briga entre vizinhos, o nosso personagem voltou-se às pesquisas no subúrbio baiano. Sem tomar partido de qualquer uma das versões, os autores afirmam que independente da polêmica é inegável o papel dos dois empreendedores.

As descobertas na Bahia realizadas durante o Estado Novo e a conjuntura nacional no pós-guerra criam condições para investidas mais ambiciosas. Elas são tratadas no sexto

capítulo, chamado *Tempos de luta e estabilização*. Nele, além da criação da Refinaria de Mataripe, são abordados os debates no Clube Militar, que expõem para a sociedade brasileira a existência de dois paradigmas de propostas para a exploração do petróleo no país. A primeira advogava que o melhor caminho residia na aliança com o capital estadunidense, enquanto a segunda prendia-se ao argumento de que os trabalhos com o *ouro negro* deveriam ser realizados com capital 100% nacional. Desse enfrentamento surgiu a campanha do petróleo, que cumpriu relevante papel não só na criação da Petrobras, bem como na construção da imagem da estatal do petróleo como ponto central na garantia da soberania nacional.

No último capítulo – *Tempos de desenvolvimento* – são apresentadas as transformações que a sociedade brasileira viveu após o governo JK. A opção pela modernização capitalista, pelo transporte rodoviário, a maior difusão dos automóveis e a sua transformação em projeto de consumo deram uma nova feição ao país. Ao passo em que aconteciam essas mudanças, falava-se cada vez mais na Bahia em utilizar o petróleo para devolver ao estado a riqueza de outrora. Nesse sentido, foi realizada em 1959, a *Conferência do Petróleo* e o projeto da indústria petroquímica ganhou força. Com a nova conjuntura inaugurada com o golpe de 1964, articulações políticas envolvendo os militares e políticos locais como Luiz Vianna Filho e Antônio Carlos Magalhães garantiram a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, setor importante da indústria local e ponto de chegada da análise realizada em *História do Petróleo na Bahia*.

O estudo, por fim, cumpre a função das obras de síntese. Não realiza análises aprofundadas na maioria dos temas abordados, simplesmente traz ao leitor um panorama amplo do tema abordado. A consistente e minuciosa pesquisa realizada coloca o trabalho, sem dúvida, como uma importante contribuição para o conhecimento da história da Bahia. Mais do que fechar portas, o trabalho abre diversas janelas. Mais do que apresentar palavras finais sobre o tema, ficam inúmeras perguntas. Resta agora aos estudiosos da nossa história pular essas janelas e tentar responder às perguntas, ou quem sabe, simplesmente fazer novas indagações.

# O CINEMA NOVO

## **ORLANDO SENNA**

graduou-se em Teatro, trabalhou como jornalista e, durante os anos de 1960, participou do movimento cinematográfico Cinema Novo, juntamente com Glauber Rocha e outros cineastas baianos. Durante a década de 1970 trabalhou no teatro em São Paulo com o Teatro de Cordel e depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou nos jornais Correio da Manhã, Última Hora e Jornal do Brasil. Na década de 1990, dirigiu a Escola Internacional de Cinema e TV de Cuba e o Instituto Dragão do Mar, em Fortaleza. Foi secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura entre 2003 e 2007 e, a partir de dezembro de 2007, tornou-se diretor geral da TV Brasil. Atualmente é presidente da Televisão América Latina (TAL).

Conferência pronunciada em 12 de julho de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).



Othon Bastos em Deus e o diabo na Terra do Sol. Filme de Glauber Rocha. Acervo Diretoria de Audiovisual - DIMAS

## O que era o movimento Cinema Novo brasileiro

O Cinema Novo brasileiro foi um impulso extraordinário de renovação de linguagem, um impulso de renovação do artista e da sua linguagem pelo cinema, e, de uma maneira revolucionária, a descoberta de que o cinema poderia ser feito por qualquer um de nós, dentre aquelas pessoas que estavam na Bahia naquela época. Foi uma espécie de revelação de que nós podíamos enfrentar um desafio que para outras gerações poderia ter parecido absolutamente impossível. Naquela época, o cinema era uma tecnologia reservada, era uma economia reservada – era a mais reservada das tecnologias. Posso contar uma história nesse sentido: o Roberto Pires (1934-2001) fez um filme aqui em Salvador, em 1958, intitulado *Redenção*, o primeiro longa-metragem de ficção baiano. E, exatamente para superar essa reserva tecnológica que era o cinema, ele inventou uma lente anamórfica, ele construiu uma lente *scope*, que era a tecnologia mais avançada de Hollywood na época, com o CinemaScope. Roberto inventou o Igluscope. Além disso, como tinha dificuldade de pagar a tecnologia referente ao som, ele pegou um teipe de gravação comum, inventou uma maquininha que cortava o teipe na medida certa, gravou e colou o teipe na fita da imagem – ou seja, ele inventou também o som magnético. E assim se fez o filme *Redenção*.

O filme foi exibido no Rio de Janeiro, ficou conhecido, saiu nos jornais e, alguns meses depois da estreia, apareceram dois representantes da Motion Pictures Association aqui em Salvador interessados em ver o filme e conversar com Roberto Pires. Eu fui testemunha desse encontro. Eles viram o filme, interessados em saber como é que se tinha colado dois mil metros de fitinha magnética em cima da fita de imagem, aquela proeza tecnológica. Deram os parabéns e foram embora. Não durou um ano para que o conceito da lente anamórfica fosse patenteado pelas grandes empresas de produção e distribuição de Hollywood. Eles não patentearam uma ou outra lente anamórfica, não patentearam as marcas CinemaScope ou Panavision – patentearam o conceito da lente anamórfica. E em seguida o sistema de som magnético universal do cinema foi

abandonado e substituído pelo sistema de som óptico. Então, será que nós, aqui na Bahia – e Roberto também sempre tinha essa coisa na cabeça – ao fazermos um filme no quintal de uma casa, teríamos influenciado uma reação econômica enorme, uma transformação técnica desse nível em Hollywood? Eu acho que sim. Talvez não tenha sido apenas o filme *Redenção* que tenha chamado a atenção das grandes empresas americanas de cinema para o fato de que aquela reserva tecnológica já tinha sido rompida, de que alguém já tinha entrado naquele castelo, naquela fortaleza, e conseguia fazer. Mas era um fato concreto: estavam fazendo filmes com a mesma tecnologia de Hollywood em um quintal, em um bairro da cidade de Salvador, na Bahia.

Esse exemplo serve para mostrar a situação em que surgiu o Cinema Novo. O primeiro passo foi a conquista de uma tecnologia, coisa que parecia absolutamente inalcançável para a geração que nos precedeu, que é a geração de 1945. Era uma geração muito relacionada com os conceitos, com uma visão de mundo do século XIX, embora, evidentemente, já de alguma maneira, tocada pelo modernismo, pela Semana de Arte Moderna de 1922, mas que ainda tinha raízes aéreas muito fortes com uma visão clássica e acadêmica da vida. Na verdade, a Semana de 1922 foi largamente ignorada aqui na Bahia. O equivalente à Semana de 1922 só aconteceu na Bahia com as *Jogralescas* dos estudantes do Colégio Dois de Julho, com um atraso de quase trinta anos. À frente das *Jogralescas* estava Glauber Rocha. O movimento que veio a dar no Cinema Novo na Bahia tem a ver com o fogo daquela geração. Ao longo do tempo existem gerações que marcam os séculos. Acredito que essa foi a geração que marcou o século XX – e não se pode imaginar a minha alegria, a minha emoção (e até o pecado do orgulho), quando penso que tive essa sorte, que lemanjá e Oxumaré me deram a graça de pertencer a essa geração.

Além desse fogo geracional, uma outra maravilhosa coincidência, uma outra milagrosa coincidência relacionada com essa geração é a de que o momento em que ela começa a se expressar coincide com a fundação da nova e vanguardista Universidade Federal da Bahia – coincide com Edgard Santos, com

as várias escolas de arte que são montadas aqui em Salvador, e que se juntam à antiga e renovada Escola de Belas Artes; relaciona-se à renovação dos cursos universitários de Humanidades e das Ciências Exatas; ocorre no contexto dessa renovação e modernização do conjunto da Universidade, que manteve um foco especial sobre a expressão artística. E aqui devemos mencionar também, no cômputo dessas condições e desses avanços que fizeram com que o Cinema Novo surgisse aqui na Bahia, a cultura cinematográfica a que muitos jovens tiveram acesso e que era, em boa medida, superior não apenas a Belo Horizonte, mas talvez mesmo a São Paulo e Rio de Janeiro, ao eixo cultural e industrial do país. Em nenhum outro lugar do Brasil houve uma formação tão bem planejada e tão bem executada como a que o crítico de cinema Walter da Silveira (1915-1970), com seu Clube de Cinema, ofereceu a essa geração. No que se refere ao cinema e também no que se refere à relação com a arte - não apenas com o conceito de arte, mas com sua função. Walter Raulino da Silveira, advogado sindical, escritor, fundador do Sindicato dos Estudantes da Bahia e integrante da Aliança Nacional

Libertadora (ANL), foi uma luz galaxial em relação a todos esses acontecimentos. É desse caldeirão de circunstâncias, coincidências e bênçãos que nasce o Cinema Novo.

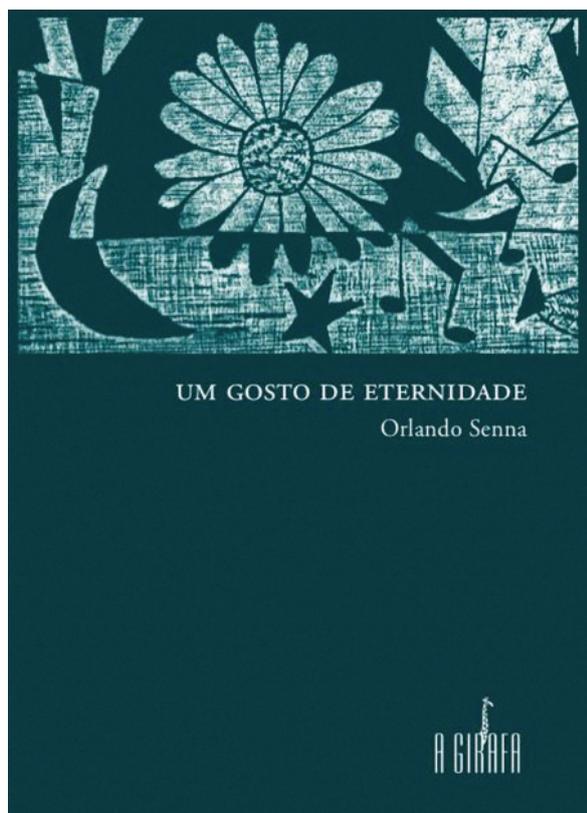
### Uma geração revolucionária

As frases de efeito cunhadas durante o movimento Cinema Novo dão conta de qual era a meta, os objetivos e a intenção dos cineastas, técnicos, críticos e pensadores que fizeram o movimento. Isso o articulava muito fortemente com as outras atividades, as outras expressões, as outras linguagens que estavam sendo experimentadas além do universo do cinema. E essas expressões estavam todas preocupadas em dar vez à cara e a voz do homem, entendendo como homem não exatamente a generalidade do ser humano, mas o ser excluído, o ser oprimido. A frase famosa do cineasta Gustavo Dahl (“não queremos saber de cinema, queremos ouvir a voz do homem”) reflete objetivos políticos. Quanto a estética, a como fazer, e considerando que éramos pobres e não sem acesso à tecnologia, tínhamos de resolver de uma maneira radical, com “uma

Cartaz do filme *Diamante Bruto*. Filme de Orlando Senna. Acervo Diretoria de Audiovisual – DIMAS



Cartaz do filme *Um gosto de eternidade*. Filme de Orlando Senna. Acervo Diretoria de Audiovisual – DIMAS



câmera na mão e uma ideia na cabeça” – ou seja, transformando essas dificuldades em uma estratégia, que Glauber Rocha chamou de “estética da fome”.

Esse cinema tinha uma obrigação ideológica de lutar, de se somar a uma luta pela melhoria das condições humanas, da qualidade de vida de todas as pessoas – lembremos que a Bahia era mais pobre naquela época, as benesses do petróleo ainda não tinham aparecido, o desenvolvimento ainda não tinha acontecido. Éramos uma geração revolucionária, com uma forte intenção social. Os mais atuantes dentre nós – não só no cinema, mas também na literatura e no teatro – eram rapazes e moças muito jovens, a maioria do interior do Estado, oriundos de famílias católicas. Muitos tinham sido enviados à capital para estudar em colégios religiosos, católicos ou protestantes (se possível em internatos), e nos rebelamos contra esse comportamento, essa visão de mundo, nos esquerdizamos – embora tivéssemos que carregar esse carma, de estudantes de colégios religiosos, durante todo o período da política estudantil. Era engraçado, porque os padres, as freiras e os pastores do Dois de Julho, dos Jesuítas, dos Maristas percebiam que estavam diante de uma geração especial e nos diziam isso claramente.

Eles faziam uma pregação muito forte, diziam que éramos muito exigentes e estudiosos e que teríamos que nos constituir como uma barreira ao avanço do comunismo e do ateísmo, que o mundo estava se distanciando dos princípios de Deus. Estávamos vivendo numa época democrática, com a esquerda avançando muito fortemente na política estudantil, na grande política e no poder. E fomos convidados, tentaram nos seduzir para que fizéssemos uma enorme barreira contra esse avanço das “forças do mal” – mas o que aconteceu foi exatamente o contrário, terminamos compondo uma força de esquerda na política estudantil da época. Fomos uma geração que se transformou por necessidade, ao descobrir um entendimento do mundo que não era exatamente o que estava reservado a nós como herança.

Desde que começamos a atuar na política estudantil, como secundaristas, até nos estabelecermos, até as *Jogralescas* e *Barravento* de

Glauber Rocha, que estreou em 1962, houve várias “tentações”, tentativas de cooptação – uma disputa pela geração entre a esquerda e a direita que era uma coisa cotidiana. Glauber, por exemplo, menino protestante de Vitória da Conquista, tinha pertencido ao Centro de Estudos, Pensamento e Ação (CEPA), que era ligado ao integralismo de Plínio Salgado. O chefe do CEPA, Germano Machado, tentou mais tarde uma reconquista. Convidaram Glauber para um encontro e o levaram a um auditório, colocando-o no centro daquela plateiazinha no escuro (e Glauber esperando para ver o que acontecia); de repente no tablado se acendeu uma luz de baixo para cima, que dá aquele aspecto expressionista às figuras, e quem estava sob o foco era Germano Machado fazendo um discurso passional, com a *Cavalgada das Valquírias* de Wagner soando atrás, e Glauber, apavorado, gritando: “que palhaçada é essa?!” e indo embora. Isso era a Direita. A Esquerda era mais sofisticada: nos davam livros, as ofertas tinham a ver com jornalismo e com bolsas de estudo no exterior. As bolsas começaram só em 1962, alguns de nós foram estudar cinema, inclusive no exterior como Guido Araújo e Geraldo Sarno. Eu também iria se não fosse o golpe de 1964, estava tentando obter uma bolsa. Foram esses sedutores de esquerda que nos encaminharam para o jornalismo, que nos impregnaram os espíritos com a afirmação de que o jornalismo era uma das coisas mais importantes que podíamos fazer.

Havia o que se pode chamar de charme revolucionário na geração. Políticos e chefes da imprensa muitas vezes se deixaram seduzir pelos garotos e garotas: Odorico Tavares, Jorge Calmon, Juracy Magalhães, o grande poder. Eles ficaram fascinados pelo que estava acontecendo, fascinados pela verve, pela energia de Glauber. Interessante é que, ao contrário da militância de direita e esquerda, não houve tentativas de cooptação por parte do poder político estadual, e mesmo se houve alguma intenção de nos cooptar, acho que essa sedução derrubou isso. Esse charme de jovens revolucionários, meio loucos, meio santos, anárquicos – ao mesmo tempo anarquistas e espiritualizados, filosofia do bar e candomblé. A grande relação entre Helinho Oliveira e Glauber, que resulta em *Barravento* - na mudança, inclusive, do roteiro – é uma

relação muito pouco estudada. Hélio Oliveira, xilogravador e futuro babalaô (morreu antes de assumir), como se dizia na época, estava “abrindo os segredos” dos terreiros para a sociedade branca afluyente, dizendo: “não somos inimigos, vocês não devem nos atacar, vamos conversar, vamos tentar nos entender”. Em *Barravento*, as iaôs estão em transe: pela primeira vez na história iaôs em transe eram filmadas. Não porque Glauber tivesse ido lá e forçado a barra, nada disso, mas porque Hélio Oliveira e outros líderes do candomblé acharam que deviam se aliar a esses jovens artistas que estavam começando a fazer essas coisas.

Foi uma geração que se movimentou a partir da renovação: para nos transformarmos em cineastas, músicos, artistas plásticos, artistas cênicos, poetas, escritores, jornalistas entendemos que antes tínhamos de nos transformar em revolucionários. Tínhamos que nos revolucionar. Havia um conceito duplo com relação ao revolucionar. Um entendimento social, temos que mudar o que aí está – e que não é incomum, as gerações chegam para se pronunciar e mostrar a cara ao mundo; claro que a maioria delas não chega a uma ação que reflita esse desejo. E um entendimento pessoal, individual, de foro íntimo, que era o revolucionar-se a si mesmo, todos os dias, todos os instantes. Uma coisa era mudar o entorno, mudar o mundo. Como chegar a isso é que era algo, não novo, mas que pela primeira vez, pelo menos no Brasil, era aplicado como estratégia, como ação: o pensamento de que a revolução só seria possível se nos revolucionássemos a nós mesmos, se a revolução fosse individual, fosse de cada um de nós. Além disso, havia toda a nossa faceta trotskista real, nossa certeza de que a revolução não é algo que se faz e se acaba, mas tem que ser para a vida inteira. Uma revolução não se faz e pronto, uma revolução fica sendo feita para sempre, para toda a eternidade. Esses eram os parâmetros filosóficos de nossa ação revolucionária: revolucionar-se e revolucionar o entorno. De toda a ação artística, seja social, seja política, seja individual, o paradigma era a mudança constante, diária e que não parasse nunca.

Havia uma escolha também muito interessante e inédita no comportamento intelectual, que era a afirmação de que o mundo não podia

ser transformado a partir da política, mas só a partir da cultura. O primeiro discurso que ouvi em relação a isso foi de Glauber, que não falava em cultura (com o sentido amplo, como nós trabalhamos hoje), e sim em arte.

Um aspecto que pode parecer estranho é que apenas alguns poucos desses grupos mais atuantes na Bahia nessa época se filiaram ao Partido Comunista, ou a qualquer outro partido. Glauber nunca entrou no Partido Comunista, nem eu. João Ubaldo Ribeiro tentou e desistiu, acho. Acreditávamos no socialismo, éramos muito mais trotskistas que leninistas. Mas havia um tipo de relação com o fazer político que nos levava a pensar que o modus operandi dos comunistas não tinha, digamos, a sofisticação – basicamente a sofisticação estética – que exigíamos. Havia também um choque informal, no sentido da disciplina: éramos absolutamente indisciplinados, absolutamente anárquicos, tínhamos uma ligação com a cultura europeia burguesa que o Partido Comunista não adotava nem admitia. Por exemplo, estávamos muito interessados em Brigitte Bardot, em Elvis Presley – que estava começando a aparecer no horizonte. Havia um interesse por esse tipo de expressão que, não só o Partido Comunista, como também a Geração de 45, nossos amigos, nossos mestres, achavam muito estranho, um tanto fora dos parâmetros da época. Eles diziam: “poxa, vocês são de esquerda, vocês têm uma aliança clara com os comunistas” (muitos jornais nossos eram pagos pelo Partido Comunista). “Que maluquice é essa? Como é que vocês ficam se babando diante da Nouvelle Vague francesa?” Nossa resposta era curta: porque é cinema.

Ou seja, havia algumas diferenças de visão de mundo entre a nossa geração como um todo e os comunistas - mas isso nunca impediu que essa aliança fosse firme e duradoura. Havia uma aliança com as pessoas: todos os nossos mestres eram ligados ao Partido Comunista. Se falarmos em cinema, falamos em Walter da Silveira. Se falarmos em jornalismo – a aproximação com o jornalismo foi muito importante para essa geração, através de Ariovaldo Mattos, Inácio Alencar, José Gorender. Todos os nossos mestres eram comunistas de raiz. Mas a relação foi essa: a gente não tinha a disciplina adequada e exigida para pertencermos

a uma organização político-partidária. Poucos de nós entraram para esse tipo de atividade e aqueles que entraram não se demoraram muito nela.

## O Cinema Novo e o grande público

Veja por outra surgem alegações de que o Cinema Novo tinha plateias pequenas e não atingia o grande público. Se nos referirmos a Salvador, as maiores bilheterias que vi em todas as décadas em que vivi por aqui foram de filmes baianos. *A grande feira*, de Roberto Pires, foi a maior bilheteria brasileira em 1962, batendo *Ben-Hur*, o grande *blockbuster* americano da década. *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de 1964, deve estar entre as maiores bilheterias da história do cinema no Brasil. Não entendo por que é que se diz que o Cinema Novo não chegou ao público, são absolutamente sem sentido essas alegações, que têm pouca base estatística, pouca base real. Não estou dizendo que todos os filmes Cinema Novo, produzidos na Bahia ou no Rio ou em São Paulo, tenham alcançado essa dimensão de sucesso de bilheteria, mas não era um cinema longe do público, em absoluto. Tanto que o Cinema Novo foi um movimento que se sustentou, e bem, durante uma década e caiu não por falta de público, mas por excesso de violência ditatorial. O resultado mais visível que os cineastas, roteiristas, produtores, atores e técnicos queriam eles tinham aqui em Salvador, com as exhibições e filas enormes nos cinemas.

De qualquer maneira, com a ajuda dos americanos, foi o Cinema Novo que acabou com a Chanchada, que era o movimento cinematográfico brasileiro de então, e que tinha, historicamente, os maiores públicos. Não havia *blockbuster* americano que ganhasse para uma Chanchada. Foi por isso que eu disse que tivemos a ajuda dos americanos. Havia um interesse muito forte da indústria norte-americana de cinema de acabar com a Chanchada, porque era o tipo de filme mais popular em um mercado que lhes interessava profundamente, que durante muito tempo foi o quarto mercado para a indústria de Hollywood (atualmente é o nono mercado, ainda importantíssimo). Foi o quarto mercado durante décadas: depois do norte (Estados Unidos, Canadá e

Europa), o mercado de cinema mais importante para a indústria americana era o Brasil. Houve várias iniciativas para que a Chanchada fosse abaixo, mas o que deu o golpe de misericórdia, mesmo sem querer, evidentemente, foi o surgimento do Cinema Novo.

Essa fase de ouro da produção de cinema na Bahia não se sustentou apenas nos grandes títulos, havia uma produção regular: *Sol sobre a lama*, de Alex Viany, de 1963, *O caipora*, de Oscar Santana, também de 1963, *O grito da terra*, de Olney São Paulo, de 1964, além de vários outros, incluindo alguns filmes não produzidos com recursos baianos, mas que tinham um caráter baiano e vinham ser feitos aqui como *Bahia de Todos os Santos*, de Trigueirinho Neto, de 1961, ou *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, de 1962. Havia também a produção de curtas-metragens, muito ativa, e que já estava relacionada, de alguma maneira, desde 1958 ou 1959, com o interesse pela televisão. Essa foi a primeira geração cinematográfica do Brasil que teve alguma relação com a televisão. A TV Itapoan oferecia cursos para os jovens que quisessem se iniciar na televisão que seria aberta no início de 1960 – eu, inclusive, fiz esses cursos. Minha primeira realização que pode ser chamada de profissional (ou seja, com equipe e produção – de Glauber Rocha, inclusive) foi um filme para a televisão: *Imagem da terra e do povo*, baseado em um livro de Odorico Tavares, que era o chefe da TV Itapoan.

Há outra relação que também deve ser mencionada: nós, dessa geração, principalmente os mais curiosos, os que com quinze anos já se interessavam por cinema, acompanhávamos as filmagens das muitas produções estrangeiras realizadas aqui em Salvador. Estou me referindo a filmes franceses (como *Le saint modique*, de Roger Blache e *Le tout pour le tout* de Patrice Dally, ambos de 1960), a filmes italianos (como *O cangaceiro*, de Giovanni Fago, 1969), a filmes alemães (por exemplo *Sob o céu da Bahia*, de Ernesto Remani, 1956), filmes argentinos (como *Maria Magdalena*, de Carlos Hugo Christensen, 1954). Um montão de filmes estrangeiros que eram realizados aqui em Salvador, que empregavam atores e atrizes locais e que formaram muitos dos técnicos que dariam sustentação

ao cinema que começou a ser feito aqui em 1958 e 1959. Acredito que algo do gênero não aconteceu em nenhum outro lugar do Brasil. A Bahia era um centro de realização de filmes estrangeiros – e sem nenhuma “film commission” – porque a imagem da Bahia era já muito forte. Walt Disney nos fez o primeiro favor de colocar a imagem da Bahia no mundo inteiro, Carmem Miranda cantando Caymmi também e, depois, São Jorge Amado veio e disse: “não é só Walt Disney, a Bahia é muito melhor e mais profunda”.

Eu conheci as pessoas, fiquei amigo dos produtores franceses. Esse pessoal deixou equipamentos na Bahia. Muitas atrizes, principalmente, e um ou outro ator, que depois brilhariam nos filmes de Glauber, de Roberto Pires, de Oscar Santana, tinham sido – digamos assim – treinados pelos franceses, pelos argentinos e pelos italianos. O ator cubano Tomás Milian encenando um cangaceiro, Tony Curtis maquiado, era toda uma movimentação que passava por aqui. E tudo isso junto ao movimento vibratório ocasionado pela jovem Universidade, pela Escola de Teatro – o que recebíamos aqui de personalidades era algo estonteante. Eu andei passeando com Sartre na Liberdade e no Pero Vaz, porque ele e Simone

de Beauvoir vieram à Bahia, a convite de Jorge Amado, e passaram uma tarde na Escola de Teatro – e, no fim da palestra, ele me disse que queria andar de ônibus. Jorge Amado, Zélia Gattai e Simone de Beauvoir tinham outra coisa para fazer e aí fomos nós, uns três ou quatro estudantes, com ele conhecer os bairros populares da Bahia. Sem falar de outros! O que vinha aqui para a Bahia nessa época de informação e de gente para nos trazer informação. Um dia estávamos reunidos na Escola de Teatro, vários de nós, com o mexicano Gustavo Alatríste, produtor de filmes de Luís Buñuel, e sua mulher Silvia Pinal, que era uma grande estrela da época, também atriz de Buñuel. E ele estava ali nos ensinando (o que tínhamos feito, até então, eram uns curtas-metragens, nada além disso). Falávamos de longa-metragem, evidentemente, do grande cinema, e ele nos dava dicas de como fazer, quais caminhos seguir, e dizia particularmente que não era difícil levantar o capital necessário para essa atividade, mesmo sendo tão cara, porque os bancos e os governos, não sei o quê. Que ele, por exemplo, estava fazendo dois longas-metragens por ano no México. Aí o Glauber virou para ele e disse: “é, para você é fácil, sua mulher está com dois longas-metragens pendurados nas orelhas” (Silvia

*A grande feira. Filme de Roberto Pires.  
Acervo Diretoria de Audiovisual – DIMAS*



Pinal tinha dois brincos de ouro cheios de brilhantes). Glauber: “Minha namorada não tem nem um curta para pendurar na orelha”.

Até 1968 temos claramente o movimento do Cinema Novo. Depois de dezembro de 1968, com o endurecimento do regime militar, temos algo que o cineasta Cacá Diegues chama de “segunda denteção”. Tenho de concordar, por exemplo, que Iracema: uma transa amazônica, que fiz com Jorge Bodanzky em 1974, é Cinema Novo na medida em que é fruto de um aprendizado de todos nós com o Cinema Novo e, talvez, até de uma radicalização dos processos de produção e dos processos de aproximação com a realidade que o Cinema Novo tinha, de alguma maneira, feito ou tentado. Em termos dos recursos de produção é também Cinema Novo e, mais especificamente, Cinema Novo baiano, um cinema em que a produção estava a reboque da criação. A produção não desenhava o filme, o que desenhava um filme era a sua concepção – é óbvio que os filmes eram pensados dentro das possibilidades daquelas circunstâncias, daquele lugar, daquela época. Mas havia vários modelos negociais, havia muita imaginação econômica para se adaptar às necessidades dos filmes.

Na Bahia, a força inicial foi a iniciativa privada – investimento privado direto, sem nenhuma incidência de verbas oficiais nem patrocínio de bancos. Os bancos só entraram depois. Em princípio, foi a visão e também o desejo de fazer cinema de alguns empresários baianos. Entre esses pioneiros destaca-se Rex Schindler, empresário imobiliário que inicialmente pensou que era fácil e investiu seu dinheiro nisso e, em pouco tempo, já estava vendendo suas propriedades para continuar a fazer cinema. Mas também há outros que devem ser mencionados: David Singer, João Palma Neto, Álvaro Queiroz. Em seguida veio uma fase de relação com bancos e o surgimento da figura do diretor-produtor, do realizador-produtor. E, ainda, aqui na Bahia, já em 1968, surge o modelo de cotas, que consistia em vender muitas cotas baratas para se conformar o capital e fazer um filme. Se houvesse lucro, era distribuído entre os cotistas, se não houvesse o prejuízo era bem pequeno para o investidor.

No Rio de Janeiro, ao contrário, esses modelos negociais de produção já começam com bancos, mas também a partir de interesses individuais de alguns banqueiros, especialmente os mineiros.

### **A universalidade do Cinema Novo e a genialidade de Glauber Rocha**

O Cinema Novo foi um movimento civilizatório e modernizador, com uma dimensão que no Brasil às vezes não se leva muito em conta: o Cinema Novo é continental. Em português, Cinema Novo; em espanhol, Nuevo Cine: movimento de renovação de linguagem, movimento de modernização das relações dos artistas com a sua própria arte e também um movimento civilizatório, que acontece no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Chile e, um pouco menos, também no México. Para os olhos europeus o que se vê a princípio é o Cinema Novo brasileiro. Mas logo depois esse Cinema Novo puxa os filmes de Pino Solanas, Octavio Getino e Fernando Birri, da Argentina, puxa os filmes de Jorge Sanjinés, da Bolívia, de Miguel Littín, do Chile. É o Cinema Novo que, sob os holofotes do mundo, diz: “nós temos os nossos irmãos”.

Uma coisa também muito magnânima, por parte do Cinema Novo brasileiro (por parte de Glauber Rocha, principalmente), é o espaço aberto na Europa para todos esses cinemas novos latino-americanos, cujo impacto transforma – e de uma maneira muito profunda – o cinema universal. Quando você conversa, hoje, com os grandes diretores de Hollywood – não necessariamente os diretores de *blockbusters*, mas os que levam a indústria americana para a frente no que se refere a prestígio e a qualidade, como Francis Ford Coppola, Martin Scorsese, Clint Eastwood, Robert Redford – eles dizem que o impulso maior deles é o Cinema Novo brasileiro. É Glauber Rocha. E foi aí que nós bebemos, foi nessa fonte que nós bebemos. Esse impulso que nos levou a ser uma geração diferenciada.

Na verdade, é uma coisa bem estranha falar de Glauber, com quem eu tive uma convivência muito longa. Começamos a ser amigos quando tínhamos treze, catorze anos, e isso

durou até o fim da vida dele. Éramos muito próximos. Então é muito difícil para mim ter uma visão com distanciamento crítico disso. Mas tem uma coisa imediata: a questão do gênio, por exemplo. Às vezes eu acho engraçado quando se referem a pessoas com trinta anos de idade, dizendo: “ele é um gênio, ele tem que ter oportunidade para mostrar que é um gênio”. Isso não existe! Um gênio é reconhecido, reconhecível aos catorze anos de idade, aos treze anos de idade. Todo mundo que está ao redor, que está perto sabe que aquele é um ser especial, que está em um diapasão diferente dos outros. Se passou dos quinze é porque não é gênio, não adianta. Um gênio é reconhecível quando começa a reagir conscientemente, racionalmente diante do mundo. Todo mundo sabia que Glauber era um gênio. É claro que isso não ocasionava nenhum tipo de tratamento especial, nem de respeito especial, nem de nada disso. Tudo era família, eram os amigos, eram relações normais. Mas todo mundo que convivia com ele nessa época, ele ainda adolescente, já sabia que ele era algo especial. E a liderança dele era real, foi real a vida inteira, e não só no que se refere a seus amigos, ao seu grupo mais chegado, ou à própria geração, mas também sua imensa ação de liderança no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, que era o centro cultural de cinema da época, e também na Itália, na França. Ele chegava na Itália e dava conselhos aos cineastas italianos, que o veneravam: “você deve ir ao palácio e encontrar-se com o primeiro-ministro”.

Na Bahia, a primeira grande atividade organizacional de Glauber foi voltada para a imprensa, e não para o cinema. A geração, por meio de nossa relação com os nossos mestres, jornalistas e comunistas, tinha que ocupar a imprensa baiana. Glauber liderou esse movimento: colocar vinte de nós na imprensa. Em todas as colunas de cinema, de teatro, de televisão, nas colunas sociais e também na cozinha do jornal, ou seja, na chefia de reportagem e nas editorias. Ocupamos esses postos-chave midiáticos, fazíamos até votações para escolher quem ocuparia qual posto. Isso foi uma obra pensada, planejada e executada por Glauber, evidentemente usando de seu poder de sedução sobre os donos dos jornais, os donos das rádios, a TV Itapoan que

estava nascendo. E temos de notar ainda a enorme consciência de Glauber em relação à publicidade, ao que hoje se chama mídia. Vou terminar com um exemplo: um dia antes do lançamento de *Barravento*, Glauber me chama e diz assim: “temos que fazer algo muito forte hoje à noite”. Aí liga para os nossos amigos da TV Itapoan e os convence a fazer uma coisa forte para o lançamento do filme no dia seguinte: “tem que chamar muita atenção e eu quero uma coisa polêmica”. Aí o rapaz diz: “ok, vamos fazer um pingue-pongue. Uma câmera fechada na sua cara e outra câmera na cara do Orlando, quando ele estiver lhe entrevistando”. Mas não era entrevistar, era para provocar e fazer o Advogado do Diabo. E foi o que eu fiz, esculhambando Glauber, esculhambando o filme e tal, fazendo perguntas capciosas, e ele respondia. E foi mesmo uma coisa bem escandalosa. Quando estávamos saindo da TV Itapoan, Glauber e eu, tinha uma pessoa nos esperando na porta, que morava ali perto na Federação, que me disse: “é por isso que nada na Bahia vai para frente! É por elementos deletérios como o senhor. O rapaz está aqui fazendo cinema, uma coisa nova, maravilhosa e o senhor vem e acaba com isso?” E Glauber prendendo o riso.

Glauber Rocha.  
Acervo Diretoria de Audiovisual – DIMAS



# O MOVIMENTO TROPICALISTA



## JOSÉ CARLOS CAPINAN

estudou Direito e, mais tarde, formou-se em Medicina na Universidade Federal da Bahia, tendo atuado no Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante a década de 1960. Poeta e letrista, participou, junto com Caetano Veloso e Gilberto Gil, do movimento tropicalista. Conferência pronunciada em 02 de maio de 2007, como parte do Ciclo de Conferências Memória do Desenvolvimento da Bahia (1945-1964).

**Q** ueria começar agradecendo por poder estar hoje neste espaço – a Praça Municipal, local que será o início da história a ser contada aqui, que, na verdade, são muitas. Aos 66 anos, tenho muitas delas acumuladas e emaranhadas umas às outras.

O fato é que estar aqui na Praça Municipal tem tudo a ver com o que foi o Tropicalismo. Esta mesma praça, no início da década de 1960, era bem diferente. Havia aqui em frente

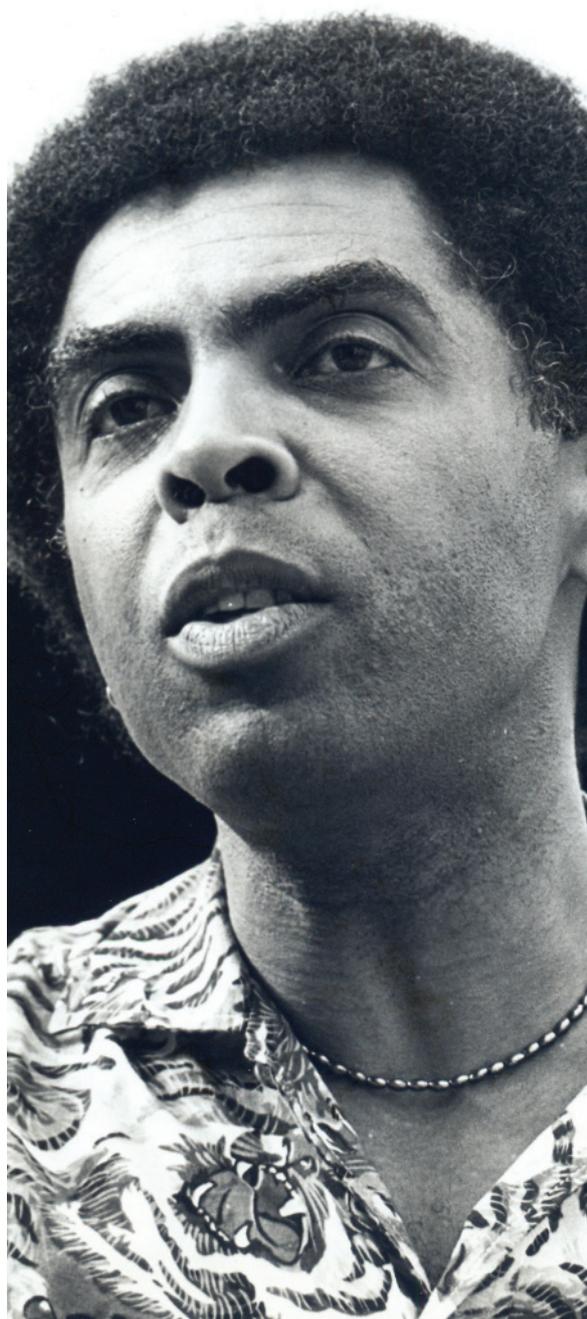
a Biblioteca do Estado, importantíssima para jovens nascidos no interior da Bahia, em casas sem livros como a minha. Foi naquela biblioteca onde li os primeiros poetas modernistas, pude conhecer Raul Bopp de *Cobra Honorato* e outros tantos poetas modernistas.

A minha história no Tropicalismo relaciona-se a uma infância de profundo contato com a cultura popular, tanto em Taperoá quanto em Salvador. Na universidade, a participação

no Centro Popular de Cultura (CPC), feito por estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), além de ligar-se à minha história de vida pregressa, será responsável por vários acontecimentos na minha vida anos depois. Nesse sentido, sou produto principalmente da cultura popular, mais do que da academia, no caso a Universidade Federal da Bahia.

Durante a minha infância, morei por algum tempo em Água de Meninos, local de suma importância na dinâmica da cidade de Salvador. A função hoje dispersa em vários supermercados na verdade era exercida pela feira de Água de Meninos, que recebia do Recôncavo sua produção agrícola e artesanal – seja artesanato utilitário ou artesanato de decoração. Era a feira que fazia essa troca e é no mercado que as grandes coisas acontecem, as diferenças são ali trocadas. A história é feita também nessas feiras populares. Salvador tinha esse centro dinâmico de trocas, a feira de Água de Meninos. Eu morei ali logo nos primeiros dias em Salvador. Por isso a biblioteca, a feira e o Centro Histórico eram minhas preferências. Esses espaços eram o centro de tudo da vida de Salvador, centro cultural, político, econômico e, principalmente, dos acontecimentos.

Essa efervescência cultural, incluindo o circuito de cinema da época estava concentrado todo aqui nessa área: o Guarani ali embaixo; o Glória na esquina; mais adiante o Liceu, o Excelsior, o Popular, o Pax, o Santo Antônio e o Jandaia. Eu frequentava esse circuito, pelo menos, duas vezes por semana, porque eu era louco por cinema, louco por imagem. Ainda menino, pude ver Glauber Rocha. Quem passou por isso tem uma memória de gratidão. Glauber era um exemplo fantástico de artista revolucionário. Ele viveu somente para fazer arte. No Diário, fazia um dos grandes jornais de cultura que se conheceu. Através do cinema, eu perdi a virgindade, não a menos importante, a biológica, mas a ideológica. O melhor que pode acontecer na vida da mulher ou do homem é perder a virgindade. Não dói, pelo contrário, é o maior prazer, porque dá o direito de atingirmos a maturidade, através da liberação de processos que vão nos sendo impingidos.



*Gilberto Gil.*

*Acervo Fundação Gregório de Mattos*

É também o período da geração mapa, com Florisvaldo Matos, Paulo Gil Soares, Míriam Fraga, Fernando Peres, Carlos Anísio Melhor e muitos outros. Eles se reuniam aqui embaixo na antiga sede da livraria Civilização Brasileira, que agora está no shopping. O Centro Histórico era, portanto, uma força muito grande em termos culturais.

A educação, entre as décadas de 1940 e 1960, também foi muito importante para a efervescência cultural por que passava a cidade de Salvador. No circuito escolar, conheci os românticos Gonçalves Dias, Castro Alves, entre outros; Neto e Bilac também conheci em livros didáticos. A poesia, portanto, já vinha ganhando o meu interesse desde a escola pública primária – eu passei a me apaixonar por aquilo que se chama linguagem literária da poesia. Esse fator foi fundamental para que participasse do Movimento Tropicalista. A entrada na universidade também contribuiu muito, particularmente na universidade transformada de então, que, sob a reitoria de Edgard Santos, propagava uma overdose de contemporaneidade.

Embora atribuam as mudanças na universidade a Edgar Santos, é importante compreender que mudanças já vinham acontecendo desde a década de 30 com as medidas do jovem Secretário de Educação do Estado da Bahia, Anísio Teixeira. Toda essa espécie de revolução educacional foi importante para as lutas que a juventude da época travava. Pessoalmente, o que posso dizer sobre o Centro Popular de Cultura (CPC) e os movimentos culturais de que participei é que dentro deles existiam valores os quais se encontram hoje ameaçados, mesmo tendo o Brasil avançado a passos largos em direção à democracia.

A minha geração nunca suportou a ideia de guerra. Sempre lutamos pela paz, mas uma paz que não significa a paz burguesa anestesiada. Nosso movimento pacifista implicava libertar a todos nós, sobretudo trabalhadores que não podem viver do seu trabalho, em termos de retorno financeiro e de benefícios. Saber que eu estou aqui por causa de alguns valores, principalmente porque somos republicanos e crescemos acreditando em

igualdade, liberdade e fraternidade, é fundamental na minha trajetória de vida. Dentro desses valores, a minha geração sempre se perguntou o que era liberdade, tanto nos movimentos de cultura popular quanto no Tropicalismo. Há sim na sociedade várias escravidões, servidões, limitações, preconceitos permanentes, apesar de tudo o que se conquistou em termos tecnológicos. Todavia, sabemos que os benefícios do desenvolvimento são alcançados por todos.

Nos noticiários do sétimo ano do terceiro milênio é propagada a dificuldade da assistência médica, a perda de qualidade da escola. Eu estou aqui em função dessa militância cultural que batalha por valores nascidos originalmente na França ou na democracia grega que hoje encontram-se ameaçados. Se na minha juventude, a Guerra do Vietnã e o Partido Comunista me mobilizaram, hoje a luta por esses valores me mobilizam.

Em pleno Tropicalismo fazíamos lá em casa um seminário em torno de *O capital*. Um dos nossos foi preso e pegaram dentro do carro todas as apostilas que usávamos. Terminada essa fase, achei que com os hippies eu iria encontrar caminhos para a minha militância cultural e libertária. Eu lutava acima de tudo pela liberdade. Para mim, liberdade vem da ideia de que o homem é o projeto que escolhe ser. Dessa forma, cada ser humano está sempre diante de uma escolha. Laroyê, senhor das encruzilhadas, está presente a todo momento. O próximo passo que dermos é sempre uma nova escolha física mesmo. Vocês aqui presentes, por exemplo, estão determinando uma consequência amanhã ou depois de amanhã.

Acredito seriamente nessas coisas, assim como acredito que a palavra do poeta tem força premonitória, por isso, como poeta, não posso nunca mentir. Assim, a relação com a palavra é uma relação de compromisso com a verdade, que é parceira da liberdade. Dessa forma, escolher a verdade é o mesmo que escolher a liberdade. A cada instante uma revolução é feita quando se escolhe a verdade do momento. Fazer um homem, portanto, é realizar um projeto que se escolhe a todo instante.

Ninguém nasce ladrão, ninguém nasce poeta, escolhe-se dentro de circunstâncias, podendo-se render-se a elas ou subvertê-las, como foram os casos do Centro Popular de Cultura e do Tropicalismo.

Durante a ditadura, dizia-se: “cala a boca, poeta!”. Quem optava por fazer Escola de Teatro ou literatura no início dos anos de 1960 passava por forte oposição de familiares. Pobre e fazendo teatro, o pai achava que era homossexual. Já as mulheres eram vistas como putas. Paulinho da Viola, inclusive, tem um samba sobre isso:

Tinha eu 14 anos de idade quando meu pai me falou... ele não compreendia por que... engenharia tinha eu que ser doutor, mas a minha inspiração era ter um violão para me tornar sambista. Sambista não tem valor nessa terra de doutor, é senhor, o meu pai tinha razão.

Tarde demais, Paulinho, tarde demais para mim descobrir que nossos pais tinham razão. Por outro lado também, nós pudemos usufruir a felicidade de ter seguido a nossa escolha. Tive a oportunidade de correr atrás de outras seduções.

Na década de 1960, eu fui uma das pessoas mais bem pagas, porque ao sair da Bahia em 1964, fui viver no Rio e em São Paulo como publicitário. Eu era comunista, de uma esquerda demonizava o capitalismo. O que era a propaganda, senão a própria alma do capitalismo.

Para mim, portanto, era um tormento moral trabalhar naquele meio. Eu ganhava muito bem, mas chorava de noite quando voltava para casa. Deixar a propaganda foi uma bela escolha. Apostei alguns anos estudando e fui fazer medicina já com uma certa idade, tanto que me formei com mais de trinta anos, mas nunca cheguei a exercê-la.

Na minha trajetória educacional, o curso de Teatro me valeu aproximações importantes com uma geração de artistas de vanguarda. O compromisso de Edgard Santos com a contemporaneidade foi fundamental para a vinda de Hans-Joachim Koellreutter, Martim Gonçalves e Lina Bo Bardi. A convivência com figuras como Luiz Carlos Maciel, jovem recém-chegado de Nova York, trouxe uma abertura imensa. Maciel já falada dos beatniks, que seriam mais tarde responsáveis pelo movimento hippie. Koellreutter já falava do dodecafonismo, uma escola nova na área de música erudita. Tom Zé entrou na escola nesse momento, conhecendo Ernst Widmer e Walter Smetak. Ao mesmo tempo, a minha geração, como disse, era muito próxima à cultura popular, já que muitos de nós nascemos no interior, estando ligados diretamente ao homem brasileiro. Glauber veio de Vitória da Conquista; Gil, da Gruta da Mangabeira; Caetano, de Santo Amaro. Portanto, essa mistura de tendências vanguardistas com artes populares vai gerar o tom do momento, tanto em termos de luta política quanto em termos de produção artística.

Revista História da  
Bahia  
2 0 1 0

# FICHA TÉCNICA

<b>Governador</b>	Jaques Wagner
<b>Secretário da Cultura</b>	Albino Rubim
<b>Diretor-geral da Fundação Pedro Calmon</b>	Ubiratan Castro de Araújo
<b>Diretora do Centro de Memória da Bahia</b>	Jacira Primo
<b>Idealização</b>	Wlamyra Albuquerque e Paulo de Jesus
<b>Agradecimentos</b>	Carlos Francisco Silva Júnior e Luís Henrique Silva Sant'Ana Assessoria de Gabinete da Fundação Pedro Calmon
<b>Textos</b>	Alberto Freire Alex de Souza Ivo Carlos Francisco da Silva Júnior Eliane Elisa Azevedo Fernando Schmidt João Eurico Matta José Carlos Capinan José Sérgio Gabrielli Luís Henrique Silva Sant'Ana Marília Muricy Machado Naomar Almeida Filho Orlando Sales de Senna Waldir Pires Wilton Valença da Silva
<b>Revisão</b>	Fábio Baqueiro Figueiredo e Vânia Brito Neri
<b>Jornalista Responsável</b>	André Luís Santana (DRT BA 2226) Assessor de Comunicação da Fundação Pedro Calmon
<b>Fotos dos Artigos</b>	Acervo Biblioteca Central Reitor Macedo Costa - Universidade Federal da Bahia Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia Acervo da FPC Acervo da Fundação Gregório de Mattos Acervo da Petrobras Acervo de João Eurico Matta Acervo de Orlando Senna Acervo Diretoria de Audiovisual (DIMAS) - Fundação Cultural do Estado da Bahia Acervo do Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC) – Fundação Clemente Mariani
<b>Conselho Editorial formado por representantes das seguintes instituições:</b>	Fundação Pedro Calmon / FPC, Universidade Federal do Recôncavo / UFRB, Universidade do Estado da Bahia / UNEB, Universidade Estadual de Feira de Santana / UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste Baiano / UESB e Universidade Estadual de Santa Cruz / UESC.
<b>Projeto Gráfico</b>	P55 Comunicação   <a href="http://www.p55.com.br">www.p55.com.br</a>
<b>Editoração</b>	Incubadora de Sonhos   <a href="http://www.insonhos.com">www.insonhos.com</a>   <a href="mailto:insonhos@gmail.com">insonhos@gmail.com</a>
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Vento Leste





# PESQUISADOR,

SEJA BEM VINDO A ESTES ESPAÇOS DO CONHECIMENTO.

## Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Localizada nos Barris, a primeira Biblioteca do Brasil e da América Latina foi criada em 1811 e conta com diversos setores disponíveis diariamente para jovens, adultos e crianças, com um acervo de mais de 600 mil obras literárias. São raridades, jornais, revistas, documentos históricos baianos, um setor de artes e o setor Braille, com recursos avançados, auditório e espaços culturais.

Endereço: Rua General Labatut 27 – Barris  
Tel.: (71) 3117-6000/6084 - E-mail: bpeb.fpc@fpc.ba.gov.br



## Arquivo Público da Bahia

Criado em 16 de janeiro de 1890 pelo então governador da Bahia, Manoel Victorino Pereira, o Arquivo Público da Bahia, reconhecido como o segundo mais importante do país pelo Arquivo Nacional, sempre esteve voltado para o recolhimento de documentos históricos. Dentre o vasto material que pode ser encontrado no acervo, estão documentos raros, manuscritos originais, produzidos à época do Brasil Colonial, quando Salvador ainda era sede do Governo Geral do Estado (1549-1763).

Endereço: Ladeira de Quintas 50 – Baixa de Quintas  
Tel.: (71) 3116-2163 - E-mail: apb@fpc.ba.gov.br

## Centro de Memória da Bahia

Seu objetivo é proteger e dar conhecimento da história da Bahia, através da preservação e ordenação de arquivos privados e personalidades públicas, bem como a realização de cursos e seminários de formação gratuitos. É responsável pelo Memorial dos Governadores Republicanos da Bahia, localizado no Palácio Rio Branco.

Atendimento ao público: Segunda-feira 13h30 às 17h30 |  
Terça a sexta-feira 9h às 12h e 13h30 às 17h30. Marcação de visitas ao  
Memorial dos Governadores: 3116-6928  
Tel.: (71) 3117-6067/6050 - E-mail: cmb.fpc@fpc.ba.gov.br





CENTRO DE MEMÓRIA DA BAHIA



FUNDAÇÃO PEDRO CALMON

SECRETARIA DE  
CULTURA



TERRA DE TODOS NÓS

